UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Educação

Daniella Soraya Resende Araújo Ghantous

GYMNASIO MINEIRO DE UBERLANDIA:

O PROCESSO DE DISCIPLINARIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR (1937-1945)

Uberlândia – MG

2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Educação

GYMNASIO MINEIRO DE UBERLANDIA:

O PROCESSO DE DISCIPLINARIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR (1937-1945)

Daniella Soraya Resende Araújo Ghantous

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos pré-requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Uberlândia – MG

Julho 2006

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G411g Ghantous, Daniella Soraya Resende Araújo, 1978-
Gymnasio Mineiro de Uberlândia : o processo de disciplinarização do espaço escolar (1937-1945) / Daniella Soraya Resende Araújo Ghantous. - 2006.
236 f. : il.

Orientador: Décio Gatti Júnior.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.

1. Educação - História - Teses. 2. Escolas públicas - Teses. I. Gatti Júnior, Décio. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37(091)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a única “pessoinha” dos olhos da cor dos meus: minha princesa Thaynná.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me escolheu desde o ventre da minha mãe e, a partir daí, sempre cuidou de mim.

Aos meus pais, Nilda e José Maria, pelo apoio e carinho demonstrado por mim principalmente, nesse período tão conturbado que vivi.

A minha filha Thaynná pelos momentos de descontração que me proporcionou, os quais aliviaram o meu cansaço e me fizeram esquecer as preocupações.

À secretária Magda que, por tantas vezes, deixou o seu trabalho para me ajudar a "vasculhar" o arquivo do Museu.

Aos meus colegas de trabalho pela compreensão que demonstraram com relação a minha ausência na escola.

Ao professor Carlos por ter me incentivado a ser pesquisadora, quando ainda cursava Pedagogia.

A minha ajudante Carminha, que cuidou tão bem da minha casa e da minha filha para que eu pudesse desenvolver a pesquisa com tranqüilidade.

A um amigo muito especial, que foi meu companheiro nos momentos mais difíceis e se revelou uma pessoa doce, meiga e carinhosa.

As minhas amigas Carol, Jéssica, Jô e Lú pelos conselhos tão valiosos e sábios que tinham para me dar todas as vezes que precisei.

Ao meu primo Juliano que, independente da hora, sempre estava disposto a me ajudar.

Ao meu orientador pela paciência, compreensão e estímulo.

.

RESUMO

GHANTOUS, Daniella Soraya Resende Araújo. *Gymnasio Mineiro de Uberlandia:* o processo de disciplinarização escolar (1937-1945). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, 2006. 236p.

Trata-se de uma pesquisa sobre a atual Escola Estadual de Uberlândia, no período compreendido entre 1937 e 1945. O objetivo deste estudo é apresentar as análises relacionadas à cultura no espaço escolar do *Gymnasio Mineiro de Uberlandia,* por meio das disciplinas escolares, como forma de sedimento de padrões de comportamento nos alunos, durante o Estado Novo. Por meio do levantamento das disciplinas escolares ministradas e das condutas valorizadas, identificou-se a influência do contexto sócio-político-econômico brasileiro na formação dos alunos das escolas estaduais, especialmente o *Gymnasio Mineiro de Uberlandia*; analisou-se o papel exercido pela escola na materialização dos fundamentos do Estado Varguista, traçou-se a relação existente entre a organização dos espaços escolares e a necessidade de separação dos sexos, como também a disciplinarização dos corpos e observou-se a influência dos conteúdos das disciplinas ministradas, com o objetivo de "esculpir" o tipo de cidadão que a escola buscava formar. Para que a realização de tais análises fosse possível, foi feita uma revisão bibliográfica, que objetiva rediscutir o papel desempenhado pelas instituições educacionais no cenário social do qual fazem parte. Esta investigação também se ancorou nos documentos oficiais do arquivo do *Gymnasio Mineiro de Uberlandia,* correspondentes ao período do Estado Novo e nas reportagens sobre esta instituição, nos jornais locais **A Tribuna** e **O Reporter**. Também se respaldou as análises nos depoimentos colhidos dos ex-professores, ex-aluno e ex-inspetora de alunos, que vivenciaram o processo, no período 1937-1945. A legislação educacional mineira e federal foram outras fontes documentais pesquisadas, as quais deram suporte às análises. Constatou-se que a cultura escolar do Museu estava relacionada à cultura social mais ampla, pois contribuía para formar o indivíduo disciplinado. O espaço escolar do GMU foi projetado para ser uma "máquina" de ensinar, de vigiar, de hierarquizar e de recompensar, por meio do controle e da vigilância constante e sutil dos corpos e das mentes e, principalmente, da distribuição estratégica dos corpos nos espaços. Controlava-se o tempo, as atividades, a maneira de ser, os discursos, o corpo e a sexualidade dos indivíduos. Mesmo assim, alguns alunos desrespeitaram as normas e foram punidos, por meio do dispositivo gratificação-sanção, o qual quantificava, classificava e punia ou recompensava o indivíduo, de acordo com o seu comportamento e o seu desempenho. Esta punição visava à redução dos desvios, porém verificou-se que as penas aplicadas aos transgressores não alcançaram plenamente seus objetivos, pois houve muitas resistências. Os comportamentos de alguns alunos não foram remodelados e suas consciências não foram redirecionadas, apesar da cultura e do cotidiano escolar do Museu nessa época terem sido propícios a disciplinarização dos corpos e das mentes. Contrariamente aos ensinos recebidos, determinados saberes não 'funcionavam' diante de certos alunos, daí a existência de resultados avaliativos negativos e de repreensões a determinadas atitudes.

Palavras-Chave: disciplinarização, saberes escolares, comportamento.

ABSTRACT

GHANTOUS, Daniella Soraya Resende Araújo. *Gymnasio Mineiro de Uberlandia:* the process of school disciplining (1937 – 1945). Dissertation (Master's Degree). Uberlândia's Federal University, 2006. 236p.

It is a research about the current "Escola Estadual de Uberlândia" within the period between 1937 and 1945. The aim of this study is to present the analysis related to culture in the school environment of *Gymnasio Mineiro de Uberlandia,* by means of the school subjects as a way of settling behavior patterns in the students during "Estado Novo". By means of a survey on the taught school subjects and on the behaviors that were valued, it was identified the influence of Brazilian social, political and economical context on the state schools' students' background, especially *Gymnasio Mineiro de Uberlandia*; the part played by the school in materialization of the foundation of the State lead by Vargas, the connection between the organization of the school environment and the necessity to separate the genders were laid-out as well as the bodies' disciplining and it was observed the influence of the contents of the taught subjects to "sculpture" the kind of citizen the school should shape. In order to accomplish such analysis, a bibliographical review was made to discuss the part played by educational institutions in the social scenario they belong to. This investigation is also anchored in official documents from *Gymnasio Mineiro de Uberlandia* correspondent to "Estado Novo" period and in articles about this institution on the local newspapers **A Tribuna** e **O Reporter**. The analysis also considered former teachers', student's and students inspector's statements who experienced the process, within the period 1937-1945. The educational legislations of the state and the country were other documents researched which supported the analysis. It was noticed that the school culture of "*Gymnasio Mineiro de Uberlandia*" was connected to a bigger social culture because contributed to shape a disciplined individual. The school environment of *Gymnasio Mineiro de Uberlandia* was projected to be a teaching, watching, ranking and rewarding "machine" by means of control and constant, subtle watching of bodies and minds, and mainly of strategic distribution of bodies in the environment. The time, the activities, the behaviors, the speeches, the body and the sexuality of the individuals were all controlled. Even though some students disobeyed the rules and were punished by the gratification-sanction device, which quantified, classified and punished or rewarded the individual, according to his behavior and his performance. This punishment aimed at the deviation reduction however it was verified that the penalties applied to the transgressors did not accomplish their goals thoroughly for there was a lot of resistance. The behaviors of some students were not remodeled and their consciences were not redirected, despite the culture and the school routine of "*Gymnasio Mineiro de Uberlandia*" at that time, being propitious to the disciplining of bodies and minds. In opposition to what was taught, some of the knowledge did not "work" to some students, therefore the existence of negative evaluations results and reprehensions to certain attitudes.

Key words: disciplining, school knowledge, behavior.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Foto do *Gymnasio Mineiro de Uberlândia* 145

Figura 02 - Quadro Geral de Matrículas de 1944 156

Figura 03 - Matérias lecionadas em 24/07/1944 159

Figura 04 - Foto de uma sala de aula do GMU 165

Figura 05 - Dispositivos Regulamentares 172

Figura 06 - Lista de pontos para avaliação de História da Civilização 174

Figura 07 - Lista de pontos para avaliação de Geografia 176

Figura 08 - Relação de quantidade de alunos suspensos por número de suspensões 184

Figura 09 - Advertência aos pais de um aluno indisciplinado 186

Figura 10 - Ata de suspensão 187

Figura 11 - Carta enviada a um professor infreqüente 191

Figura 12 - Carta de advertência aos pais de um aluno infreqüente 192

Figura 13 - Registro das matérias lecionadas em 15/07/1944 197

Figura 14 - Registro das matérias lecionadas em 20/07/1944 198

Figura 15 - Registro das matérias lecionadas em 02/09/1944 200

Figura 16 - Horário Escolar do curso ginasial de 1944 201

Figura 17 - Mapa de distribuição das aulas de maio de 1944 205

Figura 18- Lista de pontos para a 1ª prova parcial de Português 207

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 -	Levantamento estatístico da instrução em Uberlândia no ano de 1935	122
Tabela 02 -	A situação do ensino primário em Uberlândia no ano de 1940	132
Tabela 03 -	A situação dos outros graus de ensino em 1940	133
Tabela 04 -	Estatística de aproveitamento do GMU – 1945	160
Tabela 05 -	Estatística de aproveitamento dos alunos do GMU por média global – 1945	161
Tabela 06 -	Resultados da 1ª prova parcial de 1942	208

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GMU	*Gymnasio Mineiro de Uberlândia*
BOC	Bloco Operário e Camponês
MESP	Ministério da Educação e Saúde Pública
PRP	Partido Republicano Paulista
LEC	Liga Eleitoral Católica
ANL	Aliança Nacional Libertadora
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
PUC	Pontifícia Universidade Católica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 021

1 - Contexto histórico-educacional da era Vargas 031

1.1- A educação na década de 1930 031

1.2- A glorificação de Vargas: a gestação da ideologia do trabalhismo 041

1.3- Poder, policiamento e disciplinarização dos corpos 062

1.4- Organização da educação: os tempos de Capanema 084

2 - A educação em Uberlândia na era Vargas 099

2.1- Panorama das condições sócio-econômicas do município de Uberlândia durante o Estado Novo 101

2.2- As mudanças ocorridas no *Gymnasio Mineiro de Uberlândia* durante o Estado Novo 105

2.3- A trajetória do município de Uberlândia: a organização dos espaços 118

2.4- A situação educacional em Uberlândia 122

3 – A cultura escolar do *Gymnasio Mineiro de Uberlandia* 139

3.1- O cotidiano no espaço escolar 154

3.2- A disposição dos espaços internos: vigilância panóptica 163

3.3- Os códigos de conduta, de posturas e de hierarquias: dispositivos de controle 169

3.4- Indisciplina e seus desdobramentos: punições que disciplinam 181

3.5- As aulas e o currículo: “vigiar e punir” 193

3.6- Papel desempenhado pelos exames: disciplinarização e exaltação dos mais capazes 206

3.7- As atividades cívico-culturais e esportivas 213

CONSIDERAÇÕES FINAIS 221

MATERIAIS HISTÓRICOS 227

INTRODUÇÃO

Esta investigação se propõe a analisar as questões relacionadas à cultura no espaço escolar da atual Escola Estadual de Uberlândia[1], conhecida popularmente como *MUSEU*, por meio das disciplinas escolares e do comportamento dos alunos, é uma tarefa que se nos impôs desde o momento em que trabalhamos como pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação, desenvolvendo trabalho de pesquisa no projeto "História e Memória Educacional: construindo uma primeira interpretação acerca do processo de instalação e consolidação da educação escolar na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-1880-1960" [2], relacionado à história das instituições educacionais mais antigas da região.

Assim, nossa intenção é a de perceber a maneira pela qual se articulavam as disciplinas escolares e o comportamento dos alunos no sentido de configurar as práticas cotidianas que compunham a cultura do espaço escolar do *Gymnasio Mineiro de Uberlandia,* durante a era Vargas.

---

[1] A atual Escola Estadual de Uberlândia recebeu várias nomenclaturas desde sua fundação em 1912. Ao ser fundada, chamava-se Gymnasio Mineiro de Uberabinha. Por meio do decreto n° 8958 de 03 de janeiro de 1929 foi estadualizada, recebendo a denominação Gymnasio Mineiro de Uberabinha e, posteriormente, Gymnasio Mineiro de Uberlandia, quando a cidade teve seu nome alterado. Em 1941, após a reforma ortográfica, passou a denominar-se Ginásio Mineiro de Uberlândia. Com a publicação do decreto-lei federal n° 4244 de 9 de abril de 1942, o governador mineiro Benedito Valadares habilitou alguns ginásios mineiros a funcionar como colégios. Assim, por meio do decreto federal n. 14962 de 6 de março deste ano o Ginásio Mineiro de Uberlândia passou a funcionar como Colégio Estadual de Uberlândia. Pelo fato da escola ter recebido várias denominações desde a sua fundação, optamos por adotar apenas a nomenclatura Gymnasio Mineiro de Uberlandia e a sigla GMU durante o desenvolvimento do nosso trabalho, no intento de facilitar a leitura e a compreensão de todos aqueles que tiverem acesso a este.

[2] Este Projeto foi coordenado pelo Professor Doutor José Carlos de Souza Araújo.

Neste estudo, tentaremos identificar as concepções culturais[3] que se estabeleceram em torno do processo de disciplinarização, o sentido de uma ética e de uma moral, o encaminhamento profissional diferenciado a esses alunos, a questão do comportamento dentro da escola. Verificaremos o papel desempenhado pela cultura escolar no remodelamento dos comportamentos e na formação do caráter, através da disciplinarização dos corpos e do redirecionamento das consciências.

Após a análise de vários documentos da escola e da realização de algumas entrevistas, resolvemos centrar nossos estudos nas disciplinas ministradas entre 1937 e 1945, na tentativa de identificar a contribuição das mesmas como materializadoras de uma cultura, por intermédio da disciplinarização dos corpos e das mentes, como forma de diferenciação da formação dada ao ser homem e ao ser mulher[4].

Optamos por trabalhar no período compreendido entre 1937 e 1945, em razão da instituição do Estado Novo, o qual provocou mudanças em todos os setores, com a inclusão do educacional. O cenário brasileiro, durante a era Vargas, foi marcado por um clima de inquietação social e uma heterogeneidade sócio-cultural, tendo em vista as transformações nos setores político e econômico, as quais buscaram a reestruturação das velhas formas de controle por meio do estabelecimento de novas condutas institucionais, que tenderiam a provocar alterações no setor social, inclusive no educacional. Com a Revolução de 1930, o que se procurou foi um reajustamento constante dos setores novos da sociedade com o setor tradicional. O Governo instalado foi marcado por um período mais instável (de 1930 a 1937) e por uma ditadura (de 1937 a 1945). Durante estes quinze anos, o Estado impulsionou o desenvolvimento econômico por meio de uma intervenção crescente do Governo.

---

[3] A cultura escolar é entendida por nós, neste trabalho, como todo o processo de disciplinarização criado no interior da instituição em estudo. Não estamos aqui compreendendo essa mesma cultura escolar nos seus outros aspectos, além daqueles que nós já sinalizamos, ou seja, um espaço de disciplinamento.

[4] É válido ressaltar que não pretendemos fazer um estudo especificamente ligado às questões de gênero, mas apenas discutir as diferenças existentes no espaço escolar, relativas ao ser homem e ao ser mulher.

Ao iniciarmos o processo de análise dos documentos relacionados à escola, confirmamos a importância desse período para a atual Escola Estadual de Uberlândia, pois em 1937, levantamos a hipótese de arrendamento e, até mesmo, de fechamento de todos os *gymnasios* oficiais do Estado, inclusive do *Gymnasio Mineiro de Uberlandia.* Essa hipótese foi levantada pelo jornal "Correio da Manhã" do Rio de Janeiro. Decidimos centrar nossas análises até 1945 porque, neste ano, a publicação do Decreto-Lei nº. 1526 instituiu a criação de lugares gratuitos nos diversos estabelecimentos de ensino secundário do país e, até então, o *Colégio Estadual de Uberlandia* era uma escola pública, porém que cobrava elevadas taxas de todos os seus alunos. [5] Assim, por acreditarmos que esse Decreto mudou a realidade dessa escola, optamos por pesquisar sobre essa instituição até 1945, o que coincide exatamente com o período do Estado Novo.

Tentaremos responder, ao longo do texto, algumas indagações: como era a disciplina na escola? Existiam instrumentos de controle dos alunos? Qual era o conceito dos alunos disciplinados à época? As datas cívicas eram comemoradas? Como era a participação da comunidade escolar nas festividades promovidas pelo *Gymnasio Mineiro de Uberlandia*? Qual era a postura do professor no espaço escolar? Quais os procedimentos didáticos que os professores utilizavam? Como era o sistema avaliativo da escola? Qual era a carga horária de cada disciplina? Havia diferenciação da grade curricular por sexo?

É nossa proposta desenvolver um estudo a respeito da cultura escolar, tendo como documentos de análise as disciplinas escolares, ministradas pela instituição educacional, particularmente, durante a última fase do período Vargas (1937-1945). A educação continuou sendo vista como fator de mudança social, capaz de formar um novo cidadão, responsável

---

[5] O desembagador Nislo Batista de Oliveira, Interventor federal, assinou o decreto-lei n. 1.526 de 13 do corrente, criando lugares gratuitos nos diversos estabelecimentos de ensino secundario Oficiais, entre os quais o Colegio Estadual desta cidade. Até agora, não existia concessões dessa especie nos educandarios mantidos pelo governo mineiro, de molde a permitir aos jovens menos favorecidos de recursos, em seus estudos e no seu pendor para as ciências e letras (LUGARES gratuitos no Colegio Estadual. **O Reporter.** Uberlândia, 26 dez. 1945, p.3).

pela nova ordem, respeitando as normas e trabalhando para o engrandecimento do país. Uma das instituições que era responsável pela formação do caráter nacional, capaz de regenerar o homem brasileiro e a própria sociedade era a escola, à medida que era capaz de transformar o indivíduo num elemento de produção, necessário à vida econômica do país. Daí a defesa da escola primária e do ensino técnico-profissionalizante. Porém, na realidade, os padrões tradicionais de ensino e cultura foram conservados. [6]

Por meio do levantamento das disciplinas escolares ministradas e das condutas valorizadas, identificaremos a influência do contexto sócio-político-econômico brasileiro na formação dos alunos das escolas estaduais, especialmente o Museu; analisaremos o papel exercido pela escola na materialização dos fundamentos do Estado Varguista, calcado nos princípios de civilidade, modernidade, desenvolvimento, ordem e progresso; tentaremos entender a ligação existente entre a organização dos espaços escolares e a necessidade de separação dos sexos e de disciplinarização dos corpos e observaremos a influência dos conteúdos das disciplinas ministradas, com o objetivo de "esculpir" o tipo de cidadão que a escola buscava formar.

Para isso, buscamos as seguintes fontes e adotamos esses procedimentos: fizemos a leitura da legislação relacionada ao campo educacional durante a Era Vargas, copiamos os documentos do arquivo da E. E. de Uberlândia, entre eles: livros de Ata, livros de ponto, listas com os nomes do corpo docente em exercício na escola, relatórios de distribuição das classes por professor, quadro geral de matrículas anuais, estatísticas de aproveitamento, livros de taxas, livros de lançamento de correspondências, protocolos de aulas extranumerárias e outros extraordinários, boletins anuais dos exames, boletins de médias finais, horários escolares,

---

[6] Cf. JULIA (2001) que, em seu artigo, examina a questão da cultura escolar como objeto histórico, no período compreendido entre os séculos XVI e XIX. Em sua análise, valoriza as práticas escolares e os conteúdos ensinados (as finalidades reais das disciplinas escolares ministradas), as normas ditadas nos programas oficiais ou nos artigos das revistas, as finalidades que regem a escola e o ensino, o papel desempenhado pela profissionalização do trabalho do educador, ou seja, os arquivos escolares como fonte para estudo e recontextualização da cultura escolar (JULIA, 2001, p.9-39).

quadros de matrículas, relações de livros didáticos utilizados, boletins de freqüência, boletins de médias e exercícios, mapas das aulas dadas, boletins das provas parciais e orais, listas de pontos para as provas, exames de admissão, boletins de exames de licença ginasial, boletins de provas de segunda época, boletins de aproveitamento, informações sobre Instrução Pré-Militar (Relatórios), registros sobre Educação Moral, Instrução Geral e Ordem Unida, registros diários das matérias lecionadas e dos alunos chamados à lição, fichas individuais anuais (freqüência e notas), termos de visita, entre outros.

Analisamos todas as reportagens sobre o *Gymnasio Mineiro de Uberlandia,* que se encontram disponíveis para consulta no Arquivo Público de Uberlândia, nos jornais **A Tribuna** e **O Reporter**, no contexto da era Vargas. Relemos a transcrição das entrevistas que realizamos[7] com os ex-professores, ex-alunos e ex-inspetores de alunos, que vivenciaram o processo explicitado, dentro do período (1937-1945).

O *Gymnasio Mineiro de Uberlandia*, uma das mais antigas instituições do município de Uberlândia, assumiu papel importante na condução da educação pública na cidade. Tendo em vista a publicação do Decreto-lei federal n. 4244 de 9 de abril de 1942, o *Gymnasio Mineiro de Uberlândia* se tornou *Colégio Mineiro de Uberlandia.*

> Essa resolução do ilustre governador do Estado, que agiu com o seu proprio criterio e seu conhecimento dos problemas educacionais, acima de todas e quaisquer preocupações ou influencias regionalistas, abrangeu a todos as educandarios mantidos pelo erario estadoal, em alguns pontos premunindo de disposições ampliadoras a ação de tres dos mais reputados estabelecimentos existentes em zonas diversas, e a todos estalonando nos postulados do decreto n. 4244, de 9 de abril de 1942. para molda-los nas diretrizes da reforma Gustavo Capanema. [...] Criando cadeiras nos atuais Ginásios de Belo Horizonte, Barbacena e Uberlandia, o governo estadoal habilitou-os a funcionar como colegios, dando-lhes a feição didatica e o aparelhamento para que possam exercêr as atividades letivas dos curriculos de que os mesmos se constituem. A tradicional instituição pedagogica aqui criada no

[7] Essas entrevistas foram realizadas quando fazíamos parte do Núcleo História e Historiografia da Educação como bolsistas de iniciação científica. A necessidade de realizá-las surgiu durante o desenvolvimento do Projeto "História e Memória Educacional: construindo uma primeira interpretação acerca do processo de instalação e consolidação da educação escolar na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-1880-1960", do qual fazíamos parte.

> governo Antonio Carlos, dispondo de confortavel predio construido por iniciativa particular e doado ao patrimonio do Estado para esse fim, como se vê está beneficiada pela deliberação do sr. Benedito Valadares, adaptando-a aos recentes moldes fixados para mais conciente e metodico preparo da mocidade no Estado Novo. Possuindo corpo docente assiduo e dedicado, mestres de apurada cultura, de tirocinio e experimentada competencia, são eles os maiores fatores do renome que colocou o Ginásio Mineiro de Uberlandia como vanguardeiro na generoza tarefa educativa da juventude, firmando lhe o conceito que permitiu ao condutor dos destinos espirituais da terra montanhosa, conceder-lhe mais essa prestigiosa realização entre os seus similares (COLEGIO Mineiro de Uberlandia. **O Reporter,** Uberlândia, 13 jan. 1943, p.1).

Conforme a reportagem, a promoção das instituições de segundo ciclo em colégios somente ocorreu nos estabelecimentos oficiais de algumas cidades do nosso estado, dentre as quais: Belo Horizonte, Uberlândia e Teófilo Otoni. Sendo que, o educandário de Teófilo Otoni foi, logo em seguida, transferido a uma congregação religiosa. Isso comprova a importância do *Gymnasio Mineiro de Uberlandia,* na educação da juventude mineira. Até mesmo porque,

> Com prazer ouvimos do ilustre dr. Cristiano Machado, secretario da Educação, a afirmativa de que a casa de ensino uberlandense ficará como instituto-padrão organizada com os dois cursos da nova lei do ensino (O Ginasio e o Colegio. **O Reporter,** Uberlândia, 3 fev. 1943, p.1).

O nosso interesse pelas especificidades dessa escola está relacionado ao fato de que as pesquisas sobre a história da educação passaram, nas últimas décadas, por um processo de renovação teórico-metodológica. Está ocorrendo uma superação dos grandes quadros explicativos, preocupados apenas com a descrição dos fatos políticos e com os aspectos econômicos (GATTI JR., 2002). Neste sentido, as produções historiográficas têm voltado seus olhares para as especificidades da escola, levando em consideração as suas complexidades e sua relação com aquele universo macro social; o que implica uma revalorização da memória, dos relatos orais de todos aqueles que atuavam nesse espaço, ou seja, uma aproximação do cotidiano escolar, na tentativa de explicar a realidade educativa em

quadros sócio-culturais e político-econômicos mais amplos. Este fato pode ser confirmado por Justino Magalhães:

> Do ponto de vista historiográfico, a reinvenção da identidade de uma instituição educativa não se obtém através de uma abordagem descritiva, ou justificativa, também não se confina à relação das instituições educativas com o seu meio envolvente. Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico (MAGALHÃES, [----], p.2).

Daí a importância do exame das disciplinas escolares, as quais são inseparáveis das finalidades educativas. A concepção de educação está presente nos temas ou assuntos desenvolvidos, nos exercícios propostos, nas posturas dos discentes e docentes, na organização dos espaços, ou seja, na cultura escolar. Estes problemas nos chamam a atenção em função das modificações propostas e daquelas realizadas no conturbado contexto brasileiro da época.

Julia (2001), ao analisar a questão da cultura escolar no período compreendido entre os séculos XVI e XX, também ressaltou a importância da análise das normas de cada instituição de ensino e das finalidades que regem a escola em cada época para a compreensão da cultura escolar como objeto histórico. Na sua concepção, "a cultura escolar desemboca aqui no remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter e das almas que passa por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências" (JULIA, 2001, p.22). Também especificou que é justamente nos tempos de crise e de conflitos, que se coaduna com o período que estamos analisando, que podemos captar melhor o funcionamento real das finalidades educativas. Na sua visão, "a cultura escolar é descrita como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos" (JULIA, 2001, p.9).

A relevância da análise dos conteúdos que, realmente, eram ensinados, ou seja, da dinâmica das aulas está principalmente, na formação dos alunos que, apesar de receberem uma educação moral contínua e conteúdos semelhantes, possuíam comportamentos diferentes entre si, fato que pode ser comprovado nas atas de punição disciplinar. Contrariamente aos ensinos recebidos, determinados saberes "não funcionavam" diante de certos alunos, daí a existência de resultados avaliativos negativos e de repreensões a determinadas atitudes.

Diante disso, a contribuição de Foucault é evidente, pois analisou as diferentes táticas de incitamento, as estratégias de vigilância sobre a totalidade da vida dos indivíduos e as punições normalizadoras, as quais contribuíam para a formação de indivíduos dóceis e úteis. O que Foucault chamou de poder disciplinar são "métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade" (FOUCAULT, 2004, p.XVII).

Na concepção de Foucault, a relação poder / discurso / saber, formam um conjunto homogêneo que terminavam por produzir o sujeito. Assim, no nosso texto, aplicaremos esses conceitos à educação, procurando analisar o cotidiano do *Gymnasio Mineiro de Uberlandia*, discutindo o saber e buscando relacioná-lo com esta instituição educacional e com o exercício do poder do discurso neste ambiente, respaldado na ideologia do Estado Novo. Percebemos, em nossa análise, que o discurso possui poder principalmente, quando quem fala tem autoridade para falar em nome de alguém. Os "detentores do saber", como eram conhecidos os professores e os reitores do *Gymnasio Mineiro* tinham o poder de falar e o discurso que proferiam ganhava força por eles conhecerem. Explicitando melhor, o poder associado ao saber e ao discurso produz o sujeito disciplinado. Porém, essa voz do poder pode falhar. Daí a existência de sujeitos perturbadores a ordem, os quais transgrediam as normas do GMU e por isso, eram punidos, na tentativa de fazê-los cumprir as regras instituídas pelos detentores do poder. Porém, determinados sujeitos, mesmo sendo punidos várias vezes e de formas

diferenciadas, não mudaram sua conduta, mas também não deixaram de fazer parte do corpo discente da escola.

Entender "as falhas" do processo de disciplinarização dos corpos e das mentes num contexto permeado pelo discurso da ordem, da disciplina e da submissão é o caminho que iremos percorrer nestas páginas. Este trabalho se difere em parte dos realizados anteriormente, pois a partir das análises foucaultianas, procuramos entender o processo de disciplinarização dos corpos e das mentes que compunham o quadro discente do GMU durante o Estado Novo. Já GATTI (2001) ressaltou as representações construídas pela escola, no período de 1929 a 1950, tendo em vista que grande parte dos seus ex-alunos faz parte da elite política e cultural da sociedade uberlandense.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, traçamos um panorama da situação histórico-educacional dos anos 30 do século XX, ressaltando a glorificação de Vargas e do Estado e as contribuições da Igreja Católica, de Francisco Campos e dos componentes do poder nesse processo. Também analisamos a reestruturação da política educacional sob a égide de Gustavo Capanema. No segundo capítulo, analisamos a situação da educação no nosso município durante o Estado Novo, sempre fazendo um paralelo com a política educacional nacional. Ressaltamos, em particular, a realidade do *Gymnasio Mineiro de Uberlandia.* Traçamos também os rumos dados ao desenvolvimento econômico e social de Uberlândia. No terceiro capítulo, procuramos enfatizar os aspectos que compõem a organização interna do *Gymnasio Mineiro de Uberlândia* no período de gestação do Estado Novo. Analisamos a cultura escolar dessa instituição: a disposição dos espaços internos, o cotidiano, os dispositivos de controle dos corpos e das mentes, as atividades que contribuíam para a formação do caráter nacional, as punições aplicadas aos transgressores e a concepção de educação. Ressaltamos a maneira pela qual o discurso constante da vigilância dos corpos e das mentes foi posto em prática no GMU.

1.

CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCACIONAL DA ERA VARGAS

Neste primeiro capítulo, traçamos um panorama da situação histórico-política e educacional dos anos 30, destacando a forma como se deu a consolidação da doutrina da Igreja Católica, por meio da reformulação do sistema educacional traçado por Francisco Campos, a contribuição dos veículos de comunicação e das Forças Armadas para a legitimação do regime, o papel de sujeito histórico assumido pelo Estado e o projeto educacional e pedagógico estruturado por Alceu Amoroso Lima e Gustavo Capanema.

Entender a maneira pela qual a política educacional empreendida durante o Estado Novo contribuiu para a legitimação do Estado Autoritário e para a legitimação da discriminação entre as classes é o objetivo deste primeiro capítulo.

1.1 – A EDUCAÇÃO NA DÉCADA DE 1930

A influência da Igreja Católica nas escolas se deu principalmente, na disciplina canto orfeônico, na introdução maciça do latim em todos os anos do currículo da escola secundária, no ensino religioso que perspassava todo o cotidiano da escola, nas missas celebradas nas ocasiões solenes, na valorização dos princípios católicos e na composição do quadro de professores tendo em vista que, cônegos e monsenhores eram docentes em algumas escolas, dentre as quais o GMU. Os princípios da Igreja Católica perpassavam o processo pedagógico

das instituições educacionais especialmente, das escolas secundárias, enquanto que os demais "credos" eram "mascaradamente" excluídos, conforme destacam as reportagens dos jornais **A Tribuna** e **O Reporter**. A preocupação com a formação moral e religiosa dos indivíduos pode ser percebida no cotidiano das escolas secundárias, as quais também eram extremamente seletivas, se analisarmos os processos de ingresso e promoção dos alunos, que se baseavam na defesa de alguns em detrimento de todos. A busca pela formação de indivíduos disciplinados, segundo os moldes valorizados pelo social, também se baseava nos quadros e na hierarquia do catolicismo e nos fundamentos do Exército.

No período analisado, denotamos a preferência do Estado pela educação "de classe", a expansão da educação para os já educados; a expansão, sem plano, das formas de educação mais adequadas para promover certo 'aristocracismo educacional': educação para o lazer, o parasitismo burocrático, promoção do status social.

Na gestação do Estado Novo, a Igreja Católica, "amparada" por seus instrumentos de controle e domesticação das mentes, dentre os quais: a confissão individual, as pregações dos padres e os mandamentos, contribuíram para que a harmonia social fosse mantida. Porém, caso seus instrumentos de persuasão falhassem, os aparelhos estatais, estruturados a funcionar basicamente pela repressão e violência, "cuidavam" de manter a paz social.

> Essa aliança entre Igreja e estado, suas necessidade e vantagens, é explícita na encíclica Divini Illus Magistri, de Pio XI, que retoma as palavras do cardeal Silvio Antoniano: "Quanto mais concorre para a conservação do estado. Pois que, enquanto o superior eclesiástico procura formar um bom cristão com a autoridade e os meios espirituais, segundo o seu fim, procura ao mesmo tempo e por necessária conseqüência formar um bom cidadão como ele deve ser sob o governo político". [...] Colocando-se a serviço da classe dominante, a Igreja contribui para a manutenção do status. [...] A Encíclica Divini Illus Magistri, ao expor a doutrina da Igreja sobre educação, afirma que somente a educação cristã é adequada e perfeita, que a educação pertence de modo sobreeminente à Igreja e à família, que ao estado cabe a suprir as deficiências da família, sendo injusto e ilícito o seu monopólio educacional (BUFFA, 1978, p.101).

A história brasileira durante a República Velha foi marcada pelo sistema coronelista e pela política dos governadores, responsáveis pelo fortalecimento das oligarquias e dos coronéis locais, já que estes segmentos sociais eram os proprietários das máquinas políticas em seus estados e, portanto, manipulavam as eleições conforme as negociações feitas entre si.

Essa situação começou a se modificar com o crescimento do processo de urbanização-industrialização, com a superprodução cafeeira, com a saturação do mercado consumidor, com o crescimento do eleitorado urbano, com o surgimento de novos segmentos sociais: empregados no comércio, na indústria, nas profissões liberais e na burocracia, outros setores burgueses e uma nova burguesia industrial. Então, fez-se necessário um reajustamento desses novos segmentos sociais com o setor tradicional e, destes com o setor internacional, ou seja, uma recomposição das estruturas do poder, permeado por um conservantismo sociocultural e político, conforme destacou Fernandes (1987).

De acordo com o pensamento de Fausto (1982), todo o processo de produção e venda do café estava concentrado nas mãos dos próprios cafeicultores. Diversas áreas influenciavam no processo de exportação do café, entre as quais: Inglaterra, Estados Unidos, Europa Ocidental e Alemanha. O processo de superprodução do café e de saturação do mercado iniciou-se em 1924. Porém, a política de defesa permanente do café sustentou os preços do produto. A crise catastrófica da estrutura econômica do país, baseada na monocultura cafeeira piorou, a partir da I Guerra Mundial. A defesa permanente do café, pelo sistema, era extremamente contraditória, pois levava a uma superprodução incontrolável, devido à elevação dos preços do produto, conforme nos mostra Fausto:

> Lembre-se também a difícil situação em que se abre o ano de 1929, quando o problema de superprodução se torna agudo: _ as floradas dos cafezais, plenamente recuperados da grande safra 1927-1928, que produzira aproximadamente 27 milhões de sacas contra cerca de 18 milhões do ano agrícola 1926-1927, anunciavam uma safra de pelo menos iguais proporções, acrescida ainda dos novos cafezais que entravam em produção. [...] Em meio a estas possibilidades inarticuladas, em plena campanha eleitoral, abriu-se a crise mundial, em outubro de 1929. A crise não produziu a revolução, como uma espécie de curto-circuito em um sistema em pleno

> funcionamento e é possível mesmo especular sobre a eventualidade da queda da República Velha, independentemente dela. Mas, as contradições da economia cafeeira, das instituições que consagravam seu predomínio ganharam outra dimensão (FAUSTO, 1982, p.95 e 97).

A partir de 1928, o Brasil passou por um processo revolucionário, cujo suporte estava substantivado na revolução democrático-burguesa. Nesse período, os grupos políticos que possuíam interesse na efetivação da revolução se uniram em torno de um acordo tácito capaz de imprimir uma direção política à luta de classes, com o objetivo de suspender o conflito fundamental entre o capital e o trabalho, conforme nos mostra De Decca (1992).

Consideramos que esse processo revolucionário ocorreu, a partir de 1928, tendo em vista que, a partir daí, as discussões em torno da revolução foram permeadas pelo problema da direção política da luta de classes, pois já nessa época existia em São Paulo uma classe operária capaz de construir uma proposta política de revolução e, porque também, nessa mesma época, os grupos políticos que discutiam a possibilidade dessa revolução se uniram para transfigurá-la na luta contra o fantasma da oligarquia e para defender a liderança de Luís Carlos Prestes no movimento de oposição.

Esse processo de união de forças políticas contra o governo do Partido Republicano Paulista apresentou-se, na visão de De Decca (1992), com uma direção democrático-burguesa, pois, nesse período, o Bloco Operário e Camponês, iniciou um movimento em prol das leis sociais em todo o país, por meio de seus comitês. Já os industriais se organizaram em torno do Centro de Indústrias do Estado de São Paulo, organismo que foi criado justamente para centralizar, unificar e redefinir todo o discurso dessa classe; para enfrentar as pressões da classe operária como de outros agentes sociais que reivindicavam do Estado uma nova distribuição da renda nacional.

> Considerando o conjunto de propostas de revolução não há como não concluir que em 1928, a classe operária era uma presença incômoda tanto para o Partido

> Republicano como para o movimento de oposição. Para o partido do governo a classe operária representava uma pressão considerável devido à crescente mobilização partidária - via Bloco Operário e Camponês - e sindical em torno das reivindicações de direitos sociais e políticos. Para o movimento de oposição, cujo ponto de convergência se dava num temário genérico de revolução, a presença dos operários obrigava a uma abertura e um desdobramento das propostas que apontavam, necessariamente, para o reconhecimento desse novo interlocutor na política (DE DECCA, 1992, p. 90-1).

A classe operária passou a ser mais bem aceita, tanto pelo governo como pelo movimento de oposição, a partir de 1928, porque isso fazia parte da estratégia do jogo do poder, que se baseava em "ganhar" a classe operária para impedir a generalização de sua proposta política. Esse processo de manipulação dos cérebros dos operários foi feito através tanto do Bloco Operário Camponês (BOC), como do jornal diário de São Paulo, *O Combate*. Este jornal dava abertura para que os operários expressassem sua opinião, mas não publicava as suas pretensões de direção da luta política, conforme De Decca:

> *O Combate* realizava exemplarmente o trabalho de generalizar para o conjunto da sociedade a sintonia da arregimentação operária com uma proposta definida de revolução, cujo programa visava à aliança dos "revolucionários", do Partido Democrático e do Bloco Operário e Camponês (1992, p. 95).

Por outro lado, Fausto destacou que:

> O comportamento do pequeno PCB nos últimos anos da década de vinte e a sua atitude em face da Revolução de 1930 devem ser vistos em função desta estratégia global do movimento comunista. As teses aprovadas no III Congresso partidário (dezembro de 1928/janeiro de 1929) revelavam a mudança de linha, ao acentuar: "Brasil é um país semicolonial. Penetrando nele o imperialismo, adaptando a economia do país ao seu próprio interesse, apóia-se nas formas de exploração feudais e semi-escravagistas, baseadas no monopólio da terra. A principio, o capital industrial encontrava uma grande resistência por parte dos agrários. Agora, o capital industrial e o capital agrário interpenetram-se cada vez mais". Fazendo o balanço da experiência do Bloco Operário e Camponês – frente legal do Partido – o Congresso assinalava o perigo do organismo sofrer uma degenerescência eleitoral, por influência dos aliados pequeno-burgueses e criticava expressamente o BOC de São Paulo. Nas eleições de março de 1930, sempre através do BOC, o Partido apresentou candidato próprio à Presidência da República – o operário marmorista Minervino de Oliveira – e denunciou o caráter reacionário tanto da Aliança Liberal como da articulação revolucionária, com o objetivo de derrubar Washington Luís (FAUSTO, 1982, p.15).

Esse período de crise da sociedade brasileira foi entendido como crise do trabalho/trabalhador coisificado, conforme argumenta Edgar De Decca (1992). Era necessário, portanto, recuperar a unidade do mundo do trabalho para reverter essa crise. Essa unicidade do trabalho só poderia ser garantida com a recuperação da sua dimensão humana, pela via institucional do Estado e da teologia católica.

A luta de classes se transfigurou, num primeiro momento, numa luta genérica dos revolucionários[8] contra o fantasma da oligarquia, a qual, sob a ótica do poder, carregava em si mesma as imagens do atraso, da artificialidade, da negação da nacionalidade. Trata também de uma revolução contra o imperialismo, ou seja, os grandes proprietários de terra e o grande capital eram considerados obstáculos ao livre desenvolvimento das forças produtivas. Abguar Bastos apresentou a primeira versão neste sentido:

> No caso brasileiro, na medida em que se definia a contradição principal através do antagonismo entre o latifúndio, aliado do imperialismo, e as forças nacionais, constituídas por amplos setores da burguesia nacional, de pequena-burguesia e pelas classes populares, os ideólogos do pensamento dominante nos anos do após-guerra, no interior da esquerda brasileira, passaram a buscar nos cortes mais significativos da História do Brasil contemporâneo os traços da contradição principal (Abguar Bastos apud FAUSTO, 1982, p.16).

A leitura do processo político pelo BOC evidenciou essa luta anti-oligárquica como luta contra o domínio dos grandes proprietários de terra, porque "os revolucionários" estavam revoltosos com o fato dos latifundiários serem também os detentores do poder político, pois havia trinta e seis anos que os cargos políticos estavam sendo ocupados somente pela aristocracia cafeeira. O BOC também via essa revolução como luta contra o grande capital,

---

[8] Entende-se por "revolucionários" um sujeito político composto pelos membros do movimento de oposição ao Partido Republicano, que lutavam contra o fantasma da oligarquia, mas que, na realidade, estavam insatisfeitos com o governo Washington Luís, considerado oligárquico, conservador e reacionário.

considerado o inimigo estrangeiro ao desenvolvimento do mercado interior, necessário à independência nacional face aos interesses internacionais. Na concepção do BOC, a oligarquia era composta por esses três setores da economia: latifundiários, grande capital industrial, agentes de capital financeiro. Portanto, a sua luta era contra essas três classes que impediam o desenvolvimento tradicional do capitalismo. Estas análises estão explicitadas no pensamento de De Decca:

> Por isso mesmo, desde as várias propostas de revolução, seja dos "revolucionários", seja do Partido Democrático, seja do BOC, a suspensão do conflito entre o capital e o trabalho constitui-se no dispositivo ideológico mais eficiente no momento mesmo da efetivação das relações sociais. Quer se trate de propostas de conciliação e de paz social via leis trabalhistas, ou de propostas de revolução que deslocam o eixo da luta de classes para o combate ao feudalismo e ao imperialismo, o problema é que todas elas cumpriram naquele momento as exigências da expansão do próprio capital, suspendendo por tempo indeterminado o conflito entre o capital e o trabalho (1992, p.106).

Este programa genérico de combate à oligarquia satisfazia, ao mesmo tempo, os setores descontentes da classe dominante, alguns segmentos urbanos e a classe operária. Os setores descontentes da classe dominante eram aqueles que não eram beneficiados pelo governo do Partido Republicano, principalmente os cafeicultores que não estavam satisfeitos com a política econômica de Washington Luís. Este programa continha propostas diversas de revolução, vindas de agrupamentos políticos diferentes, porém em busca do mesmo objetivo: impedir, desde o início, a viabilidade de uma proposta de revolução capaz de alterar radicalmente as regras do jogo, ou seja, desmontar as formas de organização autônoma da classe operária.

Conforme já salientamos anteriormente, em 1929, a crise da sociedade brasileira, tendo em vista a superprodução cafeeira e a saturação do mercado consumidor foi entendida como crise do trabalho/trabalhador coisificado.

A partir do momento em que o BOC transgrediu as regras do jogo político, deixando-se influenciar pelas reivindicações operárias na luta contra o capital e demonstrando que a prática política da classe operária ia muito além da genérica luta oligárquica, deixou de ser um aliado dos "revolucionários", pois mobilizou o operariado em torno dos sindicatos, os quais passaram a lutar em defesa das leis sociais e dos direitos políticos, criando a Confederação Geral do Trabalho e realizando greves em 1929.

> A campanha eleitoral às eleições presidenciais de março de 1930 abriu-se em fins de julho de 1929, com o lançamento da candidatura de Getúlio Vargas e a formação da Aliança Liberal. A iniciativa partiu de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, que se opuseram à chapa governista Júlio Prestes-Vital Soares, com a posterior adesão da Paraíba. [...] Mal esboçada a disputa, as principais associações industriais de São Paulo lançavam um manifesto, com data de 30 de julho de 1929, publicado com grande destaque na primeira página do *Correio Paulistano,* apoiando a candidatura de Júlio Prestes. [...] O apoio não ficava em uma declaração formal, mas anunciava a intenção da grande indústria de arregimentar politicamente o setor e a área sob sua influência. "Assim – dizia o documento – no cumprimento de um dever cívico, cogitam (as indústrias paulistas) de formar, com elementos seus, um grande corpo eleitoral, cuja organização ficará a cargo do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, com a coadjuvação dos outros centros que vão tomar parte neste movimento" (FAUSTO, 1982, p.29).

Essa movimentação autônoma da classe operária contra a submissão ao capital passou a preocupar, não somente os "revolucionários", mas o conjunto da sociedade.

> Poder-se-ia dizer que, se parece claro não haver conexão entre a Revolução de 1930 e a burguesia industrial de São Paulo e mesmo do Distrito Federal, isto não eliminaria a caracterização do episódio em termos de um confronto entre interesses agrários e industriais, pois São Paulo, com exceção do Partido Democrático, alheio, aliás, às articulações de março/outubro 1930, não se colocou ao lado dos revolucionários. [...] Desde logo, seria estranho que uma revolução, tendo por objetivo "consciente ou inconsciente" a expansão do capitalismo industrial no Brasil, deixasse de sensibilizar o núcleo mais significativo da fração de classe cujos interesses iria promover. [...] Não obstante a existência de atritos, há entretanto uma complementaridade básica nos núcleos dominantes do país – São Paulo e Distrito Federal, em particular – entre os setores agrários e industriais, sob hegemonia da burguesia do café. Isto decorre da própria formação da fração industrial que nasce com o avanço dos negócios cafeeiros e deles depende para sua própria sobrevivência. Como mostra Warren Dean, ao contrário do que geralmente se supõe, os bons anos do café – o período 1907 – 1913, por exemplo – são também anos de ascensão da indústria, incentivada pela maior demanda interna. [...] a burguesia industrial não tem razões nem condições para propor um projeto de estruturação do país, diverso do existente. [...] Por outro lado, nada é mais distante da realidade do que a imagem de uma nascente burguesia industrial desenvolvimentista, com as características de um núcleo dinâmico e

> modernizador da economia, interessado na constante ampliação do mercado e na produção em massa (FAUSTO, 1982, p. 38 e 46).

Nesse momento, o governo do Partido Republicano se uniu ao movimento de oposição para combater outro fantasma: o comunismo. A luta de classes se transfigurou, a partir de então, na luta contra o comunismo. A burguesia nacional e a elite política, preocupadas em interceptar a agitação que explodia por todo o país, considerada influência do comunismo e ameaçando uma revolução nacional, fizeram a Revolução de 1930, evidenciada principalmente, pelo processo de mudança de liderança política, resultando na ascensão de Getúlio Vargas à Presidência.

> A Revolução de 1930, seja sob a forma direta de intervenção da fração de classes, seja sob a forma medida de uma "revolução do auto", não foi um movimento que tenha conduzido a burguesia industrial à dominação política. Isto não elimina certas conexões entre o processo de industrialização e o episodio revolucionário, como veremos adiante, pelos efeitos reflexos da ação do estado, tanto na forma descrita por Celso Furtado, como pelo sentido geral que assume esta intervenção. [...] Se o desenvolvimento industrial não foi objetivo da prática política de Vargas, entre 1930 – 1937, isso não significa que o estado tenha adotado uma linha contraria aos interesses da burguesia industrial. Do ponto de vista político, alguns elementos do setor obtiveram postos de comando de importância variável. [...] No plano econômico, as próprias preocupações pelo equilíbrio financeiro e a necessidade de restringir importação conduziram a incentivos em algumas áreas, especialmente da indústria extrativa e da agro-indústria. [...] Talvez nada elucide melhor a ausência de qualquer perspectiva industrialista nos representantes políticos gaúchos do que o comportamento do líder da bancada na Câmara Federal, João Neves da Fontoura, ao explorar, naquela Casa, em novembro de 1929, os reflexos da crise mundial no Brasil, para capitalizar argumentos em favor da Aliança Liberal, João Neves não propõe uma política industrializante como alternativa à derrocada do núcleo agrário exportador. Pelo contrário, seu ataque não ultrapassa os limites da crítica a certa política cafeeira, concretizada nas operações valorizadoras, cujo efeito principal consiste em impedir a diversificação da produção agrícola. No final de seu discurso, o líder da bancada gaúcha conclui citando o deputado estadual paulista Orlando Prado, procurando evidenciar que o desvio de energias para o café e o aumento de salários dos trabalhadores agrícolas provocara a ruína de lavouras importantes, como as do algodão e do açúcar. [...] Ao se caracterizar a Revolução de 1930, é preciso considerar que as suas linhas mais significativas são dadas pelo fato de não importar em alteração das relações de produção na instância econômica, nem na substituição imediata de uma classe ou fração de classe na instância política. As relações de produção, com base na grande propriedade agrária, não são tocadas; o colapso da hegemonia da burguesia do café não conduz ao poder político outra classe ou fração de classe com exclusividade. Esta última circunstância elimina as explicações monistas do episódio, em termos de ascensão da burguesia nacional, revolução das classes médias (FAUSTO, 1982, p. 49, 50, 42 e 86).

Isso também foi possível porque os proprietários das máquinas eleitorais de Rio Grande do Sul e Minas Gerais apoiaram essa mudança política, pois estavam irritados com a tentativa de Washington Luís de impor outro paulista à presidência, rompendo com o acordo político estabelecido entre Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo de se revezarem na presidência e, a vitória de Júlio Prestes nas eleições de março de 1930 rompeu com esse acordo. Fausto (1982) destacou em suas análises que, nesse período, o voto popular estava subordinado à fraude e ao mecanismo do reconhecimento de poderes dessa forma, inexistiam eleições formalmente livres. Conforme Fausto:

> No nível político, a Frente Única gaúcha, reunindo libertadores e republicanos em torno da candidatura Getúlio Vargas, é uma composição de velhos oligarcas da política estadual e alguns jovens que surgem no interior das agremiações partidárias, mais como equipe de substituição do que de ruptura. [...] No caso mineiro, não obstante existir um núcleo industrial de alguma significação em Juiz de Fora, a que estaria ligado Antônio Carlos, é flagrante e predominância da grande propriedade rural e dos grupos sociais que dela derivam seu domínio. [...] O principal componente da velha política mineira, cujos traços essenciais perduram, significativamente, durante toda a década de trinta, se traduz na constituição de uma poderosa e quase impenetrável oligarquia que se divide e se entrelaça na medida dos interesses comuns e ligações familiares (1982, p. 39, 42-43).

O desenvolvimento industrial não foi o carro-chefe dos primeiros sete anos do governo Vargas assim, amplos setores da burguesia nacional, da pequena burguesia e das classes populares tiveram seus ideais substituídos pelos interesses dos latifundiários e do capital financeiro, os quais continuaram “ditando” as regras do poder político.

1.2 – A GLORIFICAÇÃO DE VARGAS: A GESTAÇÃO DA IDEOLOGIA DO TRABALHISMO

Na concepção de Rosa (1933), a Revolução de 1930 pode ser entendida como "revolução das classes médias", pelo choque das seguintes forças sociais: classes médias urbanas[9] e oligarquias.

> Para Guerreiro Ramos, o fato de que as classes médias pretendessem realizar apenas "reforma tópicas nas instituições" facilitou-lhes o acesso ao poder, permitindo o estabelecimento de um pacote entre seu extrato mais qualificado, os industriais e os antigos círculos dominantes, cuja expressão é o golpe de 1937. Em ambos os autores, estão presentes a noção de que a Revolução de 30 foi realizada pelas classes médias; a identidade entre classes médias e tenentismo; a distinção entre revolução efetuada por uma classe que seu posterior ascenso ao poder, em caráter não exclusivo (FAUSTO, 1982, p.52).

Na visão de Hélio Jaguaribe (1962), o conservadorismo das classes médias dificultou a transformação da estrutura socioeconômica do país, "atrasando" a industrialização do país via Estado. Esse segmento social lutava pela reforma política, associada à manutenção do *status quo* nas relações fundamentais de propriedade.

Na concepção de José Nun, o Exército é fundamental para que as classes médias se constituam como categoria social hegemônica e, principalmente, que se mantenham no poder para "conter" as classes populares, conforme afirma:

---

[9] Fausto entende por classes médias urbanas, "a população civil urbana, que trabalha por conta própria ou que recebe salários por trabalho não-manual, abrangendo os pequenos empresários e comerciantes, funcionários públicos, empregados no comércio, profissionais liberais" (FAUSTO, 1982, p.54). Pelo fato de não existirem partidos nacionais que representem a categoria, não é possível analisar suas inclinações eleitorais nem medir seu comportamento político. "A pequena-burguesia se comporta, de um modo geral, como o oxigênio puro do sistema: objetivando a plena realização da democracia formal, através do voto secreto, a representação das minorias, a independência da magistratura. Estes objetivos coincidem, nesta etapa, com os interesses de setores das classes médias urbanas, na medida em que, a reforma política, associada à manutenção do *status quo* nas relações fundamentais de propriedade, ampliaria o acesso às atividades ligadas ao Estado, até então, em seus níveis mais altos, sob o estrito controle das oligarquias" (FAUSTO, 1982, p. 82-83).

> Referindo-se ao Brasil, de 1930 a 1964, atribui o autor as classes médias, através da mediação do aparelho militar do estado, o papel de classe-sujeito da História: "O Exército permitiu a Vargas chegar à presidência em 1930 como representante da classe média; foi ele quem levou a seguir essa classe ao governo, com o golpe de Estado de 1937; mas em outubro de 1945 e agosto de 1954 o Exército exprimiu os temores desta mesma classe média diante do caráter mais popular de que se revestia pouco a pouco o regime" (FAUSTO, 1982, p.53).

Conforme a visão dos autores citados neste trabalho há uma identificação entre as classes médias e o movimento tenentista. O movimento tenentista da década de 20 possui características militares, responsáveis pela salvação nacional e pela ordem da nação.

> A prevenção contra os tenentes era geral entre os políticos. A polícia do PRP, em São Paulo, coligira extensa 'documentação de que João Alberto, Siqueira Campos, Miguel Costa, Luís Carlos Prestes e outros estavam de pleno acordo na implantação do bolchevismo no Brasil'. A Virgílio de Melo Franco e a Pedro Ernesto, quando ia adiantada a conspiração, Artur Bernardes chamava a atenção para os boatos sobre as tendências comunistas de Prestes e seus companheiros. Essas dúvidas se dissiparam, mais tarde, em alguns setores, com a definição marxista de Luís Carlos Prestes. Mesmo assim, a prevenção continuava. "Nem por sombras devemos admitir a possibilidade de nos ligarmos a essa gente" – era a opinião de Francisco Campos, então secretário do Interior em Minas e lugar-tenente de Antônio Carlos na articulação do movimento da Aliança Liberal. [...] A 'máquina' funciona nas eleições de março de 1930, dando a vitória à chapa Júlio Prestes-Vital Soares, mas o governo deixa de contar com sua base de sustentação para os momentos decisivos, como os acontecimentos de outubro iriam revelar. O contraste entre a frieza dos setores agrários paulistas em outubro de 1930 e sua ampla mobilização, em outro contexto, dois anos depois, é neste sentido um exemplo bastante revelador (FAUSTO, 1982, p. 61 e 99).

Desde o primeiro instante em que Vargas ascendeu ao poder, procurou concentrá-lo em suas mãos para que pudesse, não somente permanecer nele por mais tempo, mas também exercê-lo de forma autoritária. Dessa forma, aboliu todas as entidades legislativas e concentrou os poderes legislativo e executivo em suas mãos.

> A progressiva armação da ditadura relembra uma escalada de violência por demais conhecida, responsável pela supressão das liberdades individuais e civis, pela ameaça física e psicológica, pela perseguição e tortura, pela corrupção e cinismo, pela mentira da propaganda a espalhar a crença no progresso e na ascensão social com solução de toda ordem de problemas. Em troca de desenvolvimento econômico e das

> gordas taxas do PNB impôs-se, persuasivamente, a supressão do exercício das liberdades civis, subsumidas como componente inerente ao progressismo, transfigurado em farsa através da encenação político-religiosa do 'milagre brasileiro'(LENHARO, 1986, p. 11).

Outra medida de Vargas, nessa mesma época, foi a criação do cargo de interventor federal para os estados. Esses interventores federais ficaram responsáveis pelo controle dos poderes executivo e legislativo em cada estado, inclusive assumindo o governo dos estados, caso fosse necessário. Assim, Vargas teria a garantia de que não existiria resistência e oposição ao seu governo em nenhum lugar do país.

> A maior centralização é facilitada pelas alterações institucionais que põem fim ao sistema oligárquico, o que não se confunde com o fim das oligarquias. Intocadas em suas fontes de poder, estas subsistem como força local, embora possa haver a troca de grupos ligados ao "antigo regime", por outros situados na oposição. Entretanto, as oligarquias se subordinam agora ao poder central, com a perda do controle direto dos governos dos Estados, onde são instalados interventores federais (FAUSTO, 1982, p.110).

Além do mais, Vargas estava sendo pressionado, tanto pelo capital monopolista mundial como pela burguesia brasileira, a criar as condições precisas de "desenvolvimento com segurança", que oferecessem garantias econômicas, sociais e políticas à burguesia nessa penosa fase de modernização tecnológica, de aceleração do crescimento econômico e de aprofundamento da acumulação capitalista que se inaugurava.

> A experiência ensinava-lhes que o controle direto do Estado surgia como a única real garantia de autoproteção para o predatório privatismo existente. Para reagir a essas três pressões, que afetavam de maneira muito diversas as bases materiais e a eficácia política do poder burguês, os setores dominantes das classes alta e média se aglutinaram em torno de uma contra-revolução autodefensiva, através da qual a forma e as funções da dominação burguesa se alteraram substancialmente. O processo culminou na conquista de uma nova posição de força e de barganha, que garantiu, de um golpe, a continuidade do *status quo ante* (FERNANDES, 1987, p. 217).

Para que Getúlio atendesse a todas as pressões, sem se subordinar diretamente a nenhuma delas, essa primeira fase do seu governo se baseou em troca de favores e em concessões estratégicas aos seus opositores, na visão de Skidmore (1992, p. 21-71).

Com relação a sua política de troca de favores para se manter no poder, Vargas procurou atender determinadas demandas dos líderes do Movimento Revolucionário de 1930, atendendo parte de suas reivindicações, principalmente aquelas provenientes dos Estados considerados "fortes" naquele momento: Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. Assim, criou o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) para o mineiro Francisco Campos e o do Trabalho, Indústria e Comércio para o gaúcho Lindolfo Collor. É válido ressaltar que São Paulo era o único Estado que se mantinha fiel ao presidente deposto, membro do Partido Republicano Paulista (PRP), por isso, Vargas não precisava pagar o preço da adesão revolucionária a esse Estado, mas o que era mais difícil, conquistá-lo e dominá-lo, já que ainda era o maior centro produtor do país e, praticamente, a única fonte de divisas do Brasil. O PRP, na figura dos fazendeiros do café, dominou o país durante trinta e seis anos e não se conformava com a perda do poder assim, tentaram retomá-lo em 1932, por meio da Revolução Constitucionalista, mas foram derrotados.

É necessário salientar que esses dois ministérios não foram criados por Vargas tão somente para "agradar" os líderes do Movimento Revolucionário de 1930. A pasta do trabalho foi criada principalmente, para controlar e disciplinar as classes trabalhadoras, algo indispensável à preservação da "ordem social" e ao "progresso econômico", já que a política de marginalização pura e simples, realizada pelos antigos setores dominantes, não tinha mais condições de se sustentar.

> Não foi à toa que, logo no seu discurso de posse à frente da recém-criada pasta do Trabalho, o Ministro Lindolfo Collor (de 26/11/30 a 4/4/32) estufou o peito para proclamar: 'É o Ministério do Trabalho, especificamente, o Ministério da Revolução'. Tratava-se de promover a regulamentação dos fatores de produção como condição indispensável para a manutenção da "paz" e "harmonia social", caminho que levaria à colaboração de classes, sem a qual, na visão oficial, não haveria a

> devida garantia de desenvolvimento econômico no país. No fundo, 'a desorganização do nosso trabalho', diria o ministro, só contribuía para reforçar 'a precariedade do nosso ritmo econômico' (PARANHOS, 1999, p. 16).

Percebe-se no discurso oficial a preocupação com a disciplinarização do trabalho, processo que se concretizará mediante o redimensionamento do tratamento dispensado á "questão social", por meio da elaboração das leis sociais.

O principal sustentáculo do Governo Provisório era o Clube 3 de Outubro: o Partido dos tenentes, porque estes defendiam um governo forte, capaz de combater o comunismo e conter a agitação das massas, já que a situação econômica do país não havia melhorado. O papel do Exército era regenerar o país, através da restauração do equilíbrio entre os três poderes: Judiciário, Executivo e Legislativo, enfatizando o Judiciário, considerado essencial ao bom funcionamento do regime. O poder Judiciário, distribuidor de Justiça, e o Exército, juntos são capazes de reorientar a nação, sem a interferência dos políticos. A fundação do Conselho Nacional do Café não havia resolvido o problema da crise que envolvia, não só o café, mas outros produtos de exportação. Além do mais, havia o problema das dívidas externas e dos desempregados. Essa situação provocava agitações por todo o país. Essa agitação social foi transfigurada pelo poder, que passou a considerá-la como resultado do avanço do comunismo. Isso pode ser confirmado nas análises de Basbaum, que pondera: "É fora de dúvidas que a perseguição ao comunismo era um mero pretexto, que se repetiria, aliás, de outras vezes, para liquidar quaisquer aspirações de independência capaz de tolher a liberdade... do governo revolucionário" (BASBAUM, 1975, p. 33).

> A formação de uma frente constituída por forças de natureza diversa não responde, por si só, à questão de classe ou fração substitui no poder a burguesia cafeeira. Francisco Weffort encontra a melhor resposta para o problema, caracterizando os anos posteriores a 1930 como o período em que "nenhum dos grupos participantes pode oferecer ao Estado as bases de sua legitimidade: as classes médias porque não têm autonomia frente aos interesses tradicionais em geral, os interesses do café porque diminuídos em sua forca e representatividade política por efeito da revolução, da segunda derrota em 1932 e da depressão econômica que se prolonga por quase um

> decênio, os demais setores agrários porque menos desenvolvidos e menos vinculados com as atividades de exportação que ainda são básicas para o equilíbrio do conjunto da economia". Em tais condições, instala-se um compromisso entre as varias facções pelo qual "aqueles que controlam as funções de governo já não representam de modo direto os grupos sociais que exercem sua hegemonia sobre alguns dos setores básicos da economia e da sociedade" (FAUSTO, 1982, p.104).

Nos anos posteriores a 1930, concretizou-se o Estado de compromisso, porque a estrutura política e social do país era composta por várias frações da burguesia: classes médias, classe operária. O exército era o sustentáculo do Estado de compromisso, cujo objetivo era "construir" uma nação disciplinada, composta de indivíduos dóceis e úteis. A consolidação do governo de Vargas dependia da liquidação do tenentismo, do combate às organizações radicais e da condenação do "Clube 3 de Outubro" assim, o processo de disciplinarização dos indivíduos estaria exclusivamente nas mãos do Exército.

> Dentre as medidas tomadas por Vargas, visando atenuar os problemas decorrentes da crise agrícola, a mais conhecida é a chamada Lei de Reajustamento Econômico (Decreto nº. 23.533, de 1º de dezembro de 1933), pela qual foram reduzidos em 50% o valor de todos os débitos dos agricultores sujeitos a garantia real ou pignoratícia e os débitos de qualquer natureza a banco e as casas bancárias quando fosse de insolvência o estado do devedor, indenizando-se os credores com apólices do governo federal. [...] Na interventoria João Alberto, eclodiu uma série de greves, a partir de novembro de 1930. [...] No Rio de Janeiro, no curso de 1931, os trabalhadores têxteis paralisaram continuamente o trabalho, [...] em maio de 1932, eclodiram movimentos paredistas dos ferroviários da SPR, sapateiros, vidreiros, tecelões, padeiros, garçãos (FAUSTO, 1982, p.106-8).

A ameaça do avanço do comunismo também foi usada pelo poder para justificar o apoio da Igreja Católica ao governo de Vargas. Esta instituição passou a lutar pela consolidação de sua doutrina através da reformulação do sistema educacional. É válido ressaltar que isso foi possível, porque logo após a Revolução, conforme já salientamos, o Governo criou o Ministério de Educação e Saúde Pública e, por meio dele, institucionalizou uma série de reformas que também refletiam a tendência do governo de conciliar as reivindicações dos grupos em conflito. Logo após sua criação, Francisco Campos foi

designado ministro dessa pasta e permaneceu no cargo até 1932, quando Washington Pires assumiu o MESP, conforme salientou Basbaum (1975).

A escola secundária era respaldada por princípios morais e religiosos, estava empenhada principalmente, em cultivar um intelectualismo. Estas instituições também se inspiravam nos critérios do direito divino e da revelação carismática como exclusivamente do catolicismo. As escolas secundárias, tidas como "elitistas", eram permeadas pela competição, por rigorosos processos avaliativos, por um processo criterioso e seletivo de ingresso dos alunos.

Tendo em vista que os ministérios foram criados para atender as reivindicações dos grupos em conflito, o grupo católico utilizou-se do MESP para atingir seus objetivos, fato que pode ser constatado na publicação do Decreto no. 19941 de 30/04/31. Por meio desse decreto, Francisco Campos reintroduziu nas escolas públicas e oficiais o ensino religioso facultativo. Dessa forma, a principal reivindicação da Igreja Católica foi atendida logo no início do governo Vargas, dando-lhe fôlego para lutar pelas demais medidas. Neste período, também foi criado o Conselho Nacional de Educação (1931), reformado o ensino secundário, comercial e superior por meio do Decreto-Lei nº. 19.851 de 1931, inclusive com a criação de algumas universidades e a instituição do Estatuto das Universidades Brasileiras (1931).

Como foi a chamada "substituição de importações" de equipamentos e *know how* o modelo de desenvolvimento imperante neste período, a preocupação central da escola não era com a formação, em larga escala, de pesquisadores e com o desenvolvimento da pesquisa aplicada. Além do mais, a reivindicação por educação era feita pelas camadas emergentes e, estas se interessavam pelos padrões de educação da elite, assim sendo, as reformas que ocorreram no ensino secundário e superior mantiveram a concepção liberal-aristocrática de ensino, inerte em relação ao desenvolvimento conforme justifica Romanelli: "Se, de um lado, o capitalismo industrial avançou a passos firmes, de outro, o latifúndio persistiu e, com ele,

toda a gama de situações culturais e de valores próprios da aristocracia rural decadente e da ignorância das massas" (ROMANELLI, 1978, p. 62).

A demanda pela educação, nesse período, tomou o aspecto de uma luta inconsciente, mas decisiva, dos novos segmentos sociais em ascensão por posições de maior relevo. A evolução da escola se deu em função dessa demanda, oferecendo em escala maior o mesmo tipo de educação aristocrática e acadêmica da velha ordem, conforme salienta Romanelli:

> Foi, pois em direção a esta que caminhou a demanda. Foi por essa escola livresca que elas passaram a lutar, não evidentemente pelo conteúdo que ela proporcionava, que a elas realmente pouco interessava, mas pela posição social a que poderia guindá-las o título por ela conferido. Foi por isso que a expansão do ensino assumiu, a nosso ver, o aspecto de uma luta de classes. Do ponto de vista das camadas populares, o que elas se propunham era garantir-se o acesso às posições das classes altas. Do ponto de vista destas, o que era preciso ser feito, e o foi, era manter o controle dessa expansão, de forma que ela se fizesse em limites estreitos e assegurasse certo grau de seletividade capaz de, em face da impossibilidade de se conter a demanda, fazer com que subissem apenas os 'mais capazes' (1978, p. 103).

A expansão do sistema educacional se deu de forma insuficiente e distorcida, oscilando entre os interesses das camadas emergentes que lutavam por mais educação que assegurasse status e, os interesses das camadas dominantes, que procuravam conter a expansão desse tipo de educação, impondo padrões de seleção e critérios rigorosos de avaliação que dificultavam o ingresso e a promoção dos estudantes das camadas populares. "Conscientemente ou não, a escola, por seus métodos, pela atitude dos professores, pelas matérias ensinadas, pelos valores que ela privilegia, contribui bastante para entreter a segregação social" (ROMANELLI, 1978, p. 105).

A Constituição de 16 de julho de 1934, que legitimou Getúlio Vargas Presidente da República, trouxe algumas inovações em relação às anteriores. Uma delas está presente no parágrafo único do Artigo 120, o qual salienta que: "a lei assegurará a pluralidade sindical e a completa autonomia dos sindicatos" (BASBAUM, 1975, p. 64). Esta medida implica o

reconhecimento da existência da classe a qual deveria ser controlada por meio dos instrumentos da representação profissional, dos sindicatos oficiais e restritos.

Esse mesmo artigo traz alguns direitos conquistados pelos trabalhadores, os quais foram incorporados à Constituição para que Vargas pudesse exercer o seu governo num espírito de harmonia social. O controle da classe operária e a sua disciplinarização eram fundamentais ao exercício do poder, daí a adoção dessa estratégia de benefícios trabalhistas por Getúlio, para angariar as simpatias da classe operária. Basbaum destaca alguns desses benefícios: "salário mínimo, jornada de 8 horas, proibição de trabalho a menores de 14 anos, repouso semanal obrigatório, férias remuneradas, indenização por dispensa sem justa causa, assistência e licença remunerada à gestante, etc " (BASBAUM, 1975, p. 64).

O "problema do trabalho" só se tornou um "perigo" que, por ameaçar a paz e a harmonia social, precisaria ser "banido", quando também passou a ser um "problema da burguesia", já que estava diretamente ligado ao progresso econômico, conforme salientou Gomes (1979). Dessa forma, a "questão social" passou a ser enfrentada de forma diferente, como pode ser observada também na análise de Paranhos:

> Enfrentamento que estará colocado à proposta governamental de colaboração de classes, de feição nitidamente corporativista, cujo objetivo apontava para a necessidade imperiosa de converter patrões e proletariados em forças orgânicas de cooperação incorporadas ao Estado (1999, p. 21).

Nesse novo tratamento dado à "questão social", podemos perceber a gestação da ideologia[10] do trabalhismo, em que se nota, conforme Paranhos (1999), a reformulação do discurso das classes trabalhadoras pela burguesia, que remodela esse discurso e o devolve às

[10] O termo ideologia será desenvolvido ao longo do trabalho no sentido gramsciano de "uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas" (GRAMSCI, 1978, p. 16). "A conceituação de F. Dumont retomada por Pierre Furter que define a ideologia como: uma leitura que fazemos de uma situação histórica num conjunto de eventos, leitura orientada pelas exigências da ação a ser realizada. [...] Dizendo-se de outro modo a ideologia entendida como um conjunto de normas, de princípios e objetivos que vão orientar a ação" (BUFFA,1978, p.107), também exemplifica o conceito de ideologia presente ao longo deste trabalho.

classes operárias como mito[11], desconsiderando as organizações e o movimento operário, conforme pondera Paranhos, ao esclarecer a contribuição gramsciana: "A aproximação ao povo, portanto, significaria uma retomada do pensamento burguês, que não quer perder sua hegemonia sobre as classes populares e que – para melhor exercer sua hegemonia – assimila uma parte da ideologia proletária" (PARANHOS, 1999, p.22). Sobre essa questão, Buffa afirma que:

> As ideologias, ao desviarem a atenção dos problemas concretos da educação brasileira, contribuíram dessa forma, para a ausência de sistema educacional no Brasil. Os conflitos ideológicos constituem, pois, uma das causas explicativas da ausência de sistema. [...] A base das divergências ideológicas reside no antagonismo de classes. Numa sociedade estruturada em classes, torna-se difícil a práxis intencional comum, sem a qual é impossível a construção de sistema (1978, p.109-110).

No discurso mítico do trabalhismo, Getúlio Vargas se tornou a figura central sobre a qual perspassaram todos os mitos. Ele se tornou o "grande protetor dos pobres", pois lhes doou as "leis protetoras do trabalho". É válido ressaltar que o desenvolvimento do trabalhismo no Brasil não pode ser identificado simplesmente como uma política de manipulação das massas, pois envolveu também a expressão dos interesses sociais dos trabalhadores.

As lutas de classes se transfiguraram na glorificação do Estado e de Vargas, responsáveis pela "concessão" dos direitos sociais às classes trabalhadoras, disciplinarizando-as para que fosse possível a implementação de certos planos do governo voltados para o desenvolvimento industrial capitalista.

---

[11] O mito é dotado, para usar uma noção foucaultiana, de "positividade". Numa palavra, sua função não se define pela negação das coisas, porque, como salienta Barthes, ele fala delas e, nesse sentido, seu papel é deformá-las e não fazê-las desaparecer. Daí que "o mito é uma fala *roubada* e *restituída*. Simplesmente, a fala que se restitui não é exatamente a mesma que foi roubada: trazida de volta, não foi colocada no seu lugar exato. É esse breve roubo, esse momento furtivo de falsificação que constitui o aspecto transido da fala mítica". Por tudo isso, Barthes (1972), em seu livro **Mitologias,** ressalta que o mito na sociedade burguesa é uma fala despolitizada. (PARANHOS, 1999, p. 29)

Getúlio Vargas pôde contar com dois braços fortes, que sustentaram seu prestígio diante dos trabalhadores e elevaram a sua imagem como "Pai dos Pobres": de um lado, a legislação sindical, que garantiu o "controle" da classe operária pelo Estado; de outro lado, a legislação trabalhista, cujos benefícios só se estendiam aos trabalhadores sindicalizados. Atrelando as duas legislações, garantia-se a subordinação política das classes trabalhadoras ao governo e conseqüentemente, sua disciplinarização segundo moldes getulianos.

Outra "manobra" de Vargas foi a naturalização da fala e da ação governamental, como se tudo que ele fizesse fosse para cumprir a "missão" de promover o encontro da nação com o seu grande "destino", conforme destaca Paranhos:

> As medidas assumidas pelo Governo Vargas eram justificadas como imprescindíveis ao "progresso da nação". Se o mito é uma fala roubada e restituída, há que se colocar também aqui alguma coisa no lugar do nome burguês que foi roubado. E são justamente nessas horas que se invocam com freqüência as noções vagas de nação e pátria (PARANHOS, 1999, p. 34).

Agindo assim, Vargas conseguia "convencer" as massas a estarem em sintonia com os propósitos governamentais. Mais uma vez vimos a transfiguração das lutas de classes, que passaram a ser vistas como "colaboração de classes", em favor da manutenção da paz e da harmonia social, fatores imprescindíveis ao processo de acumulação de capital que, também era tratado de forma diferenciada, sendo considerado como "progresso econômico".

Os dispositivos da Constituição de 1934 revelam a influência das idéias autoritárias, a atração pelo fascismo, a decadência da democracia, a preponderância dos governos de autoridade, a elevação do poder de intervenção do Estado, a preocupação com a manutenção da ordem pública, ou seja, um "fascismo brasileiro", cujo objetivo máximo era fortalecer a pátria/ o Estado. O Estado se tornou mais centralizado e intervencionista para manter a ordem da pátria e a harmonia social.

Com relação à educação, a Constituição de 1934 aprovou todos os pontos fundamentais da Liga Eleitoral Católica (LEC) [12], evidenciando a influência da Igreja Católica na reforma educacional do país.

> A Igreja, sim, é que exerceu o monopólio absoluto da educação e do ensino, e sempre lutou quando o viu perdido, para reconquistá-lo. E como exemplos concretos e recentes dessa luta cita 'a campanha pela introdução do ensino religioso nas escolas, travadas em torno da constituição de 1934 e a introdução maciça do latim em todos os anos do currículo da escola secundária geral' (Carlos Lacerda apud BUFFA, 1978, p.43).

Dentre os pontos fundamentais da LEC aprovados pela Constituição, destacamos a manutenção do ensino religioso facultativo nos estabelecimentos de ensino, o reconhecimento de estabelecimentos particulares e do papel da família como educadora.

> A educação dos filhos é um dever natural de quem lhes deu a vida. O direito de educar decorre da própria geração dos filhos. Depois que estes atingem seis ou sete anos, a família necessita de uma escola para dar-lhes formação completa. A escola deve ser, pois, considerada um prolongamento e um aperfeiçoamento da família. E os pais confiando os filhos à escola não pode renunciar ao seu direito inalienável de educar, mas somente o delegam,na medida reclamada pelo bem, dos filhos e da coletividade.Realmente se a educação dos filhos é um direito natural e intangível da família, as pessoas associadas a essa obra educativa, escolher uma determinada escola significa preferir uma certa forma de educação escolar,informada de especiais princípios,morais e religiosos.Um primeiro e fundamental aspecto da liberdade escolar: a livre escolha da escola por parte dos pais (BUFFA, 1978, p.30).

A idéia de uma educação liberal, democrática e voltada para o desenvolvimento econômico, defendida por inúmeros educadores no Manifesto de 1932, redigido por Fernando de Azevedo, não estavam presentes na constituição de 1934. Essa nova lei fortaleceu as velhas tendências da educação aristocrática livresca, erudita, preparadora dos futuros dirigentes do país: os indivíduos letrados e cultos.

---

[12] A Igreja Católica fundou a LEC em obediência às Encíclicas Papais, as quais preconizavam que a Igreja deveria exercer sua influência através de todos os partidos existentes, ao invés de fundar um partido exclusivo.

> A política básica da educação pública e leiga é garantir ao máximo a liberdade de consciência, que é considerada como a condição indispensável para a liberdade de pesquisa e de ensino que vai garantir o progresso do conhecimento (BUFFA, 1978, p.53).

Essa lei não esboçou a necessidade de priorização do ensino primário, em nome do desenvolvimento sócio-econômico do país, e da expansão e assistência ao ensino industrial e agrícola, essencial ao país neste momento. A preocupação com a reorganização do ensino médio, adaptando-o à sociedade moderna também não foi evidenciada, conforme salientamos anteriormente.

Um maior detalhamento sobre os cursos profissionalizantes de nível superior e sobre o magistério também não foi tratado por essa lei. Resumindo, a educação popular e a educação essencial ao modelo de desenvolvimento econômico do país, nessa época, não receberam um tratamento especial e detalhado na constituição de 1934.

> [...] a pesquisa científica e técnica, não podem ser alcançadas em grande escala senão pelo sistema de educação pública, montado e desenvolvido com esforços e recursos cada vez maiores. Esta, a lição de todos os países, de todas as sociedades capitalistas ou socialistas, que atingiram um alto grau de cultura e desenvolvimento econômico (BUFFA, 1978, p.58).

Dessa forma, o "descaso" do governo com esse tipo de educação, contribuiu para o "atraso" do desenvolvimento econômico do país. No Brasil, foram criados novos estabelecimentos de ensino, sem que seus padrões elitistas fossem alterados; o ensino continuou sendo um privilégio social, embora acessível a um maior número de pessoas.

Fernando Henrique Cardoso defendeu o papel ativo da educação no desenvolvimento econômico do país, ao salientar que:

> Em vez de uma educação pseudo-humanísticas precisa-se de um ensino de base técnica ao lado de uma educação inspirada por uma concepção do homem e da

> sociedade impregnada dos valores realmente humanísticos que a civilização pela convicção de que a sociedade e o homem, enquanto ser cultural, são produtos da própria atividade humana (Fernando Henrique Cardoso apud BUFFA, 1978, p. 59).

Se traçarmos um panorama da educação brasileira, nesse período, a partir dos dados de Romanelli (1978), de Buffa (1978) e das reportagens da imprensa de Uberlândia, observaremos a predominância de algumas escolas excelentes à custa crescente de analfabetos e de indigência cultural da maior parte da população. Fernando Henrique Cardoso apud Buffa (1978) defende a necessidade da extensão da educação primária a todos os cidadãos, pois:

> [...] instrução elementar para todos não porque o desenvolvimento capitalista moderno se apóia em técnicas que por mais rudimentares que sejam dependem em grau crescente do conhecimento da leitura, da escrita e das operações elementares, mas porque só com o domínio dessas técnicas cada pessoa consegue colocar-se em posição mais vantajosa no processo de criação de riquezas, beneficiando–se, ao mesmo tempo, de melhor distribuição das rendas que ajudou a constituir (p.60).

Essa análise revela o divórcio existente entre a educação escolarizada e a realidade brasileira. Ao lado do crescimento urbano e industrial, a educação voltada para a "ilustração" e para o ócio continuava "imperando".

A Igreja e o Estado autoritário não "permitiam" a liberdade de opinião e de pensamento da população assim, a educação contribuía para tornar os indivíduos cultos e letrados ainda mais "sábios", ou seja, ainda mais diferentes dos demais.

> [...] a educação liberal consiste num processo de adaptação às relações capitalistas de produção, adaptação essa que assegura aos filhos da classe dominante as vantagens e privilégios de sua classe e adapta os filhos da classe dominada às condições de exploração a que são submetidos. Esses dois sentidos da adaptação se refletem na própria organização dualista da escolarização: uma educação "desinteressada" para as elites, e um ensino primário mais algumas escolas profissionais para os trabalhadores [...] Trata-se, pois, do homem enquanto abstração, ou seja, da idéia de homem concretamente existindo em dado contexto histórico. Dessa forma, à pedagogia cabe realizar os ideais eternos de perfeição, reconhecendo como válidos os bens espirituais, sendo alheia à realidade e se destinando a uma elite. É a educação humanística e desinteressada destinada à sociedade comum todo, a serviço da classe dominante (BUFFA, 1978, p.98-9).

O papel exercido pela Igreja Católica, durante a era Vargas, nas instituições educacionais, evidenciava sua aversão às demais confissões religiosas, consideradas falsas pelo clero. Na concepção de Buffa,

> A família e o estado, enquanto entidade civil tem o dever de promover a educação, não para moldar o indivíduo de acordo com um padrão heterônomo, mas para criar as condições adequadas ao desenvolvimento autonômico da personalidade. [...] pode-se citar um artigo de Rafael Magni que se apóia fundamentalmente na Encíclica Divini Illius Magistri de Pio XI para expor o pensamento da Igreja em, matéria de educação. Começa por expor que a educação consiste essencialmente na formação completa e total do homem histórico e no modo como o homem deve se comportar para conseguir seu último fim: a vida eterna, daí que não pode dar educação adequada e perfeita senão a cristã. Se a educação visa o fim sobrenatural do homem, segue-se que pertence de modo eminente à Igreja, porque das três sociedades necessárias, duas, a família e a sociedade civil, são de ordem natural, enquanto a Igreja é de ordem sobrenatural. A educação também cabe à família, a quem na ordem natural, Deus comunica imediatamente a fecundação que é de princípio da vida, e por isso, princípio de educação para a vida. O direito da família, continua o autor, citando ainda Pio XI, é anterior ao estado, inviolável, mas não despótico, reconhecido pela jurisprudência civil e tutelado pela Igreja a à família. O direito à educação é concedido ao estado pelo próprio autor da natureza, não a título de paternidade, como à Igreja e à família, mas sim em razão da autoridade que lhe compete para promover o bem comum e temporal, que é precisamente o seu fim próprio. Quando faltar a obra dos pais, deve suprir a família, mas nunca substituí-la (1978, p.67 e74).

As medidas instituídas por meio da Constituição de 1934 duraram pouco mais de um ano, pois já em 1935 seus efeitos seriam suspensos em virtude do Estado de Sítio e posteriormente, do Estado Novo.

Segundo Lenharo (1986), Vargas, a partir de 1934, contando com o apoio dos veículos de comunicação e da Igreja Católica, passou a disciplinar as mentes dos militares e da classe média contra a ameaça dos subversivos e de uma política aberta. O pensamento de Buffa (1978) se coaduna com o de Lenharo, ao destacar que:

> Os valores educativos da educação confessional, especialmente da educação católico-romana, se fundamentaram em um sistema de verdades consideradas como verdades finais e eternas reveladas ao homem e transcendentes a ele e, como tal, não modificável pelo progresso do conhecimento e da técnica. [...] A política básica da educação pública e leiga é garantir ao máximo a liberdade de consciência, que é considerada como a condição indispensável para a liberdade de pesquisa e de ensino que vai garantir o progresso do conhecimento (p.53).

A crise mundial iniciada em 1929 se intensificara, tendo em vista os milhões de desempregados que agitavam os países. Essa crise provocara o crescimento do movimento revolucionário anti-capitalista mundial e a consolidação dos partidos comunistas em muitos países, aspectos que ameaçavam a estabilidade da burguesia. Paralelamente a isso, deu-se o nascimento do nazismo. Segundo Buffa (1978), os senadores Mem de Sá e padre Calazans atribuíam ao movimento de defesa de outro tipo de educação uma influência do comunismo.

Esses acontecimentos começaram a se refletir na vida política e econômica brasileira, tendo em vista que os brasileiros acompanhavam esses fatos mundiais através do telégrafo. Além do mais, a situação econômica do país continuava preocupante, pois a exportação do café continuava diminuindo, as nossas dívidas externas permaneciam elevadas e o descontentamento em relação ao governo de Vargas se alastrava.

Uma parcela da classe média, principalmente a pequena burguesia, passou a buscar o caminho da esquerda, representado pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), em defesa das liberdades políticas e de um governo popular. A ANL foi criada para que através dela os comunistas, representados pelo Partido Comunista, na figura de Luís Carlos Prestes, pudessem se unir às massas.

Getúlio precisava tomar algumas medidas para reverter esse quadro de descontentamento ao seu governo. Assim, decretou o fechamento da ANL em 1935 e homologou em 30 de março deste mesmo ano a Lei de Segurança Nacional, disciplinarizando os “descontentes” com o regime e preparando o “terreno” para a implantação do Estado Novo.

Vargas almejava, não só permanecer no seu cargo, além do prazo legal, mas exercê-lo num regime autoritário, eliminando as forças políticas, dessa forma, durante a campanha presidencial para as eleições de 1938, adotou uma estratégia de despistamento para planejar o seu golpe de Estado, segundo relata Basbaum: “Para fazer crer que tomava as eleições a sério,

e ao mesmo tempo, dividir os paulistas, lançou Getúlio a candidatura de Macedo Soares, político paulista de grande prestígio no Estado" (BASBAUM, 1975, p. 92).

Vargas, para acelerar os preparativos para o golpe, libertou um grupo de prisioneiros políticos de esquerda, tidos como "subversivos" para que gerasse no Brasil uma onda de violência antidemocrática. Vargas só fez isso porque sabia que podia contar com o apoio militar. Os militares precisaram repreender essa perturbação à ordem nacional, até mesmo porque esses "delinqüentes" tinham um plano para implantar o comunismo no Brasil: o conhecido "Plano Cohen", elaborado pelos próprios colaboradores de Vargas para servir como pretexto para o seu golpe, conforme relata Basbaum (1975) e Lenharo (1986):

> Eis que o General Góes Monteiro, em seu depoimento aqui tantas vezes citado, vem nos dizer, vinte e um anos depois, com a maior simplicidade, que o plano era realmente falso, e que o governo, quando promoveu a sua divulgação, sabia perfeitamente que era falso! (BASBAUM, 1975, p.93) Já em 1937, enquanto o regime preparava nos seus porões o Plano Cohen a Igreja lança sua Carta Pastoral aos católicos do país, toda ela centrada na luta contra o comunismo, abrindo legitimidade moral para o golpe. Seu conteúdo acompanha o texto da encíclica Divini Redemptoris, de Pio XI; já e cá abjura-se o comunismo como um inimigo mortal, o primeiro de todos, realizador, como nunca antes, de uma "conjunção tão vasta e tão organizada das paixões humanas contra a soberania de Deus e o reinado de Cristo" (p.287). Não se pense que o documento se restringia a uma condenação apenas de ordem religiosa, veja-se o que era recomendado aos fieis e à comunidade católica em geral: "Pedi a Deus que preserve do flagelo do comunismo ateu o nosso querido Brasil; pedi-lhe que assista as nossas autoridades no cumprimento dos árduos deveres de conservar a ordem social e defender o patrimônio da nossa civilização ameaçada" (LENHARO, 1986, p. 190).

A imprensa não noticiava a possibilidade do acontecimento desse golpe, pois foi "disciplinada" a discutir, nesse momento, o Plano Cohen, contribuindo para preparar o terreno à implantação pacífica da ditadura.

> Como última tentativa de resistência, segundo informa Pedro Calmon, o "porta-voz da oposição leu na Câmara o manifesto de Armando de Salles às forças armadas, que constituía um apelo patético para que garantissem as instituições e o respectivo processo democrático; e à noite o Ministro da Guerra foi informado que tal documento seria fartamente distribuído nos quartéis. Sem perda de um minuto, entendeu-se com o Presidente; e tomadas as medidas militares, que consistiam em fechar as casas do Parlamento, e obstar a que a elas fossem os que podiam abri-las, amanheceu o dia 10 com a *revolução branca* triunfante e incontestada (BASBAUM, 1975, p. 97).

Nesse mesmo dia, 10 de novembro de 1937, a Nova Constituição outorgada, tão minuciosamente preparada por Francisco Campos, foi publicada no Diário Oficial e as Forças Armadas fecharam o Congresso.

Os argumentos utilizados por Francisco Campos em seus discursos a respeito da constituição de 1937, da instauração do Estado Novo e da exaltação à Getúlio Vargas foram importantíssimos para acalmar os ânimos populares e levá-los a acreditar que Getúlio Vargas apenas fez o que a Nação necessitava naquele momento, sendo o governo o "guia da nacionalidade", que salvou a Pátria dos inimigos citados anteriormente. Tudo isso culminava no culto ao "Estado Autoritário" e ao "grande herói da Nação", conforme destaca Lenharo (1986): "Governo forte, relações sociais disciplinadas, indústria: estão dadas as condições da gestação de um novo tempo" (p. 67).

O profissional da política, Francisco Campos, conseguiu impedir que a crise internacional do liberalismo e o agravamento mundial das lutas de classes desestabilizassem o governo de Vargas, lançando mão de um discurso de massa e de um arsenal de recursos que manipulavam as forças irracionais, oferecendo-lhes benefícios sociais que não diminuíram a exploração dos trabalhadores, conforme nos adverte Paranhos:

> É possível hoje, com efeito, e é o que acontece, transformar a tranqüila opinião pública do século passado em um estado de delírio ou de alucinação coletiva, mediante os instrumentos de propagação, de intensificação e de contágio de emoções, tornados possíveis precisamente graças ao progresso que nos deu a imprensa de grande tiragem, a radiodifusão, o cinema, os recentes processos de comunicação que conferem ao homem o dom aproximando ao da ubiqüidade, e, dentro em pouco, a televisão, tornando possível a nossa presença simultânea em diferentes pontos do espaço. Não é necessário contato físico para que haja multidão. Somente o apelo às forças irracionais ou às formas elementares da solidariedade humana tornará possível a integração total das massas humanas em regime de Estado. (...) Tanto maiores as massas a serem politicamente integradas, quanto mais poderosos hão de ser os instrumentos espirituais dessa integração (1999, p. 48-9).

Francisco Campos, por ser um intelectual engajado, construiu uma prática discursiva, emaranhada de imagens e mitos, que contribuíram para equilibrar a ação dos dois segmentos em oposição: burguesia e proletariado. Difundindo o mito de Vargas como a "única verdade",

Francisco Campos desejava a disciplinarização dos trabalhadores e, conseqüentemente, a coexistência harmônica entre as classes.

> Francisco Campos mostra-se especialmente preocupado e impaciente com o momento presente, devido a um problema capital: o mundo estava mudando e ainda não haviam sido encontradas as novas "formas espirituais" que substituem as obsoletas. [...] A preocupação de autor deriva, a seguir, pra definir qual a orientação política que melhor apontava para a direção correta. [...] A nação não se construía numa criação do poder humano. Por ser naturalmente orgânica, era de origem divina e eterna, em contraposição à inorganicidade e artificialidade da sociedade. [...] Os românticos alemães – continua Campos –, já tinham gerado o conteúdo espiritual do novo tempo. É de Fichte e Hegel a noção de um "Estado racionalista, racista, totalitário, a submersão dos indivíduos no seio totêmico do povo e da raça" assim como os "pathos românticos do inconsciente colletivo, seio materno dos desejos e dos pensamentos humanos". Jamais o Estado totalitário havia encontrado palavras mais apropriada que o interpretassem, como as de Fichte. [...] A vida moral, assim como a vida política encontram-se determinadas pela irracionalidade e pela inteligibilidade. O individuo despoja-se de sua personalidade e passa a perceber, de corpo e alma, à nação, ao estado, ao partido e sentir, como nas palavras Gentile, "o interesse geral como o seu próprio" ao mesmo tempo que converte a sua vontade na "vontade do todo" (LENHARO, 1986, p. 151-3).

Francisco Campos buscou uma aproximação com os princípios da ideologia cristã. Dotado de um pensamento totalitário e permeado pelo ideário do organicismo irracionalista, propunha o deslocamento do centro das decisões políticas da esfera intelectual da discussão para o plano ditatorial da vontade. O culto ao trabalho, à técnica, ao progresso e à disciplina se espalhava na fé católica. Utilizando-se de temas e de imagens, as verdades cristãs foram despojadas do seu conteúdo por uma visão mítica do estado sábio, poderoso e autoritário.

> O Estado cria os próprios símbolos litúrgicos de seu caráter soberano e transcendente, assim como um culto especial passa a ser dirigido aos governantes. Acima de tudo, comenta uma teólogo católico, arraiga no social a imagem do Estado salvador, providencial, portador de uma força superior em autoridade e eficiência, assim como elaborador de uma "ciência que conhece as forças transcendentes, as vontades e decisões do destino e trata de agir sobre estas forças" (LENHARO, 1986, p. 155).

A sacralização da política se deu através da cópia dos movimentos e da organização da Igreja pelo poder, ou seja, o Estado foi estruturado como uma Igreja, cuja organização engloba uma estrutura hierárquica e disciplinar que se estende à rede educacional.

Os princípios fundamentais para o Estado moderno estavam presentes na ideologia cristã: idealismo e unidade de alma.

O papel da Igreja como mediadora das relações entre os seus membros é típico do Estado Protetor, enquanto mediador das relações sociais; apaziguador dos conflitos. O Estado/Igreja forjavam mecanismos de modelagem e disciplinarização dos corpos e das mentes.

> Para Canetti, o cotidiano católico é marcado por um clima de lentidão e calma, associados a amplitude; os movimentos litúrgicos atuam para enfraquecer e frear a possibilidade de evolução da massa; a comunhão individualizada, a palavra somente pregada pelo padre, já mastigada e dosada; os pecados confessados individualmente e pertencentes aos sacerdotes; as procissões organizadas, a fluir lentamente, retrato da imagem da hierarquia eclesiástica; a massa permitida dos anjos e bem-aventurados, de quem nunca se imagina serem muito ativos (LENHARO, 1986, p.157-8).

O corpo-totalidade, descrito na ideologia cristã, funciona como um todo perfeito e harmonioso cujos membros foram colocados por Deus nos lugares que ele quis e são solícitos uns para com os outros. O corpo e sua imagem foram utilizados pelo poder para recuperar a integridade social, através da neutralização da diferença e da instituição da totalidade harmoniosa.

Um grande representante do pensamento católico autoritário da época, Alceu Amoroso Lima, não concordava com esse processo de mitificação da classe operária, defendendo a racionalização cristã das massas[13].

Todos os ideólogos do "Estado Autoritário", principalmente, Francisco Campos e Azevedo Amaral utilizavam da "superioridade" natural das classes dominantes sobre as massas para justificar suas ações de repressão às tendências "anarquizantes", que só causavam, na visão deles, desordem e perturbação social.

> Numa palavra, Azevedo Amaral fazia a apologia da "eficácia de uma direção segura dos negócios públicos pelas minorias a que, pela sua superioridade cultural e maior

[13] Para melhor explicitação dos desdobramentos do pensamento de Alceu Amoroso Lima, ver MEDEIROS (1978).

> amplitude de interesses na vida nacional, não pode deixar de caber a responsabilidade do controle do Estado" (PARANHOS, 1999, p. 55).

Defendendo a desigualdade dos homens, devido à sua "capacidade mental e cultural", Azevedo Amaral (1938) elevava o Estado à categoria de "juiz supremo" da produção cultural, o qual deveria ser comandado pelo maior dos brasileiros, o grande chefe da nação: Getúlio Vargas, cuja ação eficaz foi detalhadamente esboçada na Constituição de 1937, segundo destaca Paranhos:

> É mais especificamente a partir do "Estado Novo" que Vargas, repaginado, apareceu em alto-relevo como o homem que, acima de tudo e de todos, faz a história, promovido ao *status* de fiel intérprete das aspirações nacionais. Evidentemente, isso estava ligado à instalação e à consolidação da ditadura estadonovista. Mas o culto a Vargas envolvia também uma preocupação de ordem prática que dizia respeito à legitimação efetiva do regime. O plebiscito que referendaria ou não a Constituição de 1937 estava programando para realizar-se até 1943, e era preciso, mais ou menos urgentemente, criar as condições propícias à sua aprovação pela via "democrática" (PARANHOS, 1999, p. 59).

Francisco Campos preparou o "terreno" para Vargas exercer o seu mandato "democrático e popular". Toda uma estratégia de conquista da simpatia das massas foi minuciosamente traçada pelos ideólogos do Estado Novo, especialmente, por Francisco Campos. Esse plano tinha como personagem central, o líder "carismático" Getúlio Vargas, cuja personificação era imprescindível ao sucesso do regime, conforme nos mostra Foucault, acerca da monarquia: "numa sociedade como a do século XVII, o corpo do rei não era uma metáfora, mas uma realidade política: sua presença física era necessária ao funcionamento da monarquia" (Foucault, 2004, p. 145). A figura de Vargas e sua obra de "democratização social", ao lado da "Marcha para o Oeste", da imagem cinematográfica espetacular de um povo unido na construção de si mesmo são aspectos que caracterizam o governo Vargas.

É válido ressaltar que a instituição do regime autoritário foi possível, segundo Lenharo, porque a classe média estava confusa e dividida, os militares estavam assustados com a perspectiva de maiores progressos por parte dos radicais de esquerda e a Igreja Católica

via nesse novo regime a possibilidade de aumentar o número de seus fiéis e de propagar a sua doutrina.

Além do mais, a sociedade brasileira do Estado Novo era composta basicamente de dois segmentos sociais: burguesia e proletariado, que não possuíam um projeto universalizante capaz de legitimar seu ideário. Dessa forma, o Estado assumiu o papel de sujeito histórico, se revestindo de poder, de autoridade, de um caráter interventor e tutelar, se apresentou como o portador de uma nova e autoritária proposta para o conjunto da sociedade. Esta proposta se baseava na proteção do Estado a todos os braços e a todos os cérebros, ou seja, na garantia da paz e da harmonia social.

1.3 – PODER, POLICIAMENTO E DISCIPLINARIZAÇÃO DOS CORPOS

A nova Constituição garantiu à Vargas a concentração dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em suas mãos, a substituição dos governadores pelos interventores, a proibição de realização de greves e o fim da independência e pluralidade sindical. Nesse sentido, estava "construída" a harmonia social, principalmente depois do fechamento de todos os partidos.

> Sentindo-se forte com o apoio tácito das classes conservadoras, e tendo o apoio declarado dos grupos mais importantes das Forças Armadas, dominando os pontos-chave, destruindo o perigo do poderio sindical, agora domesticado pelo Ministério do Trabalho e pela nova lei sindical, sentia-se seguro. Assim não havia motivos para fazer exceção com os integralistas (BASBAUM, 1975, p. 109).

Esse novo reordenamento da divisão de poderes da Nação, calcado na centralização de decisões nas mãos do Governo Federal, possibilitou à Vargas o policiamento e a disciplinarização dos corpos e mentes da Nação.

> [...] O único partido admissível no atual regime é o partido do Estado e, como este se acha identificado com a coletividade nacional, este partido é constituído pela própria Nação. [...] Se a Nação e a organização estatal formam um todo indissolúvel e se o Estado é o órgão da expressão da consciência e da vontade do corpo nacional, é claro que dele deve partir a direção na política. Mas, no Estado autoritário, o eixo da sua organização estrutural e o foco de irradiação do seu dinamismo é o próprio Chefe da Nação (PARANHOS, 1999, p. 192).

A Constituição de 1937 condiciona as decisões dos governantes municipais e regionais à aprovação de Getúlio Vargas assim, a administração de todo o país é controlada pelo Presidente da República, o qual monitora à distância tudo o que se passa no interior da Pátria. A respeito dessa nova administração dos Estados e Municípios, ver reportagem A SIGNIFICAÇÃO do decreto, na qual destacamos:

> O decreto que o presidente Getulio Vargas acaba de assignar, regulando a administração dos Estados e Munícipios, é um novo Codigo dos Interventores, que se fazia necessario para ordem e boa marcha dos negocios publicos do Paiz. A Constituição prevê a outorga das Constituições estadoaes, para depois de realizado o plebiscito. Mas enquanto não se faz essa outorga, os interventores terão d'agora em diante a sua acção delimitada, dispensando-se de consultas para expedir decretos leis, pois a lei crea um Departamento de Administração a quem compete approvar os projectos que devam ser baixados pelo interventor, ou governador ou prefeito, propor alterações aos mesmos, e entre outras cousas fiscalizar a execução orçamentaria. Esse Departamento Administrativo em nada se parece com o Conselho Consultivo. [...] O Departamento Administrativo, ao contrario tem uma acção mais ampla dentro da lei geral, e o maior factor da efficiencia que terá o novo orgão, reside na circumstancia de caber ao Ministerio da Justiça a faculdade de baixar instrucções e de approvar os regimentos do mesmo Departamento. O espirito da Constituição permanece inalteravel, sobrepondo-se a União aos interesses regionaes. E é por isso que, na nova lei, todos os decretos baixados pelos interventores, governador ou prefeitos terão a sua vigencia condicionada á approvação do Presidente da Republica. [...] O Governo Federal terá o controle da gestão de todos os governantes estadoaes, pois estes são obrigados a enviar, semestralmente, ao Ministro da Justiça um relatorio sucinto de sua administração. [...] Todo o Paiz pelo novo Codigo, fica como dispõe a Constituição de 10 de novembro, sob o controle do Governo Federal, que estará, por essa forma, ao par e ao conhecimento do que se passa nos mais afastados rincões da Patria, uma das mais altas conquistas do Estado Novo (A SIGNIFICAÇÃO do decreto. **O Reporter**, Uberlândia, 30 abr. 1939, p.2).

Pelo fato dos ideólogos do Estado Novo estar preocupados em garantir a paz social, tinham consciência da existência da luta de classes e das possibilidades reais da classe operária no jogo do poder. Daí a formulação de uma política especialmente orientada para o controle da classe operária, para a disciplinarização desses corpos e dessas mentes que

poderiam desestruturar o regime. A prática da greve foi coibida através principalmente, da Lei de Segurança Nacional.

A despolitização da classe operária e, conseqüentemente, o anestesiamento da luta de classes se deu através da promulgação da legislação trabalhista "doada" ao povo por Getúlio Vargas, o que possibilitou o "entrosamento eficaz" entre o capital e o trabalho e, a harmonia entre as classes.

> Como se verifica, há uma simbiose perfeita; existe um entrosamento eficaz que permite ao novo Estado Brasileiro um ambiente de tranqüilidade social, em que as forças produtivas se movimentam harmonicamente no sentido do progresso, que é o objetivo de maior alcance. Nenhum interesse individual supera o interesse coletivo; nenhuma classe obterá privilégios sobre outra (LENHARO, 1986, p.23).

Pelo fato da política do Estado Novo ressaltar os ganhos e minimizar as perdas, essa legislação social só foi "aceita" pelos trabalhadores, apesar da resistência que encontrou, porque continha medidas voltadas para angariar as simpatias das classes e, porque o mito do Estado Protetor já havia sido cuidadosamente inculcado nas mentes desses trabalhadores[14]. Entre essas medidas, destacam-se as criações do salário mínimo, do sistema de previdência social e da CLT. "Os benefícios oferecidos pelo Estado atuavam como armadilhas do envolvimento e enquadramento dos trabalhadores, fato de alta significação para uma classe que ampliava rapidamente os índices de sua proletarização" (LENHARO, 1986, p.26).

Os políticos desse novo Estado cumpriram fielmente esse dever estatal, por meio de uma operação de "dessignificação / ressignificação" [15] das concepções incorporadas à história do movimento operário.

---

[14] Essa política coaduna-se com o que Foucault denomina teoria geral do adestramento, onde reina principalmente, a noção de docilidade.

[15] A luta da classe operária contra a exploração do capital e a divisão do trabalho foi "transfigurada", adquirindo um novo significado: os trabalhadores passaram a lutar pela melhoria das condições do seu trabalho. A ideologia do Estado Novo "suavizou" a relação de exploração do capital sobre os trabalhadores, através da promulgação da legislação trabalhista e da atuação dos sindicatos.

> Os trabalhadores, por exemplo, foram lesados ampla e irrestritamente pela política de trabalho imposta, amordaçados que foram pela LSN, pela CLT, pelo peleguismo, pela febre do trabalho, assim como permaneceram acorrentados ao sindicalismo atrelado ao Estado (LENHARO, 1986, p. 12).

Na concepção de Lenharo (1986), os "mentores" desse Novo Estado operavam com imagens e discursos na busca do apaziguamento dos indivíduos. Estes dispositivos funcionavam para espalhar a carga emotiva e sensorial dos indivíduos, que passavam a ter reações passivas e não-críticas, diante de qualquer situação. O uso contínuo das imagens, dos símbolos, das parábolas evangélicas, da propagação do cristianismo e do catolicismo contribuía para a penetração e a eficiência política dessa instrumentalização. "A imagem religiosa aponta para intenções políticas, ainda que camufladas" (LENHARO, 1986, p.16). Os indivíduos são convencidos e atingidos por outras vias, que suavizam a realidade.

> A nação, por exemplo, é associada a uma totalidade orgânica, à imagem do corpo uno, indivisível e harmonioso; o Estado também acompanha essa descrição, suas partes funcionam como órgãos de um corpo tecnicamente integrado; o território nacional, por sua vez é apresentado como um corpo que cresce, expande, amadurece; as classes sociais mais parecem órgãos necessários uns aos outros para que funcionem homogeneamente, sem conflitos; o governante, por sua vez, é descrito como uma cabeça dirigente e, como tal, não se cogita em conflituação entre a cabeça e o resto do corpo, imagem da sociedade (LENHARO, 1986, p. 16-7).

Na concepção de Lenharo (1986), um amplo projeto de reordenamento social, por meio de mecanismos de controle e disciplinarização dos corpos, se apóia inteiramente na imagem de organicidade do corpo humano. Os segmentos sociais funcionam como os órgãos do corpo humano, que se interagem perfeitamente; sem contradições.

Toda a estratégia política de Vargas visava neutralizar os focos de conflitos sociais, tornando as classes solidárias entre si. Uma pedagogia do corpo humano foi sendo construída para tornar o corpo produtivo, militarizado e apto para o trabalho.

> A visão de um Estado que cumpre necessárias tarefas para uma sociedade ainda incapaz de efetivá-las [...] vem ao encontro da auto-imagem propagada pelo Estado Novo, anunciadora da construção de uma identidade societária e da autoproclamação de ser agente capaz de intervir no fluxo histórico e estancaras tensões da luta de classes (LENHARO, 1986, p. 20).

Conforme Lenharo (1986) a partir de 1930, uma nova concepção de Estado vai se delineando: substituição do negativo conceito de luta de classes pelo conceito positivo de colaboração de classes, em busca da conquista da paz social, ou seja, o Estado passou a intervir nas relações capital/trabalho.

> A proibição da greve, à unicidade sindical em bases corporativas, juntam-se o atrelamento necessário ao Estado, medida que seria incrementada logo depois com a criação de uma organização burocrática pelega de fôlego muito mais longo que o período De 1940 também vem a criação do salário mínimo, medida de cunho político muito mais voltada para angariar as simpatias da classe através da propaganda, do que afetivamente premiá-la. É sabido que em São Paulo o nível do mínimo não alcançaria, o valor médio dos salários – o mesmo parece ter-se dado na Capital e outros centros industrias do país. Sabe-se também que a "média positiva" para o conjunto dos salários no país foi corroída rapidamente pela inflação e o aumento do custo de vida nos anos do Estado Novo (LENHARO, 1986, p.28).

Em 1º de maio de 1938, Vargas despontava no Palácio da Guanabara, ao lado do ministro do Trabalho, cercado de presidentes de sindicatos e representantes de associações de trabalhadores. Nesse dia, inaugurando uma prática que se tornaria costumeira na ditadura estado-novista, ele fez o anúncio da (futura) regulamentação da lei do salário mínimo e de decreto-lei isentando do imposto de transmissão a compra de terreno para edificação de casas destinadas a operários. As festividades se sucederiam num crescendo: em 1939, defronte ao Ministério do Trabalho, foi realizada uma "grande parada trabalhista", quando o ditador brindou os trabalhadores com discurso e algo mais, a assinatura de decretos instituindo a Justiça do Trabalho, escolas profissionais e restaurantes populares. O clima de festa se instaurou definitivamente em 1940. O cenário não era outro senão o maior estádio de futebol do Rio de Janeiro, o de São Januário, pertencente ao Vasco da Gama. Tendo a tiracolo o Ministro do Trabalho Waldemar Falcão, Vargas se converteria no centro da ovação popular e marcaria um gol de placa. Para esse dia reservara um comunicado especial: a implantação do salário mínimo.

A atuação dos sindicatos foi de grande contribuição para a manutenção do regime, porque possuía uma política de educação dos operários, de formação de trabalhadores dóceis e produtivos, além de impedir as formas livres de organização dos operários e a pluralidade sindical. Ao analisar a questão dos sindicatos, podemos nos remeter ao pensamento de Foucault:

> [...] esse controle e essa transformação do comportamento são acompanhados – ao mesmo tempo condição e conseqüência – da formação de um saber dos indivíduos. Organiza-se todo um saber individualizante que toma como campo de referência não tanto o crime cometido (pelo menos em estado isolado) mas a virtualidade de perigos contida num indivíduo e que se manifesta no comportamento observado cotidianamente. O que se procura reconstruir é o sujeito obediente, o indivíduo sujeito a hábitos, regras, ordens, uma autoridade que se exerce continuamente sobre ele e em torno dele, e que ele deve deixar funcionar automaticamente nele. (2002, p.103-6)

A política de educação dos operários se dava também por meio da criação de dispositivos de controle dos indivíduos, mesmo fora do seu ambiente de trabalho. A sanção moral e a hierarquia, presentes nas relações de trabalho constituíam dois poderosos instrumentos psicológicos de coerção e controle.

> As vilas operárias, nas quais a estratégia do olhar vigilante atuava incessantemente, parecem ter sido centros exemplares de higienização física e moral para o trabalho. Educação física nos estabelecimentos fabris pode também ter sido um ensaio de ampliação do controle sobre o domínio do tempo do trabalhador. [...] Através dos estudos de movimento e tempos a racionalização do trabalho visava eliminar os movimentos improdutivos do operário, extrair dados exatos sobre a duração dos serviços e descobrir possíveis economias de tempo através de eventuais mudanças no método de trabalho (LENHARO, 1986, p.95).

Porém, o componente do poder que mais contribuiu nessa época para o processo de docilização e disciplinarização dos corpos e das mentes do conjunto da sociedade, foi a expansão e o aperfeiçoamento da máquina de propaganda, por meio da imprensa e dos meios de comunicação.

> Vargas, em inúmeras oportunidades chamou a atenção para o papel da imprensa, em particular, e dos meios de comunicação em geral como dispositivos de controle e mudança da opinião pública. [...] Atribuía aos jornalistas grande importância na

> formação da opinião pública [...] para que ela seja, de corpo e alma, um só pensamento brasileiro (LENHARO, 1986, p. 39).

O processo de domesticação das consciências em defesa do regime ditatorial realizado por meio da imprensa e dos meios de comunicação funcionou, porque estes veículos de propaganda eram controlados e censurados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, o famoso DIP, criado pelo governo para "vigiar" minuciosamente o que podia ser publicado. É evidente que, a partir de então, a imprensa passou a publicar somente notícias favoráveis ao Estado Novo, até mesmo porque era bem remunerada para veicular, com exclusividade, este tipo de informação, conforme destaca Lenharo (1986). "Eram atribuições do DIP controlar e exercer a propaganda e a censura, assim como promover manifestações cívicas e culturais e exposições demonstrativas das atividades do governo" (p. 39-40).

Os meios de comunicação projetam a imagem da implantação do Estado Novo, como sendo a passagem de uma sociedade dividida e conflituosa para uma nova sociedade, permeada pela paz e pelo equilíbrio. Estes veículos de comunicação, especialmente o rádio, ressaltam que os trabalhadores, a partir de então, possuíam a seu favor um Estado protetor e justo, comandado por um líder capaz de detectar e afastar os seus inimigos, na visão de Lenharo (1986).

A sociedade é tomada por um sentimento de getulização. A máquina de propaganda passa a explorar um dado clima de religiosidade, constitutivo das relações entre chefe e comandados e se consubstancia no culto de veneração à Pátria.

> Tão ou mais decisivo foi o apoio intelectual prestado pela Igreja, cujo estoque e símbolos foi utilizado estrategicamente pelos ideólogos do poder. [...] O modo como foram utilizados exaustivamente não demonstra apenas quanto penetrou nos poros culturais do país o legado teológico católico, mas principalmente o quanto a Igreja, sob noção de risco, preferiu investir naquela composição maquínica do poder, seu aliado certo contra o inimigo certo. Exemplifiquemos, inicialmente, com a construção da imagem na nação, atentos para os recursos religiosos empregados: [...] 'O dia de uma grande Nação não é senão a integração de milhões de pequeninos dias individuais'. [...] Chama-se a atenção de imediato o erigir da nação como objeto religioso, a quem se venera, a quem são dirigidas as preces cotidianas, portanto, as duas naturezas distintas desse corpo único, religioso e social. Sua dimensão material

> é focalizada pelos humildes elementos humanos desse conjunto, que vêem sua contribuição, não somente se transformar em necessária para o todo, como necessária uns para os outros. Finalmente, de volta à primeira condição, a nação alça-se a uma posição divina, que tudo vê do alto, por mais insignificante que seja o detalhe, que tudo compreende, que tudo assimila. Enquanto totalidade, a nação parece assemelha-se à crença cristã da total visibilidade a que se submete aos olhos de Deus. [...] Nessa relação entre todo e partes constitutiva de nação, falta neste texto, de acordo com a imagem do corpo místico cristão, o lugar da cabeça, o órgão dos cincos sentidos que preside ao funcionamento de todo o corpo. [...] O fundamental desta relação da-se em dois momentos distintos; a imersão das massas no corpo da nação, cuja vontade total passa a ser a vontade da parte desejante; a submissão das partes à cabeça, cuja "vontade dura e poderosa" imprime comendo a esse corpo. [...] Dá motivos a indagações a infindável de retratos de Vargas espalhados Poe repartições, casa de comércio, locais de trabalho e domicílios particulares de todo o país, assim como estátuas e bustos localizados estrategicamente nas praças e logradouros públicos. Essa imagens quase sempre restringem-se a focalizar a cabeça. Também é significativo absorver a imagem de Cristo sendo entronizada nas fábricas, uma espécie de símbolo de apoio, em que a cabeça espiritual, sobrepõe-se à temporal para reforçar sua função simbólica num corpo mais critico do que outros espaços sociais. [...] Essa é uma época especial de revivescimento das imagens religiosas e pagãs. Elas convidam ao culto dos retratados mas também demarcam o espaço social e espiritual entre a cabeça e os órgãos e repõem, sem cessar, a lembrança do lugar hierárquico que cada um ocupa na totalidade. Era enorme o esforço desenvolvido pelas agências de propaganda e informação do regime no intuito do moldara cabeça de Vargas. [...] O lado humano não era negligenciado: Vargas surge sempre sorridente, jovial, confiante. [...] Ao se tentar uma síntese da construção da figura mítica de Vargas; observou-se estar ela acoplada em dois planos distintos: 'de um lado a magia, a intuição ,a profecia e a predestinação, de outro, prevalece o espírito de racionalidade, de planificação e de previsão'. [...] Ocorre que o líder "é uma parte desse povo"; ele próprio "é corporificação do seu povo" em toda a sua complexidade (LENHARO, 1986, p. 190-3).

O discurso dos livros escolares passa a valorizar o labor cotidiano, os cuidados do lar, a tenacidade, a grande virtude militar, a disciplina, os grandes heróis, a nação e o apostolado cívico, os quais também eram exercitados pelos professores.

> O espaço social da escola é esquadrinhado de maneira neutralizadora e envolvido por uma redoma defensiva do mundo externo, pleno de tensão e conflito. Lar, Escola e Pátria constituem as únicas referências geográficas utilizadas. Todos esses espaços estão preenchidos de amor e desprovidos de conflito: "Só o amor constrói. O lar é o espaço privilegiado do aconchego. Na escola, o professor desperta sugestões emotivas e exercita para o impulso heróico e para o "apostolado cívico". Pais e filhos, professores e alunos não se manifestam hierarquicamente. As relações sociais, do lar à escola e, deles, para o genérico da Pátria, diluem-se gradativamente, sustentadas apenas pelo crivo da moralidade. [...] A mesma getulização dos textos escolares se faz presente na ampla literatura encomendada pelo DIP; a pessoa de Getúlio encampa o acontecer histórico como a personagem única que serve de guia para o país. Ele é o Líder capaz de detectar e afastar os inimigos" (LENHARO, 1986, p. 49).

Esse fenômeno de getulização pode ser melhor entendido por meio das análises de Foucault, o qual pondera: “Em torno de cada uma dessas “representações” morais, os escolares se comprimirão com seus professores e os adultos aprenderão que lição ensinar aos filhos” (FOUCAULT, 2002, p. 94).

Segundo Lenharo (1986), os meios de comunicação funcionavam como sacerdócio cívico, espalhando a imagem onipresente de Vargas por todo o país, informando as diretrizes do governo, infiltrando na intimidade cotidiana de cada indivíduo, principalmente através do rádio.

> O rádio permitia uma encenação de caráter simbólico e envolvente, estratagemas de ilusão e de criação de um imaginário homogêneo de comunidade nacional. O importante do rádio não era exatamente o que era passado e sim com era passado. [...] Vargas, quando se referia ao rádio, apontava para a sua importância enquanto meio de educação cívica ao mesmo tempo que se informador das diretrizes do governo e do alcance de suas medidas” (LENHARO, 1986, p. 40-1).

Estes veículos de propaganda funcionavam como dispositivos de controle e mudança de opinião pública, apresentando a imagem da Nação como uma dimensão orgânica de uma sociedade que superava as suas disparidades, insistindo na imagem da comunidade harmoniosa. Essa máquina de propaganda disseminava o rosto pessoal do regime através de fotos, cartazes, lemas, dísticos, moedas, selos, placas comemorativas.

Nesse contexto, ganha corpo o culto ao poder pessoal de Getúlio Vargas, considerado o “salvador” da nação, pois combateu a desordem e “criou” o “Brasil novo”, pois possuía um aguçado “instinto da ordem”, “uma capacidade intelectual supranormal”, na visão de Azevedo Amaral.

> O Brasil era como que uma família, cujo chefe houvesse se ausentado durante longo tempo. Quando regressa, o chefe encontra o inconsciente de cada um tomado de complexos; cada um só visava satisfazer o seu próprio narcisismo, dominar, mandar, subjugar, imperar. Impôs-se com necessária a reeducação de todos no ritmo da afeição; para que a paz e a harmonia sejam alcançadas, é preciso de todos obedeçam ao chefe e trabalhem uns para os outros [...] Em Getúlio, coexistem o guia espiritual e o domador de almas. [...] Suas palavras são plácidas e ao mesmo tempo enérgicas e convincentes. Mesmo nos momentos difíceis, Getúlio nunca modificou a sua maneira de se apresentar ante as multidões, mantendo-se sempre sereno e livre de acenos teatrais. [...] A projeção natural do líder, soma-se a marca de heroísmo que cinge sua figura. [...] O líder é o “disciplinador, é o protetor dos que pedem justiça, o chefe

> militar, o fundador do Estado". [...] Exercia funções policias, judiciárias e administrativas e primava por um caráter interventor na produção, nas questões de propriedade.... A relação líder-liderados imaginada por Ricardo causaria inveja a Getúlio: o chefe é o "ponto de coincidência de objetivos e tendências que, embora contrários uns aos outros, caminham para uma só direção. Não era só o chefe modelando a massa, à sua imagem; era a própria massa anônima pedindo um chefe que a conduzisse à feição romana: militarmente" (LENHARO, 1986, p. 48 e 64).

Daí a justificativa para a eliminação de todos os partidos e parlamentos, pois na visão de Francisco Campos, as duas grandes entidades do novo regime eram: o povo e o seu chefe.

> O único partido admissível no atual regime é o partido do Estado e, como este se acha identificado com a coletividade nacional, este partido é constituído pela própria Nação. [...] Se a nação e a organização estatal formam um todo indissolúvel e se o Estado é o órgão da expressão da consciência e da vontade do corpo nacional, é claro que dele deve partir a direção na política. Mas, no Estado autoritário, o eixo da sua organização estrutural e o foco de irradiação do seu dinamismo é o próprio Chefe da Nação (PARANHOS, 1999, p. 70).

Caso essa voz do poder de caráter persuasivo falhasse, no processo de docilização dos corpos e das mentes, a ação repressora do regime entrava em cena, pois contava com uma máquina policial atenta, "[...] da qual não escapa acompanhar 'os menores acontecimentos, os indícios mais remotos, as demonstrações ainda incipientes de qualquer movimento da vida política do País'" (LENHARO, 1986, p. 42).

O Estado Autoritário era uma combinação do emprego da repressão e de "concessões sociais" tendentes à incorporação das classes trabalhadoras urbanas às estruturas do poder estatal. Vale ressaltar que os instrumentos de propaganda representavam a voz do poder, porque eram controlados e censurados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

A máquina de propaganda veiculava as condições de gestação do novo tempo: chefe firme na condução da Nação, a crença no progresso e na ascensão social como solução de todos os problemas, relações sociais disciplinadas, positividade do trabalho.

> Da manutenção da ordem interna e da cooperação do povo com o governo. Um grandioso futuro delinea-se deante de nós. Mas a realização dessas esplendias possibilidade só será possível se a ordem interna não for alterada. Para isto, é imprescindível que, tanto as forças armadas como o povo, num movimento de coesão patriótica em torno do Presidente da República, de disponham a manter a ordem a

> todo o transe e a reprimir quaisquer tentativas de indisciplina e de oposição ao Estado Novo, que é a própria expressão orgânica da Nação (LENHARO, 1986, p.197).

Os ideólogos desse novo Estado, objetivando a legitimação do regime, enfatizavam a competência do Estado para cumprir sua função educativa, que supunha a orientação da "formação mental e moral" dos cidadãos, conforme salienta Gramsci: "uma das suas funções mais importantes (do Estado) é a de elevar a grande massa da população um determinado nível cultural e moral" (GRAMSCI, 1991, p. 96).

Vários foram os dispositivos de poder utilizados pelo DIP, à base de jogos de imagens e de efeitos sonoros, para disciplinarizar os trabalhadores, conforme demonstra Paranhos:

> A 'cruzada' da Marcha para Oeste, seja no plano discursivo, seja no plano das justificativas administrativas, contribui um precioso exemplo dessa fabricação de imagens. Elaborada crucialmente na virada do ano de 38, pouco depois do golpe, retrabalhada cuidadosamente nos anos seguintes, a Marcha para Oeste foi calçada propositalmente na imagem da Nação que caminha pelas próprias forças em busca de sua concretização. [...] O 1º de maio passava por um processo de descaracterização como dia de luta. Triunfava, para usar a linguagem de Francisco Campos, o "apelo ás forças irracionais ou às formas elementares de solidariedade humana. Selava-se 'a criação do tempo festivo'. Vargas, identificado como 'o trabalhador nº. 1' do país, roubava a cena e galvanizava as atenções gerais, transformando-se no principal ator político de um evento que deveria ter nos trabalhadores seu centro simbólico" (1999, p. 56 e 97-8).

Além do 1º de maio, mereciam destaque: os desfiles cívico-militares de 07 de Setembro, os espetáculos de canto orfeônico, as comemorações e homenagens prestadas no dia dez de novembro, data do aniversário da ditadura; as festividades no dia do aniversário de Vargas, considerado "dia solene".

> Vila-Lobos acabaria por desencadear a sua famosa arremetida coral através do ensino do ensino do canto orfeônico. Este registro, comenta José Miguel Wisnick, visava imprimir disciplina e civismo ao povo deseducado; 'a música contribuiria para reverter a rica e perigosa desordem do 'do país novo' em ordem produtiva, calando a múltipla expressão das diferenças culturais numa cruzada monocórdica' (LENHARO, 1986, p.60).

Em todas essas comemorações, Getúlio Vargas era exaltado pelo seu carinho paternal para com os trabalhadores, o que contribuiu para a transformação do conturbado cenário brasileiro num ambiente de fraternidade e de cooperação.

> As manifestações públicas visavam atestar a impressão de unanimidade dessa comunhão nacional, desse bem-estar político, dessa aceitação das diretrizes impostas sem possibilidade de contestação. [...] Passivamente, os trabalhadores ouviam de Vargas e dos seus líderes a sua prestação de contas e as novas promessas; aplaudiam e asseguravam a festividade do evento. Criava-se um clima artificial de certeza de uma fraternidade nacional estável e duradoura. [...] Vivia-se, portanto, a certeza de que a sociedade estivesse contida nas suas diferenças e neutralizados seus focos de conflito" (LENHARO, 1986, p. 50-51).

Um rico e diversificado material ideológico foi utilizado pelo "Estado Novo" para reafirmar a unidade nacional, conforme nos mostra Paranhos:

> Daí que, além da imprensa, os meios de comunicação oral, as escolas, as bibliotecas, a arquitetura, assim como os nomes dados às ruas, inclusive a sua disposição, nada disso permanece indiferente ao seu olhar penetrante e à sua reflexão aguda. (1999, p. 102)

Para aumentar seu raio de ação, o DIP promoveu várias exposições e concursos; produziu filmes educativos, programas de rádio e manifestações patrióticas e culturais. Os dispositivos utilizados pelo poder procuraram desestruturar a vida político-partidária, ao deslocar a dimensão política dos partidos para a sociedade. O esvaziamento dos conflitos sociais se deu principalmente, a partir da racionalização industrial, que hierarquizou os funcionários das fábricas, dividindo os trabalhadores em: operários e especialistas. Estes controlariam e comandariam todos os trabalhadores enquanto que, aqueles executariam suas funções de acordo com a orientação dos especialistas. Esta racionalização do trabalho buscava a produção máxima possível, daí o controle individual da produção de cada operário. Os trabalhadores não precisavam pensar, decidir ou lutar por nada; deveriam estar sempre preocupados em produzir cada vez mais e se concentrar apenas na atividade que estavam realizando. Também não deveriam ficar por muito tempo ociosos, para evitar que compartilhassem seus pensamentos com os demais operários. Além do mais, toda a rotina da fábrica era comandada por sinais que tocavam em horários fixos, para disciplinar esses indivíduos e manter a ordem nas fábricas. Esses trabalhadores também eram "controlados" pelo poder, através de instâncias micropolíticas, as quais atuavam sobre o cotidiano dos

indivíduos, intervindo em suas expectativas e sonhos, reorientando seus projetos de vida, domesticando suas mentes e suas atitudes e imprimindo um novo sentido nas suas relações com as outras pessoas. A influência do taylorismo, evidente na economia dos gestos e nos movimentos supérfluos, estava presente nas relações de trabalho, as quais buscavam evitar desperdícios e aumentar a produtividade. O trabalhador controlava a si mesmo e se submetia ao trabalho planejado, ininterrupto e mecânico; era um mero executor de tarefas. Conforme destaca Lenharo (1986):

> A educação do trabalhador pelo sindicato, através do corporativo, asseguraria a regeneração do trabalho abstrato como dever e faria do indivíduo um trabalhador produtivo, cônscio da sua contribuição para o engrandecimento nacional. São muito claros, portanto, os delineamentos políticos da transformação dos sindicatos em "escolas de união e disciplina", uma estratégia institucionalizada visando o congelamento das oposições de classe e a instrumentalização disciplinar dos trabalhadores. Junto a dispositivos como a "proteção trabalhista", ou a outros menos nobres como a repressão, a delatação, a tortura, pretendia-se agora educar o trabalhador de modo a arranca-lo da sua condição de classe diluindo-a no corpo nacional, fazendo dele um trabalhador ordeiro e produtivo. O objetivo maior do poder fora pretender que o trabalhador se enrodilhasse na teia de própria dominação; dominado exercitasse uma prática ampliadora do próprio emparedamento. [...] A ação pedagógica do trabalho é a garantia da perfeição moral do ser humano; por seu concurso desenvolvem-se as regras de convívio e as relações de fraternidade dos homens entre si: "a civilização do trabalho... há de ser, um dia, a civilização ideal da vida do trabalho fraternal na comunidade dos homens". [...] O trabalho constante transforma o cotidiano e provoca satisfação e prazer espontaneamente. Além do que, o "trabalho torna a vida fácil, acalma as máguas, ajuda a suportar as males inevitáveis" (p. 37-38 e 87-88).

Na concepção de Lenharo, o taylorismo exercia principalmente, um controle das mentes dos operários, ou seja, o processo de disciplinarização do trabalho contribuía para transfigurar a relação de exploração do trabalho sobre o capital, considerada pelos ideólogos do Estado Novo, uma escravidão injusta do capital. Por meio do Estado Protetor, essa exploração do capital sobre o trabalho adquiriria um novo sentido, baseado na cooperação e concórdia entre os patrões e os empregados. Essa "ordenação" da sociedade só seria possível através da "organização científica do trabalho", que se baseava na autoridade e hierarquia, conforme a disciplina militar. Este processo de racionalização do trabalho era necessário,

segundo os ideólogos do Estado Novo, para preparar o proletariado para tomar as rédeas do controle da produção.

Daí a relação do sistema taylorista com a proposta de Vargas, pois ambos estariam "preparando" os indivíduos, através da disciplinarização e da docilização dos corpos e das mentes, para a construção da paz e da harmonia social, imprescindíveis à formação da nação ordeira.

> Justamente a hierarquização rígida e centralizada constitui a pedra de toque de um regime que se pretendia arbitro neutro e exterior às lutas sociais, para chegar à "concórdia" e a "cooperação". É do alto de sua onipotência política que o "chefe" e "pai" de todos os brasileiros, orgulhoso do cumprimento de uma missão auto-investida, apresenta o seu cartel de realizações, parte de uma obra a ser mantida e completada. [...] "O homem do trabalho já se acha hoje protegido contra os imprevistos da existência e os efeitos mais imediatos e comuns. Resta ampliar o organização dos serviços de assistência e educação, multiplicando os hospitais, as creches, as colônias de repouso, os meios de recuperação da saúde, os educandários, aprendizados e institutos profissionais" (LENHARO, 1986, p.99-100).

A confiabilidade dos indivíduos à Vargas e ao Estado Protetor estava calçada em suas realizações concretas, dentre as quais:

> Justiça especial do trabalho, estabilidade no emprego, indenização por acidentes; refeitórios populares; escolas de ofício; institutos e caixas de pensões, que ofereciam serviços de seguro social, assistência médica e hospitalar e financiamento para a construção ode casas operárias, "ampliando direta e indiferentemente os meios de elevar o nível profissional, de melhorar a saúde e prover a segurança do lar e a educação da prole do trabalhador" (LENHARO, 1986, p.100).

Estes "presentes" doados pelo "Pai dos Pobres" aos trabalhadores deturparam toda uma história de luta do trabalho sobre o capital, em busca de uma condição operária dignificada. Um novo perfil de dignificação dos operários foi construído, aos poucos, através das obras concretas do governo, as quais valorizavam os padrões de moralidade e sociabilidade dos indivíduos.

A higiene industrial educacional acompanhava a vida do trabalhador em todas as suas atividades sociais, canalizadas para o Serviço de Recreação Operária[16], que oferecia aos operários, recreação cultural, escotismo e desportivo.

> [...] aponta claramente o vínculo entre cotidiano da fábrica e cotidiano externo a ela. "É, assim, o operário trará do seu sindicato, do seu clube ou de sua fábrica para o seu lar o bom exemplo de uma alegria comunicativa e sadia que animará a esposa e os filhos para a compreensão de uma nova concepção de vida.". Claramente volta à tona o vislumbre de continuidade fábrica-ambiente externo; especial, no entanto, é a 'nova concepção de vida' que se quer incluída no trabalhador e em sua família. [...] O trabalhador satisfeito, regenerado, compõe agora um perfil novo, que carrega consigo a redefinição da própria família, da condição da mulher e da criança. O que está em questão é a tentativa de "eliminar as brechas existentes entre o espaço do trabalho e o do lar e completar o círculo da dominação em que se pretendeu enclausurar de ponta a ponta a vida do novo operariado" (LENHARO, 1986, p. 101-2).

A educação dos operários começava dentro do lar, através da mulher do proletariado. Ela acompanhava o cotidiano de sua família, vigiando os horários, controlando os gestos de seus filhos, tentando evitar qualquer comportamento desviante do padrão familiar valorizado pelo social. Nesse sentido, foram construídos locais especialmente concebidos para educar e regenerar os filhos dos operários, para que não se contaminassem com os "perigos" sociais.

> A criação dos parques infantis vem ao encontro desse desejo de circunscrever as crianças operárias e dispender-lhes instrução moral e intelectual, proporcionar-lhes alimentação e educação física, atendimento dentário e diversão criativa e instrutiva. A experiência chegou a tocar particularmente a Mario de Andrade que elogiou prodigamente os parques infantis, "onde as crianças proletárias se socializam aprendendo nos brinquedos o cooperativismo e a consciência do homem social" (LENHARO, 1986, p.103).

Todo um trabalho foi promovido no intuito de desenvolver o físico e a mente das crianças, filhas de operários, para que adquirissem as habilidades necessárias ao trabalho nas fábricas, assegurando a produção e a modelagem social dos corpos dóceis. Os dispositivos de adestramento dos indivíduos nas fábricas também estavam presentes em seus lares, onde a mulher era responsável pela educação dos filhos. Estes mecanismos de controle perspassavam

---

[16] O Serviço de Recreação Operária foi criado pela portaria nº 68, de 06 de setembro de 1943 e estava associado ao Ministério do Trabalho.

os momentos de lazer dos trabalhadores, pois estes eram permeados pela moralidade social e pelo tratamento eugênico do corpo e da mente.

> "Nós estamos numa sociedade do 'sexo', ou antes, 'com sexualidade'", acentua Foucault. "Os mecanismos do poder dirigem-se ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, o seu vigor, à sua capacidade de dominar ou a sua aptidão para ser utilizada. Saúde, descendência, raça, futuro da espécie, vitalidade do corpo social, o poder fala da sexualidade; esta não é marca ou símbolo, é objeto e alvo". A sexualidade ladeia a norma,, o saber, a vida, o sentido, as disciplinas, regulações (LENHARO, 1986, p. 108).

Para que essa política de racionalização do trabalho fosse mantida sem conflitos, as cotas de imigrantes deveriam ser estabelecidas e cumpridas fielmente, para que não houvesse desvios que comprometessem a segurança e ordem da nação, ou seja, os imigrantes eram "selecionados" pelo poder.

> Francisco Campos opõe-se a que o país se conversa numa "fácil hospedaria da massa de refugiados sem recursos, nem conhecimento técnico e, muitas vezes, sem idoneidade moral". Sua aversão ao refugiado em geral pode ser explicada pelo fato de que um contingente expressivo deles fugia do nazismo na condição de militantes políticos perseguidos. [...] Até mesmo porque, o país não é racista, sua população é 90% católica e a Igreja é contra o racismo. [...] Entretanto, à medida que a intervenção do Estado se amplia e que as contradições sociais se agudizam, negros e asiáticos (o japonês em especial) se tornam alvo particularizado de discriminação, legal ou não, e de preconceito racial. [...] Predestinação natural ao crime, suicídio, à insanidade mental, os atributos negativos vão se avolumando de tal forma a mostrar, não que a miscigenação fosse impossível, mas sim, inadmissível (LENHARO, 1986, p. 116, 119, 125,132).

O perigo da ameaça externa, através dos imigrantes, assombrava a equipe de Vargas. Esta não perdeu tempo e, colocou em prática um movimento interno de militarização do país e de sua gente, como necessário à defesa da nação. Os imigrantes, que conseguiam penetrar no país legalmente, eram separados por raça e ocupavam espaços determinados pelo poder, para que não disseminassem sua cultura pelo país e contaminassem os brasileiros.

Nesse período, a economia de guerra exigia uma produção cada vez maior e, conseqüentemente, a preparação dos corpos dos trabalhadores, os quais deveriam ser não apenas disciplinados, mas também fortes. Daí a importância do Exército, instituição

responsável pela modelagem do corpo disciplinado do trabalhador desejável, ou seja, disciplinar os músculos e a vontade.

> No Brasil de Vargas, a economia de guerra viria afetar profunda e especialmente os operários industriais. 'Soldados, afinal somos todos, a serviço do Brasil', proclamou Vargas no comício do 1° de maio de 1942. A estratégia de militarização psicológica, converter toda uma classe de trabalhadores em soldados da Pátria, ganha especial significado político se a reportarmos ao contexto das determinações sobre a produção em regime de economia de guerra, que acarretava graves danos aos trabalhadores. A condição de soldado vinha sobrepor-se à de trabalhador, submetido a um trem de produção que não podia mais ser avaliado e questionado a partir da ótica da condição preterida: a operária (LENHARO, 1986, p. 86).

Outra instituição importante na fabricação desses corpos dóceis e úteis era a escola. Ao analisar o processo de disciplinarização dos indivíduos no ambiente escolar, podemos nos remeter ao pensamento de Foucault (2002):

> [...] uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. Técnicas sempre minuciosas, muitas vezes íntimas, mas que têm sua importância: porque definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo, uma nova "microfísica" do poder. (p. 119-120)

A estruturação e a sustentabilidade do Estado Novo também contou com o grande apoio da orquestração ideológica cristã através da fé católica[17]. A imagem do corpo místico de Cristo, a qual possuía um corpo-totalidade, composto de muitos membros solícitos uns aos outros e comandado pelo cérebro e, que funcionavam como um todo perfeito e harmonioso, pode ser comparada à imagem do Estado Novo, como corpo composto pelos segmentos sociais e comandado por Vargas, em busca da totalidade harmoniosa. Além do mais, Vargas é apresentado da mesma forma que Cristo, aquele que vela, vigia, admoesta e policia o cristão em todos os momentos de sua vida.

---

[17] Essa organização do Estado Novo era semelhante à organização da Igreja Católica, a qual também distribuía seus membros hierarquicamente, colocando a figura do papa no topo. Na sociedade brasileira, no topo estava Vargas.

> Tomás de Aquino, por sinal, cotejará em seus estudos teológicos a doutrina do Corpo Místico de Cristo, que requeria uma cabeça dirigente para a Igreja – no caso do papa – especialmente iluminada pelo Espírito Santo. O intercâmbio entre o temporal e o espiritual atuaria provavelmente para que Tomás de Aquino apurasse sua oferta teórica há pouco comentada, para a teologia, assegurando-lhe através da vela mística, os atributos institucionais requeridos pela Igreja Católica. Sobrava, evidentemente, munição abundante para o poder temporal. [...] Assim como o corpo humano cresce para o amadurecimento e o apogeu e requer cuidados especiais para não decair, o corpo social requeria; para sua estabilização, a introdução de instituições integradoras, novos conteúdos espirituais e, acima de tudo, à condensação de uma escala de poder que coordenasse e integrasse as diferenças sociais num ponto ótimo (LENHARO, 1986, p. 140-142).

Outro ponto a ser considerado, são as encíclicas papais *Rerum Novarum*[18] e *Quadragesimo Anno,* já que estas serviram de suporte ideológico à política social do Estado Novo, pois contribuíram para resgatar o espírito da fraternidade cristã encontrado nas relações de trabalho, definindo com clareza o papel do Estado como protetor e árbitro das classes e dando legitimidade moral ao golpe.

> O primeiro princípio é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil, todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os socialistas; mas contra a natureza, todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas. Assim como no corpo humano os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que formam um todo exatamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também, na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas tem imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital (LEÃO PP. XIII, www.webmaster@montfort.org.br).

A Igreja participou da concretização do Estado Novo também, ao se mostrar contra o liberalismo. A Igreja sentiu-se ameaçada pela revolução liberal, a qual propunha a destruição

---

[18] A preocupação dos grupos detentores do poder econômico com relação à agitação social que assolava todas as nações, os levou a buscar apoio ideológico na Igreja Católica para justificar a relação entre o capital e o trabalho e a condição dos operários nessa relação de exploração, daí a formulação desta Encíclica. Este documento visava claramente disciplinar o operariado, suavizando a relação de exploração dos patrões sobre os empregados, para que estes últimos aceitassem a sua condição como natural, garantindo a harmonia social entre as classes antagônicas. Para atingir esse objetivo, essa Carta também detalha as obrigações dos operários e dos patrões, justifica a posse e o uso das riquezas, dignifica o trabalho e rejeita a prática das greves. Para que os operários aceitassem cumprir essas orientações sem questionamento, esta Encíclica descrevia também os direitos sociais dos trabalhadores, os mesmos que fizeram Getúlio ser conhecido com o *pai dos pobres,* já que todos esses direitos foram incorporados à legislação trabalhista de seu governo.

da imagem do corpo-Uno devido à expansão e monopolização do capital, através da transformação do discurso eclesiástico em uma busca desenfreada por bens materiais; os indivíduos obedientes aos princípios do catolicismo poderiam se tornar ambiciosos, questionadores dos princípios valorizados pelo Estado Protetor e desobediente às regras impostas pelo poder.

> O mundo do pós-guerra sofrera o impacto positivo do ideal cristão da cooperação, uma conquista superior as grandes descobertas cientificas aplicadas ao mundo do trabalho. A racionalização por si só não resolvia os problema da produção enquanto não contasse com o interesse e envolvimento do trabalhador. As conquistas da racionalização do trabalho haviam sido assimiladas pelo aparate da administração estatal, mas também nesse caso de nada adiantaria essa modernização sem a recristianização do mundo. Cooperação é aqui lida estritamente em função de um crivo limitado da burocracia (LENHARO, 1986, p. 173).

A Igreja e o próprio Estado se preocupavam com a organização espontânea dos indivíduos, sem subordinação às leis do Estado e, rebeldes com relação aos princípios das instituições sociais, inclusive as escolas. Sobre a política social do Estado Novo, Lenharo destaca:

> Fundamentada nas encíclicas papais Rerum Novarum e Quadragésimo Anno, a política social do regime não tem outra preocupação senão a de restaurar a dignidade do trabalhador brasileiro. Ela veio resgatar o espírito de fraternidade cristã encontrado nas relações de trabalho das corporações medievais. O próprio trabalhador, beneficiário da nova ordem, mostrava-se arredio e hostil, exigindo do Estado Constancia e poder de persuasão para modificar-lhe a mentalidade. Seu sentimento de inferioridade ante os patrões, criado pelos "vícios" da velha ordem, revertia num espírito de oposição sistemática aos patrões o advento das instituições corporativas permitira a superação daqueles sentimentos da prevenção e propiciam o "milagre desses novos tempos... que aboliram as distâncias sociais" (1986, p. 180-1).

Lenharo (1986) remeteu-se ao pensamento de Oliveira Viana, ao destacar que o governo de Vargas era uma nova política de recristianização do trabalho e da vida, fundamentada nas encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno,* as quais introduziram uma outra concepção das relações de trabalho e do papel do Estado:

> Elas deixam de ser vistas como u mero contrato locativo, em favor de uma "comunhão de interesses", que da origem a laços de solidariedade entre as partes; da mesma forma, a sua concepção de "salário justo" vinha sobrepor-se à noção liberal de "equidade de salário"; mantivera a defesa da propriedade, para que, pelo trabalho ficasse aberta ao operário a possibilidade de usufruí-la, finalmente, convidava patrões e trabalhadores a se organizarem em associações de classe para fazerem delas órgãos de conciliação e arbitragem: "a técnica moderna de harmonização das classes." [...] As diretrizes sociais do projeto católico de terceira via encontram-se circunscritas a uma dimensão moral, que não passou despercebidos. Na Quadragésimo Anno, Pio XI deixa bem claro que qualquer iniciativa política ficaria invalidada sem uma "prévia e completa renovação do espírito cristão". [...] A renovação do espírito implicava no respeito a lei de Deus e aos direitos do cutro; se cumpridos, a aquisição da riqueza e sue uso voltariam ao uso "limites de eqüidade e justa distribuição". Abrindo o caminho para a realização da justiça social [...] Do mundo do trabalho à família, disseminando-se pelos "corpos intermediários", o mesmo espírito que anima a organização das corporações trajaria a sociedade, impregnando-a de uma nova moralidade. A Roberto Simonsen não escapou a percepção da importância dessa renovação espiritual; ao lado da "valorização do homem pela técnica, pela alimentação e pelo resguardo de sua saúde", asseguraria a superação da crise social, afastando a desesperada corrida atrás da riqueza, a concorrência sem peias, o materialismo sem finalidades espirituais. Em relação à organização da família, o artigo 10 do Código Social de Malines exemplifica a direção que a Igreja tomara nessa matéria: "é preciso à combater tudo o que destrói ou abala... é preciso louvar e encorajar tudo o que favorece sua unidade, sua estabilidade, sua fecundidade" (LENHARO, 1986, p.182-3).

A publicação da Carta Pastoral aos católicos do país contribuiu com esse processo de domesticação das consciências, pois defendia a conservação da ordem social e do patrimônio da nossa civilização contra o comunismo.

> [...] assim como no corpo humano os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que torna um todo exatamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também, na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio (Leão XIII in LENHARO, 1986, p.162).

A Igreja também prestou apoio intelectual ao Estado Novo, através de seu estoque de imagens e símbolos. Assim, a legitimidade do Estado estava escorada também em pressupostos religiosos.

> Podemos notar um parentesco muito próximo entre o pensamento católico, integralista e o de matriz européia acerca de temas como o da sexualidade, de evidente repercussão no ordenamento do cotidiano das pessoas e no disciplinamento dos seus corpos e mentes. O culto do lar e da monogamia conjugal, o reino da moralidade patriarcal e prática da repressão sexual, incansavelmente pregados pelos documentos papais, não por coincidência o triângulo repressivo apontado por Reich, foram as alvos prediletos daquelas máquinas desejantes, ávidas de capturar o desejo

> libidinal das massas e canaliza-lo para os fins reacionários da manutenção e reforço da estrutura de dominação (LENHARO, 1986, p.45).

A fé católica contribuiu para a manutenção da ordem interna, preparando um terreno cultural para a efetivação da cooperação do povo com o governo num movimento de coesão patriótica em torno do Presidente da República, utilizando-se da persuasão para reprimir qualquer tentativa de indisciplina e oposição ao regime.

> No processo de implantação da legislação trabalhista no país, "pode a Igreja desempenhar um grande papel, já esclarecendo cm seus poderosos elementos de divulgação todos os brasileiros sobre nossas verdadeiras necessidades, já explicando à grande massa sofredora que o seu estado atual não decorre, na maioria dos casos, da compressão exercida pelas classes mais favorecidas. Poderá, ainda, como fizeram os nossos primeiros jesuítas, cooperar em escala muito maior do que já o fez no ensino profissional e na educação em geral, continuando, finalmente, a impregnar cada vez mais toda a sociedade, dos sentimentos de caridade e solidariedade social que constituem, por certo, os mais belos postulados da religião de Cristo". Semelhante tipo de discurso demonstra compartilhar da abordagem moralista da questão social, aceitando em reservar para as consciências individuais encaminhamento do problema. A delimitação das responsabilidades parece clara: à Igreja cabia difundir seus postulados religiosos e amainar o descontentamento da "massa sofredora"; às "classes mais favorecidas" cabia a aplicação da racionalização do trabalho, obviamente de acordo com as suas consciências (LENHARO, 1986, p. 90).

Constata-se, então, que o papel da Igreja Católica, durante o novo regime, foi muito importante, ela ofereceu modelos e quadros de disciplina e ordem espiritual que deram substância e conteúdo moral para o Estado Novo. Em troca disso, ela teve a maioria de suas reivindicações atendidas, ou seja, conseguiu garantir a liberdade do ensino particular, ensino religioso facultativo nas escolas públicas e o direito natural dos pais à educação dos filhos.

> Para Durkheim, "Se a religião engendrou tudo o que há de essencial na sociedade, é que a idéia da sociedade é a alma da religião." "... o fiel não se engana quando crê na existência de um poder moral do qual depende e ao qual deve melhor de si mesmo; este poder existe, é a sociedade... Deus não é mais do que a expressão figurada da sociedade". [...] O alvo de sua análise é o regime totalitário; suas observações podem, no entanto, ser espraiadas para outras realizações totalitárias. Tal construção do "povo-Uno" presente da diversidade como elemento construtivo do social; divisão, quando se manifesta, o faz em função de uma rígida demarcação, entre o "povo-Uno" e seus inimigos. Fica afastada qualquer possibilidade de divisão interna. O alvo é outro mal ético, a ameaça externa, o inimigo a ser necessariamente produzido e combatido incansavelmente. Em função da preservação do "povo-Uno" com um corpo integro, programa-se um ideal de profilaxia social, em condições de sustentar a identidade totalitariamente concebida a eliminação do inimigo funciona como

> termômetro da preservação da integridade social, ao mesmo tempo em que assegura a imagem de uma nova sociedade sã, porque produtiva, depurada dos parasitas: "A campanha contra o inimigo é febril: a febre é boa, é o sinal, na sociedade, do mal a combater" (LENHARO, 1986, p. 145-7).

O uso da imagem do "divino Estado" é semelhante ao corpo místico de Cristo, ou seja, os órgãos do corpo político se entrelaçam para manter o corpo vivo. Se uma das partes desse corpo deixar de funcionar, desestrutura todo o corpo. Assim, é o "Estado Protetor", se um dos segmentos sociais se rebelar contra os princípios deste estado, os demais membros são prejudicados. Em todas essas analogias entre corpo e sociedade, esta é uma grande organização que não deve ser desestruturada de forma alguma, ao passo que, o corpo sem algum órgão não funciona perfeitamente.

> A metáfora do corpo é racionalmente utilizada como instrumento justificador da subjugação das partes em relação ao todo. [...] O mais perfeito typo de organização que temos para estudar e copiar é o homem. Toda organização racional se assemelha ao corpo humano ou as suas partes componentes. Ella deve possuir o órgão de "direcção", como o cérebro, capaz de receber as sensações exteriores, defini-as,conjugal-as e resolvel-as, determinando a "reacção" adequada. Deve possuir igualmente aparelhos transmissores, não só das sensações, como os nossos nervos. Ella deve ser dotada de agentes executores que obedecem, (sem discutir) as ordens e determinações do centro director, tal qual os nossos músculos. Tem de ter também órgãos de rotina, que agem por si mesmos, de acordo com as circunstancias, sem interferência de cérebro, como o nosso fígado, glândulas, etc. Deve ainda possuir uma "estructura" que lhe dê ua forma estável e que revista às deformações, dotada, porém, de certa mobilidade, como o nosso esqueleto. Finalmente, deve ser apparelhada com u systema de agentes de conservação, que cuidam de conservar, limpar o organismo, como nosso sangue e o nosso systema de secreções. [...] Como no corpo humano, cada órgão, cada elemento de uma organização qualquer deve ter posição e sua junção definida (...) No corpo humano, até as células são "especializadas" e uma célula de tecido cerebral não pode pretender funcionar como célula de osso ou vice-versa. (LENHARO, 1986, p. 148-9).

Esse regime totalitário atende às intenções de disciplinar os corpos e as mentes, para que não ocorra qualquer alteração dos fatos.

1.4 – ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: OS TEMPOS DE CAPANEMA

A Igreja Católica estabeleceu um pacto com o regime de Vargas, antes mesmo do estabelecimento do Estado Novo, conforme já salientamos anteriormente. Nesse pacto, um dos objetivos da Igreja era levar à frente seu projeto educacional e pedagógico e, para que isso fosse possível, Gustavo Capanema foi empossado ministro da Educação e Saúde em 26 de julho de 1934[19]. Em seu ministério, Alceu Amoroso Lima[20] foi o seu principal conselheiro, daí a influência da Igreja Católica no projeto educacional do regime Vargas.

Esta proximidade entre Alceu Amoroso Lima e Gustavo Capanema pode ser constatada na Carta que o ministro escreveu a Alceu, após ser empossado, a qual foi transcrita por Schwartzman (1984): "Tudo que combinei com você está na minha memória e nada deixará de ser cumprido" (p. 49).

Além do mais, a proposta autoritária e sacral de educação defendida pelos católicos coadunava com a proposta do governo Vargas, já que ambas visavam à manutenção da estrutura oligárquica, que seria possível através do fornecimento da educação verbalista, elitista e classista aos detentores do poder econômico. Daí a preocupação do ministro em

---

[19] Gustavo Capanema fazia parte da elite intelectual mineira e entrou ativamente na vida política do Estado aos trinta anos de idade, como secretário do Interior do governo Olegário Maciel. Durante muitos dos anos em que foi político, Carlos Drummond de Andrade foi o seu chefe de gabinete, o seu "intelectual", o seu "mentor". Capanema, homem de cultura humanística e pretensões intelectuais, dedicou-se inteiramente à política, mas por ser um intelectual, sempre se preocupou com questões relativas à educação e cultura. Ele cultivava uma amizade pessoal com escritores, pintores, artistas e com Vargas. Por todos esses motivos, ele foi o "escolhido" para o cargo de ministro de educação e saúde.

[20] Alceu Amoroso Lima, fervoroso defensor dos princípios da Igreja Católica, valorizava o primado da educação moral e religiosa como alma da instrução intelectual e da preparação física. Daí a sua defesa em prol da introdução do ensino religioso nas escolas públicas. "Alceu Amoroso Lima falará exemplarmente na década de 30 sobre a "natureza divina da condição humana" que o Estado não podia abarcar e que ficava na alçada da Igreja, o que lhe permitia "coexistir" com o Estado, com "independência". De modo semelhante, para o mesmo líder católico, o domínio da política submetia-se ao da ética, conformada pela ordem sobrenatural: 'a política, moral e a teologia formam, portanto, uma cadeia não interrompida'" (LENHARO, 1986, p.203).

reformar o ensino secundário e superior e, principalmente em controlar a expansão destes ramos de ensino.

> Na verdade o modelo escolhido pela Igreja Católica a fim de cristianizar o país, valorizando as elites traduz seu temor pelo desenvolvimento das classes trabalhadoras enquanto essas não agem sob sua supervisão. A manutenção da ordem enquanto ordem capitalista, na forma já vista, colide com a nova visão de homem e sociedade trazida pelas novas forças sociais e a torna defensora da oligarquia, dentro da composição do poder. Daí seu elitismo (CURY, 1984, p. 179).

Além da reforma destes níveis de ensino, os tempos de Capanema também foram marcados pela implantação do ensino industrial, pela criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelos grandes programas nacionais de saúde pública, pela organização da educação física. O essencial desse adestramento físico, obtido durante a juventude, é que este se mantivesse no decorrer da vida dessas pessoas, o que demandava disciplina, perseverança e um ordenamento permanente do cotidiano de cada indivíduo. A Escola Nacional de Educação Física e Desportos foi moldada, a partir do Exército e de sua 1ª escola de educação física. Essa contribuição do Exército pode ser entendida como resultado final de um processo de "militarização espiritual" [21].

> As teses que circulam pelos textos teóricos de educação física enfatizam os três pontos arrolados, a saber: a moralização do corpo pelo exercício físico; o aprimoramento eugênico incorporado à raça; a ação do Estado sobre o preparo físico e suas repercussões no mundo do trabalho. No primeiro item, imprime-se um sentido de consciência social ao aprimoramento físico, a nova higiene do corpo responsabiliza o indivíduo de modo a desenvolver uma consciência de bem-estar coletivo. A participação decorrente das práticas esportivas e a dimensão coletiva aventada impulsionam para a formação de novos "condutores sociais", aptos para cooperar com a comunidade. [...] A nova educação física está voltada para a obtenção de homens equilibrados e auto-suficientes. [...] "Com a disciplina dos músculos se aperfeiçoará a disciplina da vontade". [...] "A nova Educação Física deverá formar um homem típico que tenha as seguintes características: de talhe mais delgado que cheio, gracioso de musculatura, flexível, de olhos claros, pele sã, ágil, desperto, erecto, dócil, entusiasta, alegre, viril, imaginoso, senhor de si mesmo, sincero, honesto, puro de atos e pensamentos..." [...] Persegue-se obstinadamente não somente a configuração de um tipo físico único para o brasileiro; ambiciona-se também a definição de um só perfil racial, a ponto de ser estabelecida uma relação simples

[21] "A 'militarização espiritual' nos asseguraria os atributos de uma 'regeneração antopo-psiquica': 'siergia, solidariedade, intrepidez, obediência, código de conduta, ideal de vitória, senso de superioridade, ambição honesta, perseverança, confiança, consciência...'" (LENHARO, 1986, p. 80).

> entre raça e Nação constituída. [...] A projeção mesma de uma parte física e equilibrada com a espiritual dimensiona um conjunto social equilibrado, no qual as tenções e conflitos ficam fora de lugar pela natureza singular de sua constituição (LENHARO, 1986, p. 78-9).

A militarização do corpo higienizado era necessária, como instrumento de transformação do corpo social. Havia uma preocupação também com o corpo enquanto instrumento de trabalho, daí a reeleboração intelectual da condição dos trabalhadores, a revisão de seus direitos e a transformação do trabalhador em soldado do trabalho, o qual deveria produzir cada vez mais e melhor. Estes "soldados do trabalho" deveriam ser preparados e adestrados para se tornarem cada vez mais produtivos.

O aumento da demanda por educação nessa época foi um dos problemas que Capanema precisou resolver, contando com o apoio da Igreja. A incipiente industrialização do Brasil requeria mão-de-obra qualificada, fato que levou à procura de um ensino prático, mais voltado para a competência do que para a capacidade. Pelo fato desse período corresponder ao início da implantação da indústria pesada no Brasil sob a responsabilidade estatal, a educação se tornou essencial para o desenvolvimento. Este tipo de ensino estava presente na proposta educacional da Escola Nova, marcada pela orientação de John Dewey. A Igreja Católica criticava esse pragmatismo do ensino e, principalmente os aspectos defendidos pelos escolanovistas, conforme salienta Schwartzman:

> Alceu Amoroso Lima levanta-se contra o manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que sugere a concentração do ensino nas mãos do Estado, contribuindo assim, segundo ele, para a implantação do regime comunista. Os ataques à laicização do ensino, à escola única, à co-educação, ao monopólio estatal da educação, à gratuidade do ensino, à escola liberal, são carregados de denúncias sobre a falência desse tipo de educação no mundo inteiro e de advertências sobre a submissão que esse ensino acarreta (1984, p.58-59).

Nesse momento de discussão sobre o tipo de ensino que seria expandido, Capanema foi nomeado para garantir a predominância da proposta dos católicos sobre a dos pioneiros. Capanema contribuiu, dessa forma, para que a Igreja consolidasse o seu projeto educacional e pedagógico. Conforme Schwartzman, "A Igreja Católica, se devidamente mobilizada, poderia

proporcionar esses conteúdos, símbolos e rituais a partir da religiosidade latente da população brasileira" (1984, p.66). Nesse projeto desenvolvido, as Forças Armadas também deixaram a sua marca. Simon Schwartzman descreve a posição assumida pelo Exército: "seria impulsionado pelo interesse do governo, da Igreja Católica e outros setores em organizar, disciplinar e imprimir na população uma 'mentalidade adequada' ao novo Estado Nacional que se queria construir" (1984, p. 66). Conforme já salientamos anteriormente, essas duas instituições forneceram os fundamentos políticos e ideológicos que justificaram a criação do Estado Totalitário, no qual este projeto educacional foi posto em prática.

A influência do Exército na pedagogia do Estado Novo se deu através das disciplinas que eram ensinadas nas escolas, as quais abordavam sobre educação moral, cívica, religiosa, familiar e nacionalista. Através dessas disciplinas, inculcava-se nos alunos princípios de disciplina, obediência, organização, respeito à ordem e às instituições, formando nos alunos uma mentalidade capaz de 'pensar militarmente', conforme Schwartzman: "A vinculação da educação às questões de segurança nacional confirma a idéia de que, no Estado Novo, a educação deveria constituir-se em um projeto estratégico de mobilização controlada" (1984, p. 68). A proposta de docilização coletiva dos corpos inspirava-se na organização militar como o esteio da organização nacional e do Estado.

> O soldado é o exemplo mais acabado daquele que acata ordens, sempre à espera consciente de recebê-las. O soldado é um prisioneiro que vive num cotidiano altamente disciplinarizado, "um prisioneiro que está satisfeito". Mas além da disciplina declarada a que está submetido, uma outra disciplina – secreta – o envolve: trata-se da "disciplina da promoção". Pois que, ascendendo na hierarquia, o soldado fará de seus aguilhões novas ordens. Como não deixa de receber ordens de cima, novos aguilhões o ferem, mas lhe resta oportunidade de impulsioná-los adiante. Encontra-se, pois situado em pleno circuito do aguilhão-ordem. [...] As reflexões de Canetti sobre esse circuito são extensíveis ao contexto de militarização do corpo e do trabalho por nós percebidas ao longo dos anos 30; lá se elaborava uma psicologia do soldado-modelo, a ser imitada como padrão de comportamento para o trabalhador e para o cidadão comum. Numa sociedade profundamente hierarquizada, porque compreendida corporativamente, na qual cada um sabe o lugar que ocupa, esperava-se que cada cidadão estivesse atento e receptivo a ordens a serem acatadas. Nesse contexto social de "militarização espiritual", o circuito aguilhão-ordem atuava como apreciável ordenador das relações moleculares de poder, uma cadeia de vigilância e rancor, funcional na estratégia política mais ampla da dominação social (LENHARO, 1986, p.199-200).

Capanema considerava que a tarefa educativa visava não apenas a transmissão de conhecimentos, mas também a formação de mentalidades. Daí a sua preocupação em desenvolver a alta cultura do país, sua arte, sua música, suas letras. Assim, defendia a introdução do cinema, do teatro, da radiodifusão e do canto orfeônico nas escolas. Além do mais, o desenvolvimento e a utilização desses meios culturais contribuíam para o processo de docilização das mentes e dos corpos.

A educação feminina também foi objeto de atenção do ministro, que propôs à mulher uma educação condizente com o seu papel familiar, preparando-a para a vida no lar e/ou para ser professora. Esse projeto de tratamento diferencial dos sexos estava esboçado no Plano Nacional de Educação de 1937, mas não foi posto em prática já que a Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei 4244/42) adotou um ensino único e apenas introduziu a disciplina economia doméstica como educação feminina. Essa preocupação do Ministro com o papel da mulher fazia parte de outra idéia defendida por ele e analisada por Schwartzman: "... a necessidade de aumentar a população do país e a de consolidar e proteger a família em sua estrutura tradicional" (SCHWARTZMAN, 1984, p.111).

> O diálogo entre professora e alunos explora imagens comparativas de diferentes percepções do corpo. A planta que cresce remete para a condição natural do corpo humano, resposta que cabe, no texto, a uma menina educada presumivelmente para assumir a sua função de reprodutora de corpos e, portanto, conhecedora mais íntima dos movimentos naturais da geração e do crescimento. [...] O corpo está na ordem do dia e sobre ele se voltam as atenções de médicos, educadores, engenheiros, professores e instituições como o exército, a Igreja, a escola os hospitais. De repente, toma-se consciência de que repensar a sociedade para transformá-la passava necessariamente pelo trato do corpo como recurso de se alcançar toda a integridade do ser humano. Já sabíamos, com Foucault, do corpo como superfície de inscrição dos acontecimentos, espaço experimental de conflitos e da coexistência da repressão e de incitamentos. "Se considerarmos todas as modelações que sofre" – diz um estudo recente – "constataremos que o corpo é pouco mais do que uma massa de modelagem à qual a sociedade imprime formas segundo suas próprias disposições" (LENHARO, 1986, p. 75-6).

Para contemplar essas idéias, Getúlio Vargas assinou o Decreto-Lei de nº. 3200, em 19 de abril de 1941, o Estatuto da Família, que sofreu algumas reformulações e foi republicado

em 19 de maio do mesmo ano, sob o no. 3284. Schwartzman esclarece o real objetivo dessas medidas voltadas para o núcleo familiar:

> O casamento incentivado, a prole numerosa premiada, a mulher presa ao lar e condicionada ao casamento, a chefia paterna reforçada, a censura moral estabelecida em todos os níveis, as letras e as artes condicionadas pela propaganda governamental: tal é o projeto que sai do Ministério da Educação e Saúde (SCHWARTZMAN, 1984, p.113).

O ministro do MESP justificou essas medidas salientando que a grandeza de um país dependia do número de habitantes que ele possuía. Porém, conforme nos alerta Schwartzman (1984), esses aspectos não se relacionam com a questão demográfica, mas com as preocupações dominantes dos setores católicos.

Capanema também se preocupou com a disciplinarização dos jovens, daí a publicação do Decreto-Lei 2072 de 08 de março de 1940, que dispunha sobre a Organização da Juventude Brasileira[22].Esse movimento, que antes era liderado por Francisco Campos, passou a ser responsabilidade de Capanema, que o transformou num movimento cívico, assegurando a desmobilização política considerada ameaçadora à estabilidade do regime e contribuindo para a constituição da nacionalidade. As organizações estrategicamente criadas para disciplinar os indivíduos foram alvo das análises de Foucault, pois de acordo com o seu pensamento: “Lugares determinados se definem para satisfazer não só à necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil” (FOUCAULT, 2002, p.123).

A ação pedagógica do Ministério da Educação visava o controle da expansão do sistema educacional das elites e a uniformização cultural mediante o “manto” da constituição da nacionalidade. Assim, visando dar um conteúdo nacional à educação transmitida nas escolas, o processo de ensino foi transformado para legitimar e consolidar o regime instituído,

---

[22] Entende-se por Juventude Brasileira uma corporação formada pela juventude escolar de todo o país com a finalidade de prestar culto à Pátria, a qual contempla os aspectos de orientação cívica e política, necessários à propagação do novo regime: culto à bandeira, aos Hinos Cívicos, ensino de noções militares e patrióticas.

por meio da história mitificada dos heróis e das instituições nacionais, do culto às autoridades, do uso adequado da língua portuguesa, da ênfase no catolicismo. Outro mecanismo utilizado para legitimar e consolidar o regime instituído, sob a justificativa da constituição da nacionalidade, foi a criação de instituições-modelo para cada ramo de ensino, no intuito de padronizar e homogeneizar a educação transmitida em todo o país.

Na visão do ministro, toda a ação pedagógica deveria estar voltada para a nacionalização. Segundo essa proposta, primeiramente, era necessário dar um conteúdo nacional às disciplinas. Na prática, esse objetivo foi transformado na valorização do catolicismo e da língua portuguesa, no culto às autoridades e no ufanismo verde e amarelo.

> O projeto nacionalista do Estado Novo valorizava, em outras palavras, a uniformização, a padronização cultural e a eliminação de quaisquer formas de organização autônoma da sociedade, que não fosse na forma de corporações rigorosamente perfiladas com o Estado. Daí seu caráter excludente e, portanto, repressor (SCHWARTZMAN, 1984, p.166).

Para que todos esses aspectos fossem colocados em prática, o sistema educacional brasileiro passou por várias reformas. A prioridade dada à reforma do ensino secundário estava relacionada com a preocupação da classe dominante com a formação cultural da elite, principalmente se considerarmos que o conteúdo deste nível de ensino deveria ser essencialmente humanístico, que estava sujeito a procedimentos rígidos de controle de qualidade, além de ser o único nível de ensino que dava acesso à universidade. Schwartzman explica essa prioridade de Capanema, ao salientar que:

> Apesar da importância que ele atribuía ao ensino primário, ‘como verdadeiro instrumento de modelação do ser humano, por isto que sobre ele influi enquanto ainda matéria plástica, a que é possível comunicar todas as espécies de hábitos e atitudes’, esta era matéria da alçada dos estados e municípios, sobre os quais o governo só deveria ter ingerência direta (SCHWARTZMAN, 1984, p.).

Um grande complicador à reforma do ensino secundário era a expansão do setor privado, o que dificultava o controle do Ministério da Educação sobre este ramo de ensino. A solução encontrada foi a definição do currículo do curso e a criação de uma estrutura burocrática bastante complexa de inspeção e reconhecimento das escolas de nível secundário. Dessa forma, estava garantido o controle do Ministério da Educação e da Igreja Católica sobre o ensino que era ministrado nas escolas das redes particular e estadual. Essa reforma do ensino secundário ficou conhecida como Lei Orgânica do ensino secundário, promulgada em 09 de abril de 1942 (Decreto-Lei 4244/42). Outra medida tomada para garantir esse controle foi a criação de um exame de licença ao final de cada ciclo do ensino secundário. Este exame padronizava os alunos aprovados nas diversas escolas deste ramo de ensino. Mas, a principal marca da reforma do ensino secundário foi a ênfase dada à formação humanística de tipo clássica, cujo objetivo era preparar a elite intelectual do país, conforme nos demonstra Schwartzman:

> A reforma do ensino secundário de 1942 ficaria em síntese caracterizada pela intenção de consolidar a escola secundária como principal instituição educacional e, através dela, formar novas mentalidades, criar uma cultura nacional comum e disciplinar as gerações para garantir a continuidade da pátria. Através dela, também, esperava-se produzir uma nova elite para o país. Uma elite católica, masculina, de formação clássica e disciplina militar. A ela caberia a condução das massas e a ela estaria reservado o acesso ao ápice da pirâmide educacional (1984, p.202).

Evidencia-se nessa reforma a preocupação com a modelagem do caráter dos alunos, daí a proposta de formação moral e ética dos alunos. Esse processo não se daria através de uma disciplina própria, criada para esse fim, mas por meio de cada disciplina.

Outra inovação que constava nessa reforma era a obrigatoriedade da freqüência à escola secundária, contribuindo para criar o hábito social da passagem pela escola e para a solidificação da escola como um dos instrumentos de disciplinarização.

Esta novidade fazia parte da estratégia de Capanema em “eliminar” os outros meios de socialização dos indivíduos, para que a escola se tornasse a instituição responsável pela

"modelagem" e "docilização" das mentes, contribuindo para a consolidação do regime autoritário e eliminando as possíveis divergências ao Estado Novo. Daí a preocupação com a transmissão da consciência patriótica aos alunos. Esta obrigatoriedade também contribuía para o processo de unificação cultural dos alunos do ensino secundário, o que permitia ao Ministério o controle sobre o que estava sendo ensinado aos alunos e sobre o acesso destes ao ensino superior. Estes objetivos podem ser confirmados por Schwartzman:

> A ninguém mais seria permitido estudar o que quisesse, como quisesse e onde quisesse, para a uma determinada época submeter-se aos exames oficiais - os preparatórios - e através destes habilitar-se aos estudos superiores. Não. Era preciso criar o hábito social da passagem pela escola. Este o principal objetivo da obrigatoriedade do curso secundário (1984, p.195).

A transmissão da consciência patriótica seria também através do ensino pré-militar[23], obrigatório e simultâneo ao ensino secundário. A associação entre educação e exército visava construir barreiras eficazes à propagação de doutrinas consideradas perigosas à defesa da nacionalidade. A Igreja e o governo contavam com o apoio das Forças Armadas para organizar, disciplinar e imprimir nos corpos e nas mentes uma "mentalidade adequada" à nova nação que se queria construir. O Exército modificou sua prática disciplinar, ao substituir punições físicas e castigos por um tipo de treinamento formalizado em "disciplinas" a serem ensinadas: a educação moral, cívica, religiosa, familiar, nacionalista, humanística e patriótica, que contribuíam para o estabelecimento da escola da ordem, da disciplina e da coesão social pelo nivelamento das classes. A respeito desse tipo de prática disciplinar, Foucault, ao analisar o processo de disciplinarização nas prisões, observa:

> É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o

[23] "As matérias parecem versar mais sobre questões cotidianas de higiene e saúde, por vezes pequenas receitas de felicidade; recomenda-se seguidamente a prática de exercícios esportivos e mudanças de hábitos que reverteriam em bem estar pessoal ou melhor rendimento em diferentes atividades" (LENHARO, 1986, p. 76-7).

> comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar (2002, p.123).

Para Capanema, era mais importante o preparo das elites do que a alfabetização do povo, daí a preocupação com o ensino secundário e também com o ensino superior, pois estes níveis de ensino eram os responsáveis pela seleção dos alunos mais capazes, mediante critérios rigorosos de avaliação e controle.

A promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei nº. 4244/42) também evidenciava o momento político do cenário brasileiro, porém não refletia o momento econômico nacional, conforme nos mostra Romanelli (1978):

> O sistema, portanto, vivia bem a contradição das estruturas de poder existentes: de um lado, ele se fundava nos princípios do populismo nacionalista e fascista e, de outro, ele vivia o retrocesso da educação classista voltada para a preparação de lideranças, e mantida em seu conteúdo literário, acadêmico, "humanista", [...] (p. 159).

Com relação ao ensino superior, um dos principais objetivos era implantar em todo o país um padrão nacional e único deste nível de ensino, através da criação de uma universidade-modelo, que se chamaria Universidade do Brasil. A concretização desse projeto não foi possível, principalmente por falta de apoio da Igreja Católica, que já havia desistido de assumir o controle ideológico da universidade pública, preferindo organizar a sua própria rede universitária, as PUC´s. Além do mais, o governo procurou impor a implantação de um sistema universitário de forma hierárquica e autoritária, sem o envolvimento da própria comunidade científica e acadêmica e, o que é pior, sem um ambiente propício para o desenvolvimento da atividade intelectual, científica e cultural.

O ensino profissional também foi reformado nessa época, mais por insistência de Vargas e da Federação das Indústrias do que pela vontade de Capanema, daí não ter merecido a mesma atenção que o ensino secundário e superior. Nessa reforma, o ensino industrial

recebeu maior atenção que os demais ramos graças à incipiente industrialização do país, exigindo uma qualificação mínima da mão-de-obra.

Oficialmente, este nível de ensino teve início no Brasil em 1909 e, nessa época, tinha como objetivo 'habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna e fazê-los adquirir hábitos de trabalho', ou melhor, disciplinar os corpos e as mentes dos pobres para que aceitassem a sua condição social e trabalhassem com obediência. Em 1937, passou a ser chamado de 'ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidos', no intuito de transfigurar o seu verdadeiro objetivo que não se modificou substancialmente desde 1909, pois continuava sendo o ramo de ensino que "preparava", ou melhor, disciplinava os pobres para o trabalho eficiente.

O controle deste ramo de ensino ficou a cargo do Ministério do Trabalho, após Vargas ter analisado os dois projetos de regulamentação deste nível de ensino, um oriundo do Ministério da Educação e outro da área do Trabalho. Na verdade, Capanema e a Igreja Católica estavam mais preocupados em conter a expansão do sistema de ensino das elites do que em oferecer formação para a classe trabalhadora, além de que o MESP mantém, também para o ensino industrial, a proposta de uniformização defendida para o ensino secundário e superior. O Ministério do Trabalho e a Federação das Indústrias de São Paulo lutaram para tornar esse nível de ensino mais pragmático e próximo das necessidades das indústrias. Assim, conseguiram implantar no país o conhecido sistema "S", um sistema de aprendizagem industrial, paralelo ao sistema oficial, para que pudessem "formar" o perfil de trabalhador que necessitavam: disciplinado e eficiente. Fazem parte desse sistema, o Senai, criado em 1942 e o Senac, instituído em 1946.

A constituição de 1937 oficializou o ensino profissional, como ensino destinado às classes menos favorecidas assim, as camadas emergentes em ascensão passaram a menosprezá-lo e a lutar pela expansão do ensino secundário. A proposta de estruturação do

ensino técnico profissional revela essa preocupação do governo de engajar as indústrias na qualificação dos seus quadros de funcionários, pois o Estado não tinha condições de oferecer a educação profissional adequada ao desenvolvimento econômico e também não tinha interesse por esse ramo de ensino, conforme nos esclarece Romanelli:

> A nova fase de expansão de indústria exigia, portanto, que algumas medidas fossem tomadas no sentido da preparação da mão-de-obra. O sistema educacional, todavia, não possuía a infra-estrutura necessária à implantação, em larga escala, do ensino profissional. Tampouco as classes médias, que faziam crescer a demanda social de educação, estavam realmente interessadas no ensino profissional de grau médio. A organização do ensino médio profissional continuou, pois, apesar das reformas, a arrastar-se lentamente, sem uma expansão capaz de atender às necessidades do desenvolvimento. A indústria, por sua vez, exigia uma formação mínima do operariado, o que teria de ser feito do modo mais rápido e mais prático. Recorreu, pois, o Governo à criação de um sistema de ensino paralelo ao sistema oficial, que foi organizado em convênio com as indústrias e através de seu órgão máximo de representação – A Confederação Nacional das Industrias. O decreto lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, criava, então, o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, mais tarde Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), destinado a organizar e administrar escolas de aprendizagem industrial em todo o país (1978, p. 166).

As modificações propostas nas reformas de Capanema estavam dentro de um processo de "modernização conservadora", ou seja, incluíram-se elementos de racionalidade, modernidade e eficiência no sistema educacional, mas sem modificar suas bases de sustentação, seus objetivos reais.

Conforme salientou Schwartzman (1984), os tempos de Capanema foram tempos da arte moderna, da educação moral e cívica, do predomínio da formação clássica sobre a científica nos estabelecimentos de ensino, da organização e disciplinarização da juventude, do apoio ao rádio, ao teatro e aos intelectuais, da censura ideológica. Os tempos de Capanema também foram marcados por um Estado forte e centralizado, ancorado na fé, na autoridade, na hierarquia, na ordem e na disciplina, o qual se manteve até 1945, quando tais dispositivos de docilização dos corpos e das mentes foram abrandados.

A política educacional empreendida durante o Estado Novo contribuiu para a legitimação da discriminação social entre as classes, pois oficializou a divisão da educação

brasileira em dois tipos: a educação primária e profissional para as classes menos favorecidas e o ensino secundário e superior para as classes dominantes. Dessa forma, a educação também contribuiu para a consolidação da divisão de classes sociais.

Esse tipo de educação, conforme já salientamos anteriormente, também contribuiu para a legitimação do "Estado Autoritário", através das disciplinas priorizadas no currículo escolar, das metodologias de ensino empreendidas, dos conteúdos trabalhados dentro de cada disciplina, dos critérios de avaliação e promoção dos alunos, dos regimentos próprios de cada instituição escolar, das condutas que eram valorizadas e premiadas, da arquitetura e organização das escolas, das relações entre discentes e docentes, das finalidades educativas da instituição, das diversas formas de disciplinarização dos corpos e das mentes presentes nesses espaços de "moldagem" dos indivíduos dóceis e úteis.

Portanto, a cultura escolar de cada instituição, ou seja, o cotidiano de cada escola estava relacionado a essa cultura social mais ampla, contribuindo para formar um tipo de indivíduo disciplinado, obediente e culto, essencial ao regime político vigente no país. Naquela época, o indivíduo era considerado culto quando cursava o ensino secundário e superior, ou seja, quando recebia uma formação literária para que se tornasse ainda mais distinto das demais pessoas.

Constatamos, neste primeiro capítulo, que as décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pela agitação social, a qual precisava ser contida para que a ordem nacional fosse mantida. Daí a glorificação à Vargas e a sua equipe, os quais redimensionaram o tratamento dispensado à questão social, através da legislação trabalhista e, portanto, conseguiram manter a paz social. Os veículos de comunicação e a Igreja Católica contribuíram para esse processo de docilização e disciplinarização das mentes e dos corpos. Também dispunham de uma força policial atenta, disposta a entrar em cena, caso essa voz do poder de caráter persuasivo falhasse.

> Nem esses são os únicos mecanismos utilizáveis no movimento de disciplinarização do cotidiano, nem as respostas e as resistências possíveis inexistem, face à mecânica implacável e à eficácia desses dispositivos. Não é conveniente, entretanto, subestimar sua eficácia num contexto social em que os componentes maquinicos de fascistização se encontram em estado de excitação. [...] As palavras de Francisco Campos remetem a uma constatação que reiteradamente viemos propondo ao longo deste trabalho; a ordem totalitária apresenta-se forte e definitiva. Nesse caso, não se trata apenas de reiteração discursiva; mais que isso, trata-se de buscar a ajuda de uma outra ordem, que a subside e sustende: a ordem sobrenatural. Seja através de uma nova religiosidade criada, seja a religiosidade milenar do cristianismo, a ordem totalitária não abre mão da ordem sobrenatural (LENHARO, 1986, p. 201-203).

O projeto educacional e pedagógico da era Vargas foi cuidadosamente traçado, num primeiro momento, por Francisco Campos e, no Estado Novo, por Alceu Amoroso Lima e Gustavo Capanema, os quais estavam fundamentados na proposta educacional defendida pelos católicos. A preocupação central do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) era controlar a expansão do sistema escolar das elites, sob a justificativa da constituição da nacionalidade. Na prática, esse objetivo foi transformado na valorização das disciplinas responsáveis pela formação moral e ética dos alunos, contribuindo para a constituição de um currículo essencialmente livresco, descritivo, humanista que, na realidade, legitimou a discriminação social entre as classes. As contribuições dessa política educacional para a organização do *Gymnasio Mineiro de Uberlandia* serão analisadas no capítulo seguinte.

2.

A EDUCAÇÃO EM UBERLÂNDIA NA ERA VARGAS

Neste capítulo, esboçamos as condições sócio-econômico-educacionais do município de Uberlândia, destacando o "olhar" da população local a respeito da educação. Também evidenciamos as mudanças na organização educacional do *Gymnasio Mineiro de Uberlandia*, as quais estavam em sintonia com as ações de Francisco Campos e Gustavo Capanema.

As ações de cada ideólogo do "Estado Autoritário" principalmente, de Francisco Campos e de Gustavo Capanema, afetaram a organização educacional das instituições escolares, especialmente do *Gymnasio Mineiro de Uberlandia*, nosso foco de análise.

Isso nos foi confirmado por meio da análise dos documentos relacionados à escola e das reportagens publicadas nessa época pelos jornais **A TRIBUNA** e **O REPORTER** sobre a relevância desta instituição no cenário uberlandense. Analisaremos, em particular, essa escola, por concordarmos com o pensamento de Machado (1990): "penetrar instituição adentro, buscando o entendimento de como os mecanismos de controle puderam funcionar, qual é a lógica interna desses mecanismos, quais são seus agentes reais" (p. 12).

Constatamos as relações da política educacional nacional na organização do *Gymnasio Mineiro de Uberlandia*, ao analisarmos as mudanças sofridas por essa instituição em 1936, as quais "preparavam" os corpos e as mentes dos alunos para o "novo" Estado que seria instaurado em 1937. Isso fica evidente na reportagem do **O Reporter**:

> A tradicional instituição pedagogica aqui criada no governo Antonio Carlos, dispondo de confortavel predio construido por iniciativa particular e doado ao patrimonio do Estado para esse fim, como se vê está beneficiada pela deliberação do

> sr. Benedito Valadares, adaptando-a aos recentes moldes fixados para mais conciente e metodico preparo da mocidade no Estado Novo (COLEGIO Mineiro de Uberlandia, **O Reporter**, Uberlândia, 13 jan. 1943, p. 1).

Entre essas mudanças pelas quais passou o GMU, nos chamou a atenção, a criação de um novo modelo de uniforme para essa instituição, conforme registra a reportagem do jornal **A Tribuna**: "Merece mensão honrosa o uniforme do Gymnasio Mineiro local, completamente militarizado [...] Uma senhorinha trajada militarmente dá uma grande demonstração do seu espírito de patriotismo e disciplina" (NOVO uniforme do Gymnasio. **A Tribuna**, Uberlândia, 13 maio 1936, p. 3).

Ao analisar a questão do uso do uniforme pelos alunos do GMU, podemos nos remeter ao pensamento de De Certeau (1998), em suas análises sobre a organização da vida cotidiana. O uso do uniforme é "o indicador de uma adesão ou não ao contrato implícito" da escola; fala sobre a conformidade do estudante àquilo que supõe ser a "maneira correta" de se trajar no recinto escolar. A adesão dos alunos do GMU ao uniforme demonstra que estavam sujeitos a um processo de disciplinarização, até mesmo porque a sujeição dos corpos a trajes idênticos expressa respeito ao processo de uniformização. Além do mais, um uniforme "completamente militarizado" estava de acordo com o contexto brasileiro; esboçava o apoio da instituição escolar à nova ordem a ser estabelecida.

De Certeau (1998), analisou "o signo geral das práticas cotidianas", permeadas por atividades ritmadas por espaços e relações. Discutiu sobre a "convenção coletiva tácita" que permeia o cotidiano dos moradores de determinado bairro, por meio de "códigos de linguagem e do comportamento". O "coletivo público" é composto por regras, por normas, por coerções e controle dos corpos. O traje das pessoas, enquanto ser público, também é objeto de normatização, devendo estar em harmonia com a mensagem social proferida. Daí a relevância de um uniforme "completamente militarizado" durante a égide do Estado Novo.

2.1 – PANORAMA DAS CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA DURANTE O ESTADO NOVO

Para um melhor entendimento dos papéis desempenhados pela sociedade civil, pela Igreja e pelo Estado no município de Uberlândia, traçaremos um panorama das condições sócio-econômicas do município. Destacamos na análise desse cenário local, as contribuições de Rodrigues (1989):

> A partir dos anos 30, a ideologia da ordem e do progresso passou a centrar esforços na luta pela industrialização do município. O projeto de industrialização, concebido pela imprensa local e pela Associação Comercial, encontrava-se fundamentado em dois aspectos de vital importância para o ordenamento da reprodução do capital: na necessidade premente que o município tinha de diversificar sua produção econômica; na noção da indústria como modernidade e progresso (p.68)

Esse processo de industrialização transformou o cenário uberlandense, tendo em vista dois novos fatores que passaram a compô-lo: aumento da população e, conseqüentemente, a falta de trabalho. A área urbana e suburbana foi "invadida" por "mendigos vadios, prostitutas e viciados no jogo", os quais ameaçavam a constituição daquela cidade higiênica e ordeira, descrita na historiografia local oficial. Porém, "o ritmo disciplinador e a submissão, através de um discurso moralizante e de um forte aparelho repressor, já se achavam formados" (RODRIGUES, 1989, p. 75).

Veja também o que destaca Soares (1988), em sua dissertação de mestrado: "os registros históricos foram feitos pela classe dominante, pelo seu discurso oficial, que desde os primórdios apresentam Uberlândia como a 'cidade jardim', a 'cidade sem mendigos', a 'cidade sem crise'" (p. 5).

Segundo esta mesma autora, as reportagens locais baseavam seus textos no discurso da classe dominante, considerado oficial e incontestável. A imprensa retratava Uberlândia como "cidade jardim", que não possuía mendigos e não passava por crise. Fazia-se necessário um ordenamento mais rígido do espaço físico para resolver esse problema social que prejudicava a economia do município. Conforme destaca Soares (1988):

> [...] na formação econômica de Uberabinha, tiveram decisiva importância as ligações comerciais que se estabeleceram com a economia paulista. A forte predominância das plantações de café em São Paulo impossibilitou a produção de cereais naquela região, o que fez nascer uma demanda efetiva, voltada para o Triângulo Mineiro. [...] A inserção do Triângulo Mineiro na economia nacional deve ser entendida a partir de três fatores: a extensão da estrada de ferro Mogiana; a construção da ponte Afonso Pena sobre o rio Paranaíba, ligando o Triângulo Mineiro ao Centro Oeste; e a construção de rodovias, pela Conpanhia Mineira de Autoviação em 1912, que possibilitavam o escoamento de produtos e o transporte de passageiros entre 32 cidades de Goiás e Minas Gerais. Há, a partir daí, o apronfudamento das relações comerciais entre São Paulo e o Triângulo Mineiro, particularmente com Uberlândia, que se especializava na comercialização de alimentos, além de realizar a intermediação entre Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e São Paulo (p.14).

Uberlândia estava localizada, geograficamente, num ponto estratégico, que facilitava a recepção e distribuição de mercadorias, mas sua economia estava sendo ameaçada pelo desemprego, pela vadiagem e pela mendicância sempre crescentes. Esses males sociais precisavam ser "exterminados" do cenário local. O processo de ordenamento do espaço físico de Uberlandia e, conseqüentemente, de distribuição dos seus habitantes foi realizado levando em consideração a economia do município e a higienização e moralização social, conforme destaca Soares:

> O espaço urbano de Uberabinha passa, então, a apresentar uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais, com a expulsão da população de baixa renda das áreas mais centrais. Esta expulsão ocorreu devido à instalação dos novos equipamentos coletivos, estabelecendo-se ali um outro padrão de habitações, sobrados, mansões, em substituição às antigas casas de taipa e palhoças. A instalação do Ginásio Mineiro de Uberabinha exemplifica este fato. [...] Ao mesmo tempo, ocorreu também a diversificação do centro comercial, ainda localizado no Fundinho, e sua extensão para outras áreas. Este deslocamento do centro – onde se concentrava o mercado de trabalho comercial, espremido nas ruas estreitas do Fundinho, com casarões misturados às casas de comércio -, começa a ocorrer na década de 30, para uma área que se tornaria, mais tarde, estritamento comercial e financeira, a Avenida

> Afonso Pena. Neste mesmo período formalizou-se também uma divisão do espaço, passando as classes dominantes a se agruparem em áreas específicas, próximas ao "centro comercial", dando origem aos bairros residenciais "nobres". Suas mansões se espalhavam pelas avenidas João Pinheiro, Cipriano Del Fávero e proximidades da Praça da Liberdade. [...] O crescimento da cidade ocorreu, neste período, sem nenhum planejamento, desordenadamente. A maioria de seus bairros nasceu ao "acaso", fruto da especulação imobiliária" (1988, p. 28, 35, 38).

Como medida de ordenação dos corpos, a Câmara Municipal formulou um código de normas e posturas, o qual deveria ser obedecido por todos os moradores de Uberlândia. O código de normas e posturas dos municípios contém as normas que regulam o social para que o poder público ordene o espaço urbano conforme desejado. Esse código de leis, elaborado pela Câmara Municipal, "policia" sobre o uso do solo urbano, a higiene, a saúde, os serviços da cidade, sendo uma forma de segurança pública.

> Os dois primeiros códigos de postura (o de 1903 e o 1912) regulamentaram o cotidiano da sociedade uberlandense até 1950. Neles, o que é definido em lei como de competência da polícia dos costumes aparece sob a forma de disciplinarização do social, objetivando a ordem publica, ou seja, a ordem burguesa. A batalha moral contra os costumes e a cultura popular se evidencia nas leis que reprimiam o jogo, a mendicância, a prostituição, o roubo, definindo, por sua vez, o que era lícito e ilícito, e quais deveriam ser os novos padrões de decoro urbano. Captar do código de postura o dia a dia da cidade é captar o controle da vida e dos hábitos das pessoas que, sob regras, travestem-se em cidadãos (MACHADO, 1990, p.48-49).

Podemos constatar que foram promulgadas várias leis municipais, visando a disciplinarização dos indivíduos e o ordenamento social. Machado (1990) explica que:

> A criação de uma sociedade disciplinada, regulada e vigiada, onde o permitido ou o tolerado em público está normatizado em leis, é parte da estratégia de dominação burguesa. Em Uberlândia, é possível identificar o processo de ordenamento do espaço urbano, tanto nas legislações especificas quanto nos discursos morais acerca do comportamento social desejado (p. 48).

Os jornais locais contribuíram na construção desse espaço neutro e higiênico, por meio do discurso que projetavam. Estes eram classificados como discursos ideológicos dominantes, porque não se diferenciam dos objetivos de dominação e controle encontrados no meio social.

> A intervenção no espaço urbano, que é o espaço da produção, implicou não só no projeto de crescimento e desenvolvimento da cidade, através de uma propaganda intensa, feita em jornais das capitais e outras cidades brasileiras, mas também em

> censuras aos jornais locais que veiculavam notícias consideradas prejudiciais às condições morais e financeiras do município ou mesmo, minimizando fatos ocorridos na cidade (RODRIGUES, 1989, p.79).

A partir da década de 1940, a manutenção da "harmonia" social se efetivou através do apelo à sindicalização massiva dos trabalhadores via Estado. A "valorização" dos sindicatos passou a ser a base de sustentação ideológica do governo Vargas, pois esses órgãos representativos passaram a ser vistos como um fator de organização nacional. Os trabalhadores eram "disciplinados" a fazerem parte do sindicato responsável pela sua categoria, pois os benefícios sociais "doados" por Vargas aos operários só poderiam ser desfrutados pela massa sindicalizada. Rodrigues (1989) destaca que: "dentro deste contexto, as associações e sindicatos tornaram-se meros executores de uma política orientada para fazer avançar o projeto da ordem e o do progresso" (p. 117). Essa disciplinarização dos corpos era essencial em Uberlândia, pois este município:

> [...] teve participação ativa no movimento revolucionário de 1930, ao sediar tropas do Exercito, rumo a Goiás e Mato Grosso. [...] A década de 40, iniciou-se com um discurso, a nível nacional, em prol da redemocratização política brasileira, tendo à frente o Estado de Minas Gerais, através do *Manifesto dos Mineiros*. A partir de 1942, a imprensa uberlandense passou a veicular, em seus periódicos, a defesa da democracia e o combate ao fascismo e ao nazismo. Utilizava as falas produzidas na esfera militar, como as de Cordeiro de Farias, Manoel Rabello e Aurélio Fy que denunciavam as manobras da 5ª coluna e concitavam o povo a cerrar fileiras contra o Eixo. As atitudes práticas dessa articulação evidenciaram-se nos comícios, realizados a partir do 2º semestre de 1942, cuja tônica era o tema da redemocratização do país. Em torno desta questão arregimentou-se a sociedade civil uberlandense, através de suas associações de classe, entidades estudantis e associações filantrópicas (RODRIGUES, 1989, p. 133-4).

Machado (1990) discutiu um dos fatores que contribuíram para o desenvolvimento econômico dessa cidade, pois dentro do Projeto Varguista de expansão e colonização do interior do país, intitulado "Marcha para o Oeste"[24], Uberlândia se inseriu através da expedição Roncador-Xingu.

---

[24] "Pois marchar para oeste significa 'a integração dos milhares de brasileiros à comunhão nacional... paisanos humildes, submissos e bons...' [...] a marcha para o Oeste trabalhava uma dimensão positiva para o país. [...] constituía um dos dispositivos de participação militarmente concebidos. [...] A Marcha compreende um

> Já na década de 40, esta cidade havia sido alvo de estratégias geopolíticas por parte do governo federal. Foi neste período - dentro de um projeto maior de expansão e colonização do interior do pais, concebido por Vargas, através da Fundação Brasil Central, e intitulando " Marcha para o Oeste"- que Uberlândia se inseriu como base da grande expedição 'Roncador- Xingu' (MACHADO, 1990, p. 23).

Notamos que o discurso disciplinador das questões éticas e morais buscou neutralizar e descaracterizar os conflitos sociais, tendo em vista a normatização das relações entre os indivíduos. A preocupação com a disciplinarização dos indivíduos também estava presente nas instituições educacionais. Para um melhor entendimento desta questão, traçaremos um panorama da situação educacional em Uberlândia.

2.2 – AS MUDANÇAS OCORRIDAS NO *GYMNASIO MINEIRO DE UBERLANDIA* DURANTE O ESTADO NOVO

O reitor do GMU de 1936, Sr. Dr. Aniceto Maccheroni, estruturou o processo de disciplinarização dos corpos e das mentes dos alunos dessa instituição, conforme os postulados que estavam sendo formulados para a instauração do Estado Novo. Dessa forma, as disciplinas do GMU foram se "adequando", conforme as orientações dos ideólogos do Estado Autoritário, visando à instauração pacífica e disciplinada do Estado Novo. As festas cívicas, o novo modelo de uniforme, a composição da carga horária, a ênfase nas humanidades, a didática em sala de aula, a metodologia de ensino, os tópicos enfatizados em cada conteúdo, a preocupação em impedir que os alunos expressassem sua opinião sobre

---

movimento orientado, cadenciado, disciplinado. Ela exige fé, solidariedade, entusiasmo, tenacidade. Mas, acima de tudo, disciplina" (LENHARO, 1986, p. 72).

qualquer aspecto do cotidiano, demonstravam o espírito de patriotismo, de disciplina e de ajustamento do GMU à nova fase do governo Vargas.

> Fugindo aos methodos rotineiros do antigo regime, a atual Constituição fixa o pensamento constructor do Novo Estado, no sentido de tornar a educação uma força creadora das energias nacionaes, garantindo a communhão espiritual do povo e estimulado a riqueza e a prosperidade do paiz (A educação no Novo Estado. **A Tribuna**, Uberlândia, 15 jan. 1938, p.2).

Outros aspectos da organização do *Gymnasio Mineiro de Uberlandia* que refletiam as ações de Capanema e Francisco Campos[25] eram: os critérios rigorosos de ingresso e promoção dos alunos, as altas taxas de mensalidade que cada discente pagava, as festas anuais de formatura dos bacharelandos, as reuniões e solenidades cívicas promovidas pelos reitores da instituição, as homenagens prestadas pelos alunos aos "ilustres" professores do educandário e ao prefeito municipal, a valorização aos jogos esportivos realizados entre os discentes, as missas celebradas pela mocidade estudantil do Colégio, as associações esportivas e culturais criadas por cada escola, os desfiles e as paradas da juventude promovidas pelos reitores, as festas em comemoração ao Dia do Professor, os diversificados programas litero-musicais executados em cada uma dessas celebrações, as comemorações em função da semana da Pátria, a publicação nominal dos bacharelandos anuais desta instituição. É válido ressaltar que nesses eventos cívico-culturais era de praxe a execução do Hino Nacional, a celebração de uma missa e o hasteamento das Bandeiras. Sobre este último item, o qual compunha o ritual das comemorações, a reportagem do **O Reporter** destaca:

> A determinação expressa de que em todas as escolas publicas ou particulares, a bandeira brasileira deve ficar em lugar de honra, para lhe serem prestadas homenagens nos dias de festa official, revela a preocupação do importante decreto

[25] Isso fica comprovado na reportagem do jornal **O Reporter** que esclarece: "Acompanhando a evolução didatica da reforma Capanema, o eminente governador do Estado, considerando as necessidades educacionais de regiões diferentes, deliberou promover a instituição do segundo ciclo nos estabelecimentos oficiais de Belo Horizonte, no centro; Uberlandia, no Triangulo; e Teofilo Otoni, no nordeste de Minas" (O Ginasio e o Colegio. **O Reporter,** Uberlândia, 03 fev. 1943, p. 1).

> em imprimir cunho nacionalista ás suas disposições (A SIGNIFICAÇÃO do decreto. **O Reporter**, Uberlândia, 30 abr. 1939, p. 2).

As reportagens da imprensa local, do período Vargas, denotam a disciplinarização da sociedade uberlandense, em especial, dos alunos das escolas estaduais, os quais estavam em "sintonia" com as diretrizes do Estado Novo e com as "orientações" de Gustavo Capanema, em prol da construção da Nação. De Certeau (1998), ao analisar o comportamento do indivíduo no coletivo público, definiu a 'organização coletiva de trajetórias individuais' como:

> Convenção coletiva tácita, não escrita, mas legível por todos os usuários através dos códigos da linguagem e do comportamento. [...] Um contrato, portanto, uma "coerção" que obriga cada um para que a vida do "coletivo público" seja possível para todos (p. 47).

O comportamento de cada aluno das escolas de Uberlândia contribuía para a hegemonia dessa nova fase do governo de Vargas. Isso fica evidente na reportagem SEMANA da Pátria, a qual descreve a 'Deslumbrante Parada da Juventude', com as suas 'estupendas manifestações de civismo':

> Foi uma festa de singular explendor a concentração da juventude uberlandense no dia 5 do corrente, na praça Benedito Valadares, ponto escolhido de partida para o desfile em conjunto pelas ruas da cidade. Ao ritmo dos tambores, ao toque das marchas pelas bandas de cornetas, a mocidade sadia marchou conduzindo triunfalmente dezenas de bandeiras brasileiras. Na apoteose deslumbrante e emocional da Patria, que ultrajada ergue-se exigindo a revide, os colegiais significavam bem, em sua sadia vibração civica, a alma do Brasil conciente da vitoria e destemido ás provocações dos barbaros sequiosos de demolir, no mundo, a milenar civilização que construiu monumentos impereciveis de cultura, e de que nasceram as nações livres no fulgor das democracias. Nunca assistimos, como na hebdomada votiva de memorações historicas na nossa Nação maravilhosa, espetaculo de tão empolgante beleza, índice cristalino que nos deu a visão do trabalho de brasilidade que se pratica em nossos educandarios. Nem se podia selecionar ou distinguir qual o estabelecimento que melhor se apresentou para essa jornada de culto ao Brasil, pois em todos percebia-se, no conjunto e nos detalhes, o maximo capricho na organização dos seu quadros discentes. Rapazes e moças, com o mesmo garbo e uniformidade de marcha, deixavam transparecer a sinceridade que os inspirava naquela cerimonia de nobreza impar. E os aplausos do publico numeroso e alegre, nas sacadas dos predios e de um lado e de outro nos passeios das ruas anunciadas para o itinerario do desfile escolar, diziam bem alto da impressão cansada por essa parada das nossas casas de ensino no animo de todos os que tiveram a gratissima felicidade de presencia-la. Cabem nesta notícia as melhores felicitações aos diretores, professores e alunos de

estabelecimentos que figuraram nessa festa, cujo profundo sentido espiritual enaltece ainda mais as tradições seculares de Minas Gerais e do Brasil. **NA PRAÇA BENEDITO VALADARES.** Precisamente ás oito horas dava entrada na praça Benedito Valadares, pelo lado da rua Getulio Vargas, o Ginasio Mineiro, estabelecimento designado no programa oficial para vanguardeiro do cortejo da juventude. Abria a marcha um grupo de motociclistas, seguido de pelotão da secção feminina em bicicletas, e logo após senhoritas ginasianas conduzindo cêrca de 40 bandeiras nacionais. Em trajes de esporte, o grupo de elementos da Associação Ginasiana Esportiva e Cultural, seguindo-se os alunos das diversas séries em seu uniforme caquí. Conjunto de belíssimo efeito, que provocou demoradas palmas da assistencia á sua chegada. Logo após o Colegio N.S. das Lagrimas, que causou admiração pelo garbo da marcha, vistosos uniformes e precisão de movimentos á cadencia da banda de tambores e cornetas postada á sua frente. Pequenas ciclistas abriam o cortejo, e depois da bandeira nacional, com sua guarda de honra, as discentes em formatura a 3 de fundo empunhando bandeirolas em que se lia o dístico <Gigante na luta>, em referencia ao Brasil. Destacou-se e provocou referencias elogiosas, vistoso estandarte de formato triangular de sêda branca, tendo bordado a oiro, no centro, o V da vitória, riquíssimo trabalho executado naquele estabelecimento. Vitorioso grupo de senhoritas alunas, tendo a tiracolo faixas de fitões esmeradamente confecionadas, em que se inscreveram os nomes dos Estados, simbolisavam as 21 unidades da federação á sombra de uma unica bandeira, na homogenea concepção de um Brasil forte pela união dos seus filhos, afastadas as preocupações dos traços lindeiros regionalistas. Descendo a Avenida Floriano, a Academia de Comercio marchou para a praça, tendo a vanguarda luzido grupo de tambores e cornetas. Bandeiras nacionais conduzidas por gentis alunas da secção feminina do educandario precediam outro grupo em que se via soberbo e grande escudo ocupando todo o campo um V maiusculo, bordado a capricho que servia conjuntamente de inicial ás palavras <Vitoria> e <Vargas>. A seguir, centenas de estudantes do Liceu e da Academia em formatura irrepreensível. Fechavam o preito, em destaque pela galhardia dos seus uniformes e disciplinada atitude. Executado o Hino Nacional, que foi ouvido em posição de sentido pelos jovens colegiais, produziu eloquente discurso, da sacada da Radio Difusora, PRC6 o ilustre tenente Mario Ramos, oficial da Companhia Quadros aqui aquartelada. Iniciou-se o desfile na ordem preestabelecida. Mas o céu toldou-se de nuvens, pouco depois, a principio mansa, depois torrencial, a chuva impediu que se executasse a parada em marcha pelas principais ruas da cidade. **DIA 7.** O dia 7 de setembro amanheceu brusco, carregado, com trovoadas espaçadas e cargas de chuva intermitentes. Assim se conservou para a tarde, com raros espaços de estiada. Não se desenvolveu portanto, o programa como foi anunciado. A missa solene, ao em vez de campal, foi celebrada no interior da Igreja de Santa Terezinha, estando a nave repleta, não obstante ao mau tempo. A's 3 horas a Companhia Quadros realizou a parada militar em que tomaram parte reservistas do municipio e representantes da Prefeitura, de associações classistas e culturais, e de casas comerciais e industriais e estabelecimentos bancarios, diretores das instituições de ensino, conduzindo pavilhões nacionais. O mau tempo não impediu que transcorresse com a maior vibração civica essa solenidade que encerrou a <Semana da Patria>. - O curso primario do Liceu de Uberlandia festejou o dia 7de setembro com um auditorio, sob a direção da professora Luiza Ribeiro Machado, com o seguinte programa: - 1) Hino Nacional; 2) <7 de setembro>, poesia, Maria Gina Petri; 3) <7 de setembro>, dialogo, Lauro e Nilson; 4) <Duque de Caxias>, saudação, Antonio Ercio Mérola; 5) <Minha Terra>, poesia, Leão Machado; 6) <7 de setembro>, dialogo, José Zacarias e Alfredo Gardenho; 7) <7 de setembro>, palestra, por um grupo de alunos do 4º ano; 8) <Hino 7 de setembro>, por todos os alunos; 9) <Chuvinha serena e mansa>, poesia, Gersino Borges; 10) <Alô, América>, cançoneta, Nilson; 11) <Independência ou Morte>, poesia, Wilian de Oliveira; 12) <Canção do Soldado>, pelos alunos do 4º ano; 13) <E' pêta ! , poesia, Galileu Gomide Vilela; 14) <Saudação á Bandeira>, Newton de Figueiredo; 15) <Hino á Bandeira> por todos os alunos; 16) Qual o maior brasileiro ?>, por um grupo de alunos; 17) <Coração>, poesia, Anesia Soares; 18) <Saudades do Brasil>, poesia, Wilma Palazzo; 19) <Nossa Terra>, <Nossa Gente>, poesia,

> Adibe Atie; 20) Hino Nacional (SEMANA da Pátria: deslumbrante parada da juventude. **O Reporter,** Uberlândia, 12 set. 1942, p.1 e 4).

Segundo De Certeau (1998), "o corpo é o suporte primeiro, fundamental, da mensagem social proferida, mesmo sem o saber, pelo usuário" (p.48). Os ideólogos do Estado Novo souberam utilizar-se do corpo para "propagar" os princípios estado-novistas. A imprensa local registrou isso na reportagem acima, ao salientar: "a mocidade marchou", "os colegiais significavam bem [...] a alma do Brasil"; "rapazes e mocas, com o mesmo garbo e uniformidade de marcha"; "e os aplausos do público numeroso e alegre [...] diziam bem alto da impressão causada"; "provocou demoradas palmas"; "precisão de movimentos"; "disciplinada atitude". As atitudes, os movimentos e os gestos descritos acima são convenientes[26] ao momento que o país vivia: nacionalismo, autoritarismo, policiamento e disciplinarização dos corpos. Podemos afirmar que cada movimento dos corpos, presente nesta festividade cívico-cultural, refletia os processos de educação implícitos na sociedade governada por Vargas.

O culto à Vargas e à nação brasileira também fazia parte das comemorações em torno da Semana da Pátria, pois conforme a imprensa local, havia "um trabalho de brasilidade" sendo praticado em nossos educandários. O hasteamento das bandeiras, a execução do Hino Nacional e o desenvolvido nessa cerimônia traduziam um Brasil forte pela união de seus filhos "cujo pai era Getulio Vargas".

As atividades literárias que compunham o programa, em torno da Semana da Pátria: poesia "7 de setembro", dialogo "7 de setembro", saudação "Duque de Caxias", poesia "Minha Terra", palestra "7 de setembro", hino "7 de setembro", cançoneta "Alô América", poesia "Independência ou Morte", canção "Canção do Soldado", poesia "Qual o maior

---

[26] Entende-se por conveniência, "o gerenciamento simbólico da face pública de cada um de nós, [...] isto quer dizer que a conveniência mantém relações muito estreitas com os processos de educação implícitos a todo grupo social: ela se encarrega de promulgar 'as regras' do uso social, [...] no fundo ela exige que se evite toda dissonância no jogo dos comportamentos" (DE CERTEAU, 1998, p.49).

Brasileiro?", poesias "Saudades do Brasil", "Nossa Terra" e "Nossa Gente" imprimiam nos indivíduos o "molde nacional e a fôrma cívica" (CARVALHO, 1998, 506p). A ideologia autoritária delineou a figura do Estado como promotor da unidade nacional.

O Estado "utilizou-se" das instituições educacionais para fazer o "discurso cívico" em favor da formação da nação da ordem e do progresso. As escolas se utilizaram de todas as atividades que promoviam para moralizar os costumes da sociedade.

A celebração das missas nas atividades escolares fazia parte do projeto autoritário de reforma moral da sociedade. A Igreja Católica era uma instituição importantíssima de constituição, organização e controle da opinião pública, portanto o processo de disciplinarização, moralização e educação dos indivíduos também contava com o suporte ideológico dos postulados cristãos. A fé católica era um recurso de "condução" e de "orientação" dos indivíduos, ou seja, era um mecanismo sutil de controle e organização social.

Outra reportagem do jornal **O Reporter** também retrata as expansões de patriotismo realizadas pelas instituições educacionais em prol da "formação" dos componentes da Nação. O processo de formação dos "soldados"[27], prontos a defender a Nação contava com o efetivo apoio da doutrina católica, cujos postulados eram "utilizados" pelo poder para suavizar e docilizar o processo de disciplinarização dos corpos e das mentes.

> Cabe ao Ginasio Mineiro, sem duvida, destacada referencia quanto ao relevo da parte de seu programa nas comemorações da Semana da Patria. Com efeito, aquele reputado educandario oficial, com a orienteção didatica que lhe imprimiu seu atual Reitor, o infatigavel educador prof. Oswaldo Vieira Gonçalves, iniciou desde o dia primeiro as suas expansões de patriotismo no periodo destinado á evocação do nosso passado e das nossas glorias, na fundação da nacionalidade livre com a resolução de Pedro I nas margens historicas do Ipiranga. Destarte, a 1º do corrente, esteve o Ginasio incorporado e conjuntamente com os outros estabelecimentos, na missa celebrada em ação de graças pelo restabelecimento do Presidente Getulio Vargas. [...]

---

[27] Consideramos "soldados", neste caso, todos os estudantes brasileiros que estavam sendo "educados" em prol da manutenção da paz social do governo Vargas. O processo de militarização dos corpos era "construído" também através da instrução física, realizada pelos professores de educação, ao longo da formação dos indivíduos.

> Foi este o itinerario percorrido pelos condutores da Tocha, símbolo de fé e de devotamento do coração da mocidade á grande Patria: - partida do Ginasio, pela Avenida Cipriano del Favero até a esquina da rua Getulio Vargas, por esta á Avenida João Pinheiro, desta á Avenida João Pessoa, Avenida Floriano Peixoto, praça Ruy Barbosa, rua Barão de Camargos, praça da Matriz, rua 15 de Novembro, praça cel. Carneiro, ruas Tiradentes e Vigario Dantas e novamente Ginasio. [...] Os numeros executados pelas alunas, que foram treinadas e receberam instrução fisica da competente e dedicada professora d. Luiza Ribeiro Miranda, causaram otima impressão na assistencia, pela segurança e magnífica execução, recebendo fortes aplausos (SEMANA da Pátria: as brilhantes solenidades em Uberlandia. **O Reporter**, Uberlândia, 05 set. 1942, p.1).

Todos esses detalhes que faziam parte do cotidiano do GMU contribuíam para a legitimação do Estado Novo e para o processo de disciplinarização dos discentes. O Professor do *Gymnasio Mineiro de Uberlandia*, Sr. Pedro Bernardo Guimarães, salientou essa questão em um dos seus discursos proferidos, ao enfatizar que:

> O Estado Novo, dentro de suas realizações praticas, incentiva o postulado espiritual das memorações civicas, aquecendo na alma patricia o culto essencial e o enobrecedor reconhecimento aos homens e às cousas do glorioso passado brasileiro (SEMANA da Patria. **O Reporter**, Uberlândia, 10 set. 1941, p. 1).

Os rituais cívicos e cristãos que permeavam as atividades escolares, a rotina escolar, os dispositivos de "moralização" dos costumes em festas e comemorações cívicas tratavam de "adestrar" os corpos e de preservar os valores morais tidos como "núcleo da nacionalidade". Em ambos os casos, a educação era um dispositivo de disciplinarização. Os jogos recreativos e instrutivos praticados pelos estudantes também serviam para distrair o espírito. Os corpos e as mentes eram "trabalhados" e estavam sempre "ocupados" por atividades formadoras do "caráter" e do "espírito", visando a disciplinarização abrangente do cotidiano, na medida em que se exibem como recursos de controle da ocupação do tempo integral dos alunos. Existia um rol de medidas de organização social visando a disciplinarização:

> [...] publicação de jogos escolares instrutivos e recreativos, e de livros de caráter educativo em geral, publicação de revista para a mocidade escolar; museu escolar; cinema escolar e instrutivo; centro de investigação pedagógica; cientifico e artístico;

> exercícios de educação física pela ginástica e jogos esportivos; música; comemorações das datas nacionais e festas tradicionais (CARVALHO, 1998, p. 177).

A escola deveria proporcionar momentos saudáveis e prazerosos aos alunos e seus familiares e fornecer exemplos de educação, de moral e de disciplina à sociedade. Nestas instituições,

> Evidencia-se o propósito de tornar mais abrangente e eficiente a ação escolar da constituição de hábitos e condutas compatíveis com a manutenção da ordem, pelo recurso a um grande número de atividades paraescolares. [...] O valor educativo das festas era, por exemplo, enfatizado por Lourenço Filho: As simples comemorações, as festas só "valem"; determinava na qualidade de Diretor da Instrução Pública do Ceará em instruções aos professores, "pelo caráter educativo de que se revistam, isto é, pela influência que possam ter sobre a alma infantil, antes de tudo, e pela influência que possam ter sobre o meio social em que funcionar a escola". Educando "pela representação ou evocação de fatos dignos de ser imitados", as festas forneciam às crianças "oportunidade para gravar, indelevelmente, muitas lições proveitosas". Nelas, a criança começaria a "sentir o efeito da *sanção* social sobre seus atos, pelos aplausos ou sinais de enfado e de crítica que percebe: sente que há um público, um conjunto de pessoas que louvam ou reprovam" (CARVALHO, 1998, p. 178 – 9).

As reportagens locais registram o valor educativo festas: "e os aplausos do público numeroso e alegre [...] diziam bem alto da impressão causada por essa parada"; "o animo de todos os que tiveram a gratíssima felicidade de presenciá-la"; "as melhores felicitações aos diretores, professores e alunos de estabelecimentos que figuraram nesta festa"; "provocou demoradas palmas da assistência à sua chegada"; "riquíssimo trabalho executado". Nota-se que a sociedade uberlandense aprovava "com fervor" todos os atos, gestos, e comportamentos dos alunos durante estas festividades. Cada detalhe das festas escolares era elogiado e louvado pelo público que assistia. Pela certeza da observação de seus atos, por meio do "olhar" que sanciona ou elogia, os alunos executavam com disciplina, o programa destas festividades. Primeiro, porque buscavam no "olhar" e nos "gestos" do público que os assistia, os elogios, as palmas e o reconhecimento pelo trabalho executado. Segundo, porque eram "vigiados" pelo poder durante toda a apresentação ao público, portanto qualquer "desvio" ou sinal de indisciplina significava certeza de punição individual, após o espetáculo.

Ritos, espetáculos, celebrações, festas, exposições escolares, desfiles, paradas da juventude e comemorações cívicas podem ser vistos como práticas simbólicas da cultura escolar, os quais constituíram movimentos especiais na vida do GMU, pelos quais esta instituição ganhou ainda maior visibilidade social.

Por meio destes espetáculos, "a escola abria-se à cidade, à rua, à sociedade, aos alunos, aos seus pais, aos seus amigos e as suas famílias. Nas festas e nas exposições ela se dava a conhecer e a admirar ainda que fosse de forma teatralizada e figurativa" (SOUZA, 1998, p.281).

Outra questão que merece nossa atenção e, que também reflete a ideologia traçada por Francisco Campos e por Gustavo Capanema, se refere à prioridade dada pelo governo estadual ao ensino secundário em detrimento do curso primário. Mais especificamente, em Uberlândia havia duas *"escolas normaes",* dois *"Gymnasios",* um *"lyceu"* e uma *"Academia de commercio*", no período do Estado Novo. Porém, a população rural não tinha acesso sequer à educação primária, questão que foi levantada na época pelo Sr. Lycídio Paes.

> Não tive infelizmente a habilidade para me fazer comprehender quando escrevi sobre o annunciado arrendamento do Gymnasio Mineiro desta Cidade. Entre os que leram as considerações que me permitti externar, uns me deram como partidario systematico dessa transacção, e outros me atribuem ate o conceito temerario de que o Estado de Minas esteja bancarrota. Entretanto, apenas articulei uma justificativa para o caso, em face das circumstancias que me pareciam existir. Se estas circumstancias na verdade não existem, e intuitivo que fica mecanicamente annullada a minha justificativa. Mas tambem, se tal facto occorre, não comprehendo porque os meus prezados collegas levantaram tão grande celeuma em torno do assumpto, despertando protestos, promovendo entrevistas, determinando apellos aos poderes competentes e dando logar a perspectiva de meetings de que já estamos deshabituados. Si o governo do Estado não pensa, como se affirmou na imprensa local, em arrendar nem fechar o gymnasio, parece-me encerrado o incidente, visto como só elle pode decidir na hypothese; e si elle estiver resolvido a tal solução, inuteis serão por certo todas as tentativas a que os interessados se dispuzerem. Mas os motivos que me fizeram justificar o arrendamento do instituto de educação serão effectivamente inexistentes? Os argumentos até hoje adduzidos não conseguiram trazer o menor abalo á minha convicção. As pessoas entrevistadas limitaram-se a examinar apenas um aspecto da questão; com o que manifestaram não tenho o menor ponto de divergencia. Todos são, em synthese, de parecer que o gymnasio tem bom corpo docente, que presta relevantes serviços e que o governo não deve supprimir. A' parte esta ultima affirmativa, que é da exclusiva competencia do governo confirmar ou negar, semelhantes conceitos jamais estiveram em discussão. Os jornaes não sairam igualmente do mesmo circulo de considerações. Tudo, porém, se reduz a saber, não si os pretendentes – que eu confesso ignorar si são reaes ou suppostos – estão insistindo nas suas intenções, mas si as occorrencias que mencionei no meu artigo têm ou não

> fundamento. Primeiro – o gymnasio nunca foi definitivamente concluido nas suas installações materiaes, e ainda agora a apparencia do seu predio é pouco recommendavel. Segundo – o instituto possuia internato, sem o que a sua efficiencia não será integral, e o governo supprimiu sem jamais elevar o intuito de uma restauração. Terceiro – de professores contratados, talvez em maioria, compõe se muito tempo a sua congregação, e ninguém ignora que este facto ora importa em injustiça para com servidores dedicados que nunca adquirem direito á sua cathedra, ora prejudica o ensino por falta de pessoa idonea para dirigir a classe. Quarto, finalmente – já por varias vezes foi feita a ameaça de fechamento do educandario, não por boatos postos aqui em circulação por desoccupados ou capadocios, mas por noticias trazidas de Bello Horizonte por pessoas de absoluta idoneidade. Ora, si o governo do Estado allegando falta de verba, deliberar a suppressão do nosso estabelecimento official, a exemplo do que fez com a escola normal de Uberaba e com outras casas de instrucção secundaria, não poderemos avançar que elle proceda de encontro aos interesses culturaes. E aqui cabe uma explicação ao nobre e solicito confrade da Tribuna; falta de verba para manter uma instituição não significa fallencia. O Estado pode ter armazenado grande numerario escassear-lhe meio para um fim especial. Cada rubrica orçamentaria tem a sua quota previamente fixada, e não administra com intelligencia e legalidade quem não respeita as dotações respectivas. Suppondo que seja diminuta a verba destinada ao ensino complementar ou que ella esteja toda empenhada em casos que as autoridades competentes julguem mais necessarios do que o nosso, nada ha de estranhavel que se feche o gymnasio local por falta de verba, embora o orçamento contenha fundos consideraveis para qualquer outro serviço publico. Revela accentuar que competindo ao estado estimular a educação em todos os seus graus só lhe cabe, entretanto, ministrar gratuitamente o curso primario. Si elle entender que duas escolas normaes, dois gymnasios, um lyceu e uma academia de commercio, todos particulares são sufficientes para Uberlandia, e si extinguir o gymnasio em favor da instrucção primaria, não serei eu que lhe diminua o calor dos meus applausos, mormente si attender as necessidades da população rural. Accresce que o que justifiquei, sem pleitear comtudo, foi o arrendamento em condições vantajosas, implicando manutenção de um educandário na altura do nosso desenvolvimento. Logo, estaria assegurado o mesmo numero de escolas secundarias. E como todas ellas são hoje fiscalizadas pelo ministerio da Educação seria levantar suspeitas, a que não estou autorizado, insinuar que a efficiencia do ensino é differente; pelo menos presumptivamente assevero ser a mesma. Todos estes commentarios, porém, são radicalmente superfluos na hypothese, que se affirma, de que o governo não cogita do assumpto e está na resolução de deixar subsistir o gymnasio no seu caracter official. Isto é o que todos desejam que succeda, embora haja uns poucos, como eu, que analysam a questão em todos os seus prismas e não descubram na possibilidade de certos actos sinão o interesse do governo de zelar pela equidade e pelo bem collectivo... (O Gymnasio. **O Reporter,** Uberlândia, 11 jan. 1941, p.3).

A reportagem acima retrata o 'desabafo' do Sr. Lycídio Paes a respeito das repercussões que a hipótese de arrendamento e de fechamento do GMU provocou. O Sr. Lycídio Paes levantou essa hipótese, tendo em vista a construção do prédio do *Gymnasio Mineiro de Uberlandia* ainda não ter sido concluída até aquela data, o internato do GMU ter sido suprimido sem justificativa e o quadro docente da instituição ser composto, em sua maioria, de professores contratados. Para PAES, caso o governo suprimisse esta instituição de ensino secundário, alegando falta de verba, estaria procedendo de "encontro aos interesses

culturais", pois poderia passar a investir mais verbas no curso primário principalmente, nas escolas que atendem a população rural. Porém, o Sr. Lycídio Paes afirmou que era interesse do governo continuar mantendo o GMU como estabelecimento oficial de ensino secundário, ao invés de extingui-lo.

Essa realidade está na proposta educacional nacional, a qual visava, segundo destaca Romanelli, "acentuar a velha tradição do ensino secundário acadêmico, propedêutico e aristocrático" (1978, p. 157). Na concepção desta autora, o Estado "determinou" o tipo de educação que deveria ser expandido, ao oficializar o ensino profissional como "ensino destinado aos pobres". Dessa forma, as camadas emergentes, que buscavam acréscimo de prestígio social, passaram a lutar pelo acesso à educação que dava status, ou seja, o ensino secundário. Assim, o Estado, ao invés de investir recursos na expansão do curso primário, foi pressionado a canalizar seus investimentos para o ensino secundário e a manter em funcionamento as instituições existentes, apesar de parte da população não concordar com isso. Isso fica evidente na reportagem que destaca:

> Mercê de Deus, o Gymnasio Mineiro não perecerá, para gaudio dos paes e dos rapazes, e como padrão de orgulho da progressista cidade de Uberlandia. A sabia visão que o governo de Minas tem das necessidades e dos problemas educacionaes, mantê-lo-á como uma das suas melhores instituições officiaes" (O GYMNASIO não será fechado! **O Reporter,** Uberlandia, 14 nov. 1937, p. 1).

Até mesmo as classes dominantes não concordavam com a expansão do ensino secundário, pois estavam preocupadas em mantê-lo como privilégio de "poucos". Assim, tornaram os critérios mais rigorosos de ingresso e promoção a este nível de ensino, conforme destaca a reportagem do jornal **O Reporter**:

> Esta nossa atitude é ditada pelo vivo empenho que temos em desempenhar fielmente a tarefa educacional que nos está afeta, esforçando-nos por alcançar melhor eficiencia no ensino por nós ministrado. Este objetivo é ainda determinado pelas recentes prescrições regulamentares, que vieram estabelecer um criterio mais elevado para a

> promoção e aprovação dos alunos de ginásio. [...] Além disto temos a chamar a atenção de V. Sª para o fato de que os requisitos para o ingresso dos candidatos aos cursos complementares vêm se fazendo mais rigorosos, de fórma a estabelecerem uma seleção cada vez maior para os que desejam seguir um curso academico (UM appelo da congregação do Gymnasio Mineiro aos senhores paes de alumnos. **O Reporter**, Uberlândia, 23 julh. 1939, p. 3).

O estabelecimento desse critério mais elevado para a promoção e aprovação dos alunos se deu através de um sistema de avaliação altamente normatizado, padronizado, ritualizado e classificatório. "Aos critérios de julgamento pelos quais a escola define o sucesso ou fracasso do aluno, Perrenoud chamou de 'fabricação da excelência escolar'" (SOUZA, 1998, p.244). O sistema de avaliação tornou-se mais rígido, dificultando a promoção dos discentes, pois "o saber do aluno evidenciava não apenas a apropriação de um capital cultural socialmente valorizado e de acesso restrito na época como manifestava a qualidade do ensino ministrado pela escola. [...] A hierarquia da excelência, nos lembra, Perrenoud (1984), afirma-se por meio da comparação e da competição" (SOUZA, 1998, p.245). Dessa forma, a excelência de uma escola, a qualidade do seu ensino e a competência do seu corpo docente era mensurada pelo grau de dificuldade dos alunos e conseqüentemente, pelo percentual de alunos reprovados a cada ano.

A presença marcante da Igreja Católica nas atividades acadêmicas do *Gymnasio Mineiro de Uberlandia* expressa também a influência da proposta educacional do Estado Novo nesta instituição escolar. Observamos que, na maioria das festividades desta escola, a missa era um dos componentes essenciais da programação, que todos os alunos deveriam "participar" obrigatoriamente. Algumas indagações nos inquietaram na análise da documentação que comprova essa influência: E, se houvesse algum aluno que não fosse católico? Como esse aluno se comportava durante essas festividades? E, como ele era visto pela sociedade, caso resolvesse não participar dessas cerimônias? Ele era "punido" pela comunidade escolar ou simplesmente discriminado? A sua doutrina religiosa era "abafada" e "desprezada"? Os seus valores não tinham significado para a sociedade? Analisando a questão

da influência da Igreja Católica sobre o ensino do GMU, percebemos que, em quase todas as solenidades cívicas realizadas pelo instituto, a celebração de uma missa era um dos destaques da programação dessas sessões cívicas:

> A's 8 horas da manhã, na Matriz de Santa Terezinha, com a presença de alunos, Reitor, professores e inumeras pessoas do nosso meio social, foi rezada por Monsenhor Eduardo Santos u'a missa em sufragio dos brasileiros que tombaram na Europa, no campo em que se trava a batalha em defesa da civilização (COLEGIO Estadual de Uberlandia, **O Reporter**, Uberlândia, 24 mar. 1945, p. 4).

Além dessas missas celebradas, notamos também que, a maior parte dos feriados ligados à tradição católica, eram comemorados de forma "glamourosa" pelo G*ymnasio Mineiro de Uberlandia*, como podemos atestar na citação abaixo:

> Numeroso grupo de alunos do *Colegio Estadual de Uberlandia* realizaram a 10 do corrente sua comunhão pascal. Celebrou a missa o revdmo. Monsenhor Eduardo Santos, que em sua pratica exaltou essa atitude religioso da mocidade estudantil do Colegio Estadual, enaltecendo o valor da juventude na recristianisação do mundo abalado pelo tragico conflito provocado pelo nazismo. [...] Para essa festa eucaristica, foram os alunos preparados pelo revdmo. padre João Balke, vigario da nova paroquia de N.S. Aparecida da Vila Operaria (COLEGIO Estadual de Uberlandia. **O Reporter**, Uberlândia, 12 maio. 1945, p. 1).

De todas as evidências encontradas a respeito da influência da Igreja Católica sobre o ensino do *Gymnasio*, a que melhor expressa isso está contida numa reportagem do jornal **A Tribuna**, escrita pelo Presidente da Liga Catholica Uberlandense, o Sr. Custodio Pereira Sobrinho, que também era o diretor do *Gymnasio.*

Ele destacou o principal objetivo da Liga: "luta pela christianisação, rechristianização da humanidade, cujo *desideratum*, em ultima palavra, faz suppor vontade firme de que reine a paz em todos os quadrantes do Universo" (OS piores inimigos do Gymnasio. **A Tribuna,** Uberlândia, 28. nov. 1936, p. 1).

O diretor do *Gymnasio* assumiu publicamente a sua crença religiosa através desse artigo. Também declarou ser Presidente da Liga Catholica Uberlandense. Constatamos pelas suas ações, enquanto diretor da escola, que sua simpatia pelo catolicismo influenciou o seu

modelo de gestão. Também evidenciamos que a ideologia católica deixou sua "marca" registrada em cada gestão escolar que compõe esse período que analisamos, conforme destacamos nas citações anteriores.

2.3 – A TRAJETÓRIA DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA: A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS

Também notamos a influência exercida tanto pela Igreja Católica, quanto pela ideologia do Estado Ordem, na construção social do município de Uberlândia[28], a qual foi marcada pela disciplinarização e organização dos espaços, por meio de normatizações que visavam à reprodução do capital.

> Se de um lado a cidade é moralizada, de ponta a ponta, pelo ideário burguês e aparece como ordeira, laboriosa e passiva, caminhando em busca do desenvolvimento urbano e social, de outro, as recusas, os movimentos sociais organizados, as manifestações "espontâneas" da população demostram que essa sociedade não é tão harmoniosa e pacífica quanto quer a memória oficial. A alteração do traçado urbano, a estrutura moderna e avançada da arquitertura, a especulação imobiliária, a situação de pólo comercial e industrial da região, fatos que afetam o seu progresso econômico, contrastam com a violência, o crime, o roubo, a mendicância, a prostituição, os jogos de azar, o favelamento, deixando entrever, nos conflitos sociais, a recusa à ordem burguesa estabelecida (MACHADO, 1990, p. 17).

A respeito da trajetória de consolidação do município de Uberlândia, Rodrigues destaca:

> A inserção do município de Uberlândia na divisão nacional e regional do trabalho se fez enquanto pólo de captação e distribuição de mercadorias (produtos manufaturados e agrícolas) entre os estados de Goiás, Mato Grosso e São Paulo. Esta inserção possibilitou a efetivação de uma rede de atividades ligadas, principalmente, à vida citadina e à expansão de *"prestação de serviços"* que passaram a assessorar a

[28] Porém, é nossa preocupação analisar as formas de resistências possíveis a esse controle dos corpos.

> atividade principal, o comércio. [...] Quer seja produzindo alimentos, ou beneficiando-os no município, vindos de outras localidades e mesmo dos vizinhos estados de Mato Grosso e Goiás, quer seja comercializando as mercadorias manufaturadas pelo estado de São Paulo, Uberlândia inseriu-se, a partir do início deste século, na divisão nacional do trabalho, como produtora de alimentos e de trocas (1989, p. 6-7 e 28).

A imprensa local retrata Uberlândia como "uma cidade pacata e ordeira, de um povo trabalhador". As contradições inerentes da construção do progresso foram "abafadas", como se não houvesse conflito de classes na relação capital – trabalho, ou seja, como se os trabalhadores aceitassem passivamente serem "explorados" pelos seus patrões, algo inverídico na visão de Rodrigues,

> A laboriosidade do povo uberlandense se colocou acima das lembranças das greves ocorridas durante as décadas de 40 e 50, do "mandonismo" e da sujeição aos caciques políticos e da possibilidade de organização classista-partidária do operariado uberlandense (1989, p. 8).

Apesar de não ser o foco de nossa análise, a contribuição da imprensa local no que se refere ao crescimento e desenvolvimento de Uberlândia, pudemos constatar a sua importância na articulação da ideologia "ordem / progresso", ao veicular as principais notícias nacionais, internacionais, estaduais e municipais, ressaltando as "maravilhas"[29] que Vargas e sua equipe estavam realizando em prol da Nação, principalmente as "orientações varguistas" referentes ao comportamento que levava ao progresso nacional.

O município de Uberlândia se destacou no seio da sociedade nacional pela "circulação de mercadorias", atividade que se desenvolveu através de uma conjunção das forças geográfica, econômica e política da região. Conforme salienta Rodrigues (1989):

> [...] podemos afirmar que a cidade cresceu e conquistou o seu lugar no cenário estadual e nacional tendo, como justificativa, ora a sua *"localização geográfica*

[29] Essas "maravilhas" se referem às técnicas de "manipulação" dos cérebros e de docilização dos corpos, as quais discutimos na parte inicial deste trabalho.

> *privilegiada"*, *"a uberidade de suas terras"* ora *"o trabalho incansável de sua gente"* (p. 37).

Os rumos dados ao desenvolvimento econômico e social de Uberlândia encontrou eco tanto nos poderes locais constituídos, como no projeto político nacional, pois se baseava no binômio ordem / progresso. Em consonância com a ideologia traçada pelo Estado Ordem, o discurso municipal tentou dar conformes harmônicos ao social, procurando definir o lugar de cada indivíduo no processo da produção e no social. Para isso, o mito da "obediência", para manter a harmonia social e garantir o progresso econômico, foi essencial. Daí a preocupação dos governantes locais em "organizar" os espaços de disciplinarização dos indivíduos. Essa "organização" foi permeada por técnicas de "controle" dos corpos e das mentes, através da "modelagem" e "produção" dos indivíduos dóceis e úteis. Rodrigues (1989) salientou os aspectos dessa construção ideológica em torno da sociedade uberlandense, permeada pelo discurso da obediência, da harmonia e do progresso:

> Garantir, portanto, o espaço da produção, através do ordenamento social, implicou em uma ampla e vasta discussão em torno de questões, como a moralização dos costumes, habitação para os trabalhadores e o ensino profissionalizante. A disciplinarização da sociedade começou a ganhar um tratamento ético e científico na medida em que, representando a moral, passa também a incentivar a produção, base para o progresso e desenvolvimento (p.47-8).

O desenvolvimento material e moral do município via disciplina / organização só poderia ser conseguido através de instrumentos eficazes de coação moral e física, responsáveis pelo ordenamento social e pela disciplinarização dos costumes. Daí a importância do controle das instituições responsáveis por esse processo de disciplinarização dos costumes. E, esse controle, logicamente deveria ficar nas mãos das autoridades locais, cujos ideais não poderiam divergir do discurso nacional. Por isso, foram instituídos, via Decreto Federal, os cargos de interventores estaduais e municipais. Assim, os dirigentes de cada instituição deveriam também se "submeter" as "sugestões" desses interventores no tratamento das questões surgidas no interior de cada local. Percebe-se, então, que a construção

da “ordem social” foi garantida via publicação de decretos federais, os quais contribuíram para que a “vontade” de Vargas e de seus ideólogos fosse cumprida em todos os “cantos” do país. Por isso, foi importante a concentração dos três poderes nas mãos do governo. Porém, caso essa voz do poder falhasse, o governo contava com uma força policial atenta e pronta a “trabalhar” para reprimir todo tipo de “desordem”.

Essas instituições de “fabricação” de corpos dóceis e úteis aperfeiçoaram suas normas disciplinares ao instalar seus códigos e regulamentos internos, que estavam de acordo com as leis emanadas pelo Estado, encaminhando a constituição de uma sociedade disciplinada para o progresso. Melhor dizendo, um corpo de códigos, posturas e hierarquias foi estruturado dentro de cada “local” de “docilização” dos indivíduos para garantir o progresso da “nação”.

> A sociedade uberlandense estaria predestinada a um projeto político único – o “progresso”. E, evidentemente, no discurso oficial, o “progresso” só se concretiza na “ordem”. Escamoteando os conflitos sociais, o progresso é, no espaço urbano, o elo de estreitamento entre as divergência de classe. [...] Assim, o progresso aparece forjado sob a imagem de uma sociedade ordeira, laboriosa e passiva – moralizada (MACHADO, 1990, p. 37-38).

Constatamos que o município de Uberlândia coadunava-se com o projeto político nacional, já que ambos procuravam “extirpar” do meio social, pelo discurso e pela força, as oposições que se levantassem contra o regime. Entre os mecanismos acionados para exterminar as “desordens” que surgissem no meio social, a Escola e a Igreja se destacaram na construção da ética e da moral do Estado-Ordem.

> Dos inúmeros artigos veiculados pela imprensa local e do patrocínio da Associação Comercial, advogando a defesa de uma cidade limpa, higienizada e, sobretudo, *“sem”* os males sociais, saíram as seguintes propostas: a intervenção da polícia, a institucionalização da caridade, através da filantropia, e a necessidade de criação de escolas. Estas propostas, no entanto, passaram muito mais pela questão de ordenamento da sociedade do que pela compulsão do vadio e do mendigo. Disciplinavam os costumes; responsabilizavam o ócio (RODRIGUES, 1989, p.66).

2.4 – A SITUAÇÃO EDUCACIONAL EM UBERLÂNDIA

O quadro de matrículas de 1935, presente no suplemento do jornal **A Tribuna** evidencia os estabelecimentos de ensino existentes no município neste período, os cursos que eram mantidos em cada instituição e o número de alunos e alunas de cada escola.

Tabela 1 - LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO DA INSTRUÇÃO EM UBERLÂNDIA NO ANO DE 1935

A INSTRUCÇÃO EM UBERLANDIA

Matriculas de 1935 nos estabelecimentos escolares urbanos de Uberlândia

Nome do Estabelecimento	Cursos mantidos				Numeros de alunos		Total
	Gymn.	Norm.	Comm.	Prim.	Homens	Mulheres	
Gymnasio Mineiro.....	Sim	-	-	-	188	56	244
Collegio N. S. Lagrimas....	-	Sim	-	Sim	6	127	133
Escola Normal.....	-	Sim	-	Sim	42	161	203
Lyceu de Uberlandia.....	-	-	Sim	Sim	135	31	166
G. E. “Bueno Brandão”.....	-	-	-	Sim	343	404	747
G. E. “Dr. Duarte”.....	-	-	-	Sim	279	300	579
Esc. Mun. Nocturnas.....	-	-	-	Sim	61	67	128
Ext. “Dr. Duarte”.....	-	-	-	Sim	52	50	102
Ext. “Rio Branco”.....	-	-	-	Sim	39	30	69
Ext. “S. Domingos.....	-	-	-	Sim	16	4	20
Esc. N. S. Apparecida.....	-	-	-	Sim	23	19	42
Total.....	-	-	-	-	1.184	1.249	2.433

FONTE: A INSTRUCÇÃO EM UBERLÂNDIA. **A TRIBUNA,** Uberlândia, 07 set.1935. Suplemento, p.44

Analisando este quadro, concluímos que o número de mulheres que freqüentavam os estabelecimentos de ensino era superior ao número de homens. O curso primário e normal era predominantemente freqüentado pelas meninas, ao passo que, os homens eram a maioria nos cursos *gymnasiais e commerciais*. Isso revela a sintonia entre a política educacional uberlandense e a proposta educacional do governo, ambas baseadas na concepção liberal-aristocrática de ensino. A educação feminina estava voltada para a preparação para a constituição do lar e, em menor destaque, para o exercício do magistério. Ao passo que a educação masculina visava à formação dos futuros dirigentes nacionais e dos profissionais liberais que trabalhariam nas "carreiras" que asseguravam prestígio e status social. Daí a preferência por cursos direcionados de forma específica para o público masculino e feminino.

A preocupação daqueles que traçavam as diretrizes para o desenvolvimento da instrução em nosso município se coadunava com a proposta educacional de Vargas, pois ambas estavam baseadas na concepção liberal-aristocrática de ensino. Nesta concepção, a educação feminina estava voltada para a preparação para a constituição do lar e, em menor destaque, para o exercício do magistério. Ao passo que a educação masculina visava à formação dos futuros dirigentes do país e dos profissionais liberais sendo que, estes últimos, buscavam prestígio e status social, através da educação. Assim, tanto as leis governamentais, quanto as municipais, garantiam a expansão "controlada" do ensino secundário. Percebemos também que a intervenção no espaço urbano de Uberlândia, o qual passou a apresentar uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais, ao ponto de "obrigar" a população de baixa renda a deixar as áreas mais centrais. Estas áreas adquiriram um novo contorno social, permeado por um outro padrão de habitação: sobrados, mansões, centro comerciais e financeiros, instituições de ensino secundário, ou seja, essas áreas mais centrais se transformaram em bairros residenciais "nobres". As pessoas de baixa renda se afastaram não só das áreas centrais, mas principalmente, dos serviços disponíveis nesses lugares. O

hábito das pessoas passou a ser "controlado", por meio dos códigos de posturas e normas de 1903 e 1912, seguido de repreensões policiais. Essas pessoas foram "disciplinadas" a ter acesso somente às escolas mais afastadas do centro da cidade, dessa forma, foram se afastando cada vez mais das escolas secundárias e se "contentando" com o ensino primário, pois caso tentassem fugir a essa forma de disciplinarização do social, eram "barradas", ou pelos rigorosos critérios de matrícula das escolas secundárias, ou pelos critérios de promoção dos alunos, ou pelo próprio cotidiano dessas instituições.

> A Congregação do Gymnasio Mineiro de Uberlandia, em sua ultima reunião, realizada sob a presidencia do Reitor do estabelecimento, e com a presença do Inspector Federal do mesmo, deliberou dirigir aos responsaveis pelos alumnos desse educandario a circular que, por solicitação de seus signatarios, vae transcripta a seguir:
>
> <<Uberlandia, 17 de julho de 1939
>
> Ilmo. Senhor:
>
> Como componentes do Corpo Docente do Ginásio Mineiro local, vimos á presença de V. Sa. afim de expor-lhe o assunto tratado pela Congregação em sua ultima reunião, para o qual reclamamos todo o interesse de V. Sa. Esta nossa atitude é ditada pelo vivo empenho que temos em desempenhar fielmente a tarefa educacional que nos está afeta, esforçando-nos por alcançar melhor eficiencia no ensino por nós ministrado. Este objetivo é ainda determinado pelas recentes prescrições regulamentares, que vieram estabelecer um criterio mais elevado para a promoção e aprovação dos alunos de ginásio conforme passamos a especificar:
>
> a) – A medida anual do conjunto das matérias, necessária para a aprovação ou promoção do aluno, foi elevada para 50 pontos;
> b) foram suprimidos os exames de 2ª epoca para os alunos reprovados na primeira;
> c) – foi abolida a faculdade de promoção de alunos á série imediata, com dependencia de matéria em que tenha sido reprovado no ano letivo anterior;
> d) – foram instituidos os exames orais finais obrigatórios para a constituição da média de aprovação ou de promoção;
> e) – foi restabelecido o dispositivo regulamentar que determina que o aluno reprovado por duas vezes numa mesma série ficará jubilado, isto é, não poderá mais seguir qualquer curso oficial no país.
>
> Além disto temos a chamar a atenção de V. Sª. para o fato de que os requisitos para o ingresso dos candidatos aos cursos complementares vêm se fazendo mais rigorosos, de forma a estabelecerem uma seleção cada vez maior para os que desejam seguir um curso academico. Assim sendo, V. Sa. reconhecerá que é muito erroneo o empenho que fazem alguns pais, de que seus filhos sejam aprovados ou promovidos de série, a despeito da inhabilitação por eles revelada pelas médias obtidas nas provas de exames. Temos verificado este lamentavel fato em annos anteriores, em que alguns pais de alunos reprovados por falta de média vieram solicitar dos professores do estabelecimento o aumento de notas atribuídas ás provas de seus filhos, para que estes pudessem assim ser promovidos á série seguinte. Desatendidos em tão descabida pretenção, esses pais, muitas vezes, atribuem a uma perseguição do professor essa reprovação, devida unicamente á falta de aplicação do aluno. Ora, em vista do que antes expusemos, seria contraproducente o pretenso favor reclamado inconcientemente para tais casos; pois si, acedendo a semelhante pedido, o professor condecendesse em aprovar um aluno que não estivesse para isso devidamente habilitado, viria prejudicar fortemente esse mesmo aluno, que mais tarde, por falta da

> necessária base de conhecimentos, teria dificuldades talvez insuperáveis para a continuação de seus estudos. E', pois, muito preferivel que o aluno repita uma série ginasial a que seja ele reprovado no curso de admissão ao curso complementar. Em conciencia, é um verdadeiro beneficio para o aluno a repetição de uma série , quando não esteja elle em condições de cursar a seguinte. Para evitar o descontentamento das familias dos alunos que venham a ser reprovados em razão de sua falta de habilitação, só podemos alvitrar uma única medida, enquadrada dentro dos legitimos interesses do ensino, que devem ser tão sómente os dos senhores pais de alunos: e é justamente tal medida o objecto do presente apelo, endereçado a totos os que se interessam pelo futuro dos jovens, cuja formação nos está parcialmente confiada. E' mesmo para reclamá-la, como educadores, que vimos de publico, pedir a colaboração indispensavel das familias de nossos alunos para que possamos alcançar a devida eficiencia do ensino que aqui ministramos. Essa colaboração, para nós imprecindivel, deverá traduzir-se em um empenho mais vivo das familias dos nossos alunos para que eles preparem em casa suas lições e tarefas escolares, afim de poderem colher o devido proveito das explicações recebidas em classe. Sem isto será baldado todo e nosso esforço, pois nenhum aproveitamento poderemos alcançar de alunos que se limitam a freqüentar o estabelecimento sem se dedicarem ao estudo em casa. E este é, lamentavelmente, o fato que vimos constatando em Uberlandia e que, infelizmente, não está em nossa alçada coibir; em um crescendo assustador, a juventude local, em idade colegial, é vista perambulando pelas ruas da cidade, em completa ociosidade, e não raras vezes frequentando locais menos aconselhaveis, exposta á aquisição de maus habitos. E' para esta liberdade abusiva concedida pelas familias aos jovens em razão de um conceito errôneo do que deve ser a educação moderna, que vimos chamar atenção dos senhores pais, pedindo-lhes que façam com que seus filhos empreguem no preparo de seus deveres colegiais as longas horas que dispendem nos "bars", confeitarias, salões de bilhares e clubs, onde se demoram ás vezes até alta noite. Com esta medida, estamos certos de que o dissabor das reprovações e ainda maiores dissabores futuros, serão evitados. Assim exposta a justissima medida que estamos pleiteiando, estamos certos de encontrar em V.Sa., como interessado que é neste assunto, um valioso cooperador cujo eficiente concurso desde já agradecemos. Em adiantamento a este apelo, endereçado ás familias de nossos alunos, dirigimo-nos tambem, por intermédio da imprensa local, aos nossos colegas do magisterio primario e áqueles que se encarregam do preparo de aluno aos exames de admissão ao Ginásio, solicitando de todos esses, cuja dedicação ao ensino é tão conhecida, que se empenhem tambem no sentido de obter de seus alunos um melhor aproveitamento que lhes dê base mais sólida para execução dos programas ginasiais. (ass) – João Gonzaga de Siqueira – Reitor. Francisco Elias Barbosa – Inspector Federal. Nelson Cupertino. Luiz da Rocha e Silva. Domingos Pimentel de Ulhôa. Euclides Gonzaga de Freitas. Alfredo de Freitas Macêdo. Eurico Silva. Antonio Macedo Costa. Conego Eduardo dos Santos. Oswaldo Vieira Gonçalves. Pedro Bernardo Guimarães (UM apello da congregação do Gymnasio Mineiro aos senhores paes de alumnos. **O Reporter,** Uberlândia, 23 julh. 1939, p.3).

A reportagem transcrita acima comunica as mudanças realizadas no Gymnasio com o intuito de dificultar a promoção dos alunos. Esta reportagem expressa um apelo dos professores do GMU aos pais de alunos que, ao perceberem que seus filhos foram reprovados por falta de aplicação, pedem aos docentes que modifiquem as notas atribuídas às avaliações, para que os alunos possam ser promovidos. E, quando os professores se recusam a atender ao pedido destes pais, estes entendem a atitude daqueles como perseguição. Os professores não

voltavam atrás com relação à reprovação dos alunos, porque a retenção do aluno na mesma série era um tipo de punição aplicada pelos professores àqueles alunos "perturbadores", para que estes aprendessem a obedecer às normas e as regras da escola e de cada professor. Por isso, os alunos temiam o professor, conforme nos relatou um ex-aluno da escola:

> O aluno naquele tempo, não sei se foi uma evolução ou uma involução, ele temia o professor; ele tinha medo do professor. O professor era o mestre e nós éramos os alunos à distância. Havia uma distância que era sempre respeitada (Duarte Ulhôa Portilho, ex-aluno, 13/05/1999).

Notamos nesta reportagem que os pais dos alunos do GMU reclamaram sobre os critérios de promoção, pois consideravam estes rigorosos. Os professores, cientes desta reclamação, ao invés de fazerem mudanças no regimento escolar para facilitar a promoção dos alunos, tornaram estes critérios ainda mais rigorosos. Além disso, os professores ainda condenaram o tipo de educação moral que os pais estavam proporcionando aos seus filhos, pois ao invés destes ficarem dedicando seu tempo "livre" aos estudos, estavam freqüentando locais impróprios a pessoas moralizadas, civilizadas, educadas e cultas, o que traria prejuízo à mente e ao corpo da juventude. A vigilância panóptica[30] era utilizada para controlar o lazer dos estudantes, com o objetivo de adequar a vida cotidiana do aluno do GMU à política higienista, moralizadora e disciplinadora do social. O lazer dos jovens deveria ser organizado pelos seus pais de modo a guiar a liberdade, para que a disciplinarização dos corpos e das mentes fosse obtida com um mínimo de tempo e esforço perdidos, ou seja, os pais deveriam controlar a ocupação do tempo livre de seus filhos no espaço da cidade, para que estes tivessem uma vida saudável e moralizada e não se envolvessem com coisas ilícitas. "Isto

[30] FOUCAULT (2002) considera que o "Panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto". [...] O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. [...] Cada um, em seu lugar, está bem trancado em sua cela de onde é visto de frente pelo vigia, mas os muros laterais impedem que entre em contato com seus companheiros" (p.166-167). A vigilância panóptica é uma maneira de controlar as relações humanas, de desmanchar suas perigosas misturas, por meio da determinação do 'verdadeiro' lugar de cada indivíduo, onde "os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados" (FOUCAULT, 2002, p.163).

significava não somente prescrever normas de organização das atividades escolares mas também postular um regramento do aluno. [...] Trava-se de eliminar a 'vadiagem', de 'adestrar' para as 'imposições da liberdade'" (CARVALHO, 1998, p. 154-9).

Na reportagem de 23 de julho 1939 do **O Reporter**, citada anteriormente, os professores do Gymnasio, também, alertam seus colegas do magistério primário quanto aos novos requisitos para os exames de admissão ao Gymnasio, solicitando-lhes que ofereçam uma educação de melhor qualidade e mais complexa para que os alunos cheguem ao GMU com uma sólida formação básica, essencial à execução dos programas ginasiais. Os professores ginasiais deixaram registrado na imprensa local que não se sentem culpados pelo "fracasso" de seus alunos e sugeriram as mudanças necessárias e imprescindíveis ao êxito dos alunos ginasiais.

Ao analisarmos a reportagem do Jornal **O Reporter** de 14 de janeiro de 1940, que traz o resultado dos exames realizados no GMU, no ano de 1939, percebemos que 55,69% dos alunos foram promovidos e 44,31% foram reprovados, evidenciando que havia dificuldades, por parte dos alunos, em relação ao processo ensino-aprendizagem. Além disso, eles eram submetidos a um rigoroso critério de avaliação, que visava principalmente, a "eliminação" dos menos capazes e a "exaltação" e "exposição" dos alunos considerados "excelentes". Estes discentes estavam sintonizados com a concepção de educação da Era Vargas, ao passo que, aqueles tinham dificuldades de se "adaptarem" ao processo de disciplinarização das instituições de seqüestro[31], responsáveis pelo molde dos indivíduos rumo ao progresso.

A exaltação dos "mais capazes" se dava por meio dos cartões de mérito e dos quadros de honra que eram novas técnicas disciplinares adotadas como forma de emulação e disciplina, em substituição aos castigos físicos. "A premiação dos alunos mais brilhantes

[31] Foucault (2004) considera as prisões, as escolas, os hospitais e os hospícios como instituições de seqüestro, pois 'retiram' os indivíduos do meio em que vivem, os enclausuram por um determinado período de tempo, trabalham seus corpos e suas mentes e os 'devolvem' à sociedade disciplinados.

ressaltava a força simbólica de uma cultura escolar que se estava construindo com base na homogeneização e, contraditoriamente, na individualização" (SOUZA, 1998, p. 245).

O inspetor escolar desta região esclareceu, por meio do jornal **A Tribuna**, sobre a situação do ensino no município em 1935:

> Pelo presente quadro que tenho a honra de apresentar a N. excia, anexo ao relatorio da Inspectoria Escolar Municipal, bem claramente se evidencia o elevado grau de adeantamento em que se encontra a instrução publica do nosso municipio, mercê dos esforços despendidos pelo povo de Uberlandia e pelo governo do municipio, incansavel no proposito de intensificar a instrucção publica em nossa terra (INSTRUCÇÃO publica no município. **A Tribuna**, Uberlândia, maio, 1935, p. 4).

Notamos também que o quadro de discentes do *Gymnasio Mineiro de Uberlandia* era formado por uma clientela "especial", conforme destaca reportagem do jornal **A Tribuna**: "O recinto achava-se inteiramente repleto de cavalheiros, senhoras e senhorinhas da nossa melhor sociedade" (GYMNASIO Mineiro. **A Tribuna,** Uberlândia, 05 out. 1935, p. 1).

SOARES (1988), ao analisar a estrutura espacial de Uberlândia, salientou a respeito da localização estratégica do GMU "num bairro residencial 'nobre'", para atender às necessidades de escolarização da população 'esclarecida' intelectualmente.

> A ampliação das oportunidades de acesso à escola secundaria e superior fica atada ao interesse de manter o que era proposto como 'hierarquia das capacidades' e a uma postulada necessidade de direção social do 'povo' por uma 'elite' com vistas à formação da nação. [...] Neste sentido, amplas camadas da população eram marginalizadas do processo educativo escolar (CARVALHO, 1998, p. 42 e 25).

A população que não tinha acesso ao GMU é justamente aquela que foi 'expulsa' das áreas mais centrais da cidade pelo processo de ordenamento do espaço urbano, conforme salientou Machado (1990). O sistema escolar não conseguiu se adaptar "às exigências de uma sociedade nova, de forma industrial, em franca evolução para uma democracia social e econômica" (AZEVEDO, 1943, p.389). Manteve-se o caráter excludente da escola e seu anacronismo.

A concepção de educação que predominava no nosso município estava de acordo com a ideologia do Estado Novo, conforme destaca o jornal **A Tribuna** :

> Fugindo aos methodos rotineiros do antigo regime, a atual Constituição fixa o pensamento constructor do Novo Estado, no sentido de tornar a educação uma força creadora das energias nacionaes, garantindo a communhão espitual do povo e estimulado a riqueza e a prosperidade do paiz (A EDUCAÇÃO no Novo Estado. **A Tribuna,** Uberlândia, 15 jan. 1938, p. 2).

A preocupação com a elevação cultural dos indivíduos e com o aperfeiçoamento intelectual e técnico da nacionalidade eram os grandes pilares da educação nacional e local, "responsáveis" pela construção de um Estado Forte. Daí a especial atenção dada à organização das instituições educacionais, as quais deveriam proporcionar "um ambiente sadio de patriotismo" (O GYMNASIO Mineiro e o 1º centenario da morte do velho Andrada. **A Tribuna,** Uberlândia, 9. abr. 38, p. 1). Assim, as atividades acadêmicas e culturais de cada escola foram revestidas de um caráter cívico e patriótico. Uma das instituições que se destacavam nesse aspecto era o *Gymnasio Mineiro de Uberlandia* principalmente, por sua ação moral e cívica. Isso fica evidente na reportagem do **O Reporter**, a qual destaca:

> Ainda ha dias tivemos o ensejo de applaudir e bisar os gymnasianos em seu reaparecimento no panorama social uberlandense, quando levaram á scena, no palco do Cine Uberlandia, varios numeros de programma em acto variado, em festa de projecção civica, numeros esses que provocaram quentes applausos da assistencia calculada em mais de tres mil pessoas (GYMNASIO MINEIRO de Uberlandia. **O Reporter**, Uberlândia, 03 dez. 1939, p. 5).

O principal estabelecimento de ensino secundário do município, *o Gymnasio Mineiro de Uberlandia,* sob a reitoria do sr. Dr. João Gonzaga de Siqueira, iniciou uma série de realizações culturais para a preparação das inteligências dos discentes. Esses números de projeção cívica que foram reacendidos com fervor para o início do ano letivo de 1940 despertaram a Secretaria da Educação para a necessidade de melhorias de ordem material nesse educandário.

Os jornais locais defendiam, inclusive, a construção de um grande estádio em Uberlândia para, não só "disciplinar" os corpos da mocidade, mas também para a realização dessas solenidades cívicas, conforme destaca o jornal **A Tribuna**:

> Ergamos o templo magnifico do esporte uberlandense, onde se robusteça, cada vez mais, a nossa mocidade e onde, tambem, o nosso povo vibre de enthusiasmo. [...] O grande estadio que se construir servirá, tambem, para as solennidades civicas, nas datas historicas da nacionalidade" (PELA educação physica da nossa mocidade. **A Tribuna,** Uberlândia, 05 nov. 1938, p. 3).

A preocupação com a educação dos corpos e das mentes permeava os "discursos" da época. Tanto é que foi criada a Escola Nacional de Educação Physica e Desportos em 1939[32], para preparar a juventude brasileira. No decreto de criação, percebe-se a distinção dada à educação das moças e dos rapazes, os quais recebiam aulas diferenciadas devido ao seu sexo, conforme orientação de Capanema e da Igreja Católica.

A educação física dos corpos se dava principalmente, por meio da ginástica e dos exercícios militares. Através destes exercícios físicos, a escola buscava incutir, nos alunos, os hábitos de disciplina e proporcionar-lhes descanso das fadigas intelectuais e desenvolvimento gradual das forças musculares. Os exercícios militares contribuíam para a

> [...] preparação do cidadão – soldado, futuro guarda-nacional, formando-lhe o caráter e dando-lhe a consciência moral. [...] A educação física (ginástica) era destacada pela sua influência moralizadora e higiênica. Tornar os corpos ágeis, fortes, robustos, vigorosos. Desenvolver a coragem, o patriotismo. Todo um investimento no corpo dos indivíduos que os engalfinhava nos ideais de moralização e ordenação social (SOUZA, 1998, p.179-181).

A população de Uberlândia pensava a educação da mesma forma que esta era defendida pelo governo, ou seja, havia uma preocupação dos reitores dos estabelecimentos de ensino secundário em conter a expansão desse tipo de ensino. Assim, os critérios de matrícula e promoção dos alunos eram sempre revistos e, se necessário, reformulados pela equipe

---

[32] Para mais detalhes, v. "Decreto de Criação nº 1212 de 17. abr. 1939".

administrativa e pedagógica de cada instituição escolar, na presença do inspetor federal. A comunidade local também apreciava as cerimônias cívicas e a disciplina dos alunos, conforme salienta reportagem do Jornal **O Reporter**:

> A mesma impressão perdura ainda, em referencia á parada escolar de 15 de novembro, em que o garbo e a disciplina dos rapazes e das meninas constituiu nota em realce, e a que a população local não regateou referencias sinceramente elogiosas (GYMNASIO Mineiro de Uberlandia. **O Reporter,** Uberlândia, 03 dez. 1939, p. 5).

O relatório do inspetor escolar municipal, o Sr. Profº Jeronymo Arantes, publicado no jornal **O Reporter** de 31 de dezembro de 1940, menciona todas as atividades letivas desse ano, esboçando com clareza e precisão o desenvolvimento da instrução em todos os ramos e a eficiência das instituições de ensino públicas e particulares da nossa cidade. A partir desses dados, construímos dois quadros que revelam a situação do ensino em Uberlândia no ano de 1940[33] :

---

[33] INSTRUCÇÃO. **O Reporter,** Uberlândia, 31. dez. 1940, p. 8

Tabela 2 – A SITUAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO EM UBERLÂNDIA NO ANO DE 1940

Escolas Primárias	**Classificação**	**Nº. de Matrículas**
Grupo Bueno Brandão	Urbano	460
Grupo Dr. Duarte	Urbano	648
Grupo Affonso Arinos	Urbano	151
Grupo Nocturno Municipal	Urbano	164
Colégio N. S. das Lagrimas	Urbano	123
Escola Methodista	Urbana	10
Externato Rio Branco	Urbano	161
Externato Dr. Duarte	Urbano	112
Externato Ruy Barbosa	Urbano	96
Escola Santa Luzia	Urbana	84
Escola N. S. Aparecida	Urbana	58
Escola Santa Maria	Urbana	50
Escola N. S. Carmo	Urbana	35
Escola N. S. Lourdes	Urbana	20
Escola Santa Clara	Urbana	47
Escola Santa Ignez	Urbana	44
Escola São Vicente	Urbana	45
Escola Uberlândia	Urbana	64
Escola São Sebastião	Suburbana	30
Escola Eduardo Carlos Pereira	Suburbana	34
Escola Principiante	Suburbana	40
Escola Abilio César	Suburbana	22
Total		**2498**
Jardim da Infância do Colégio N.S. Lagrimas	Educação Infantil	40
Instituto Brasil Central	Educação Infantil	19
Total		**2557**
Escolas custeadas pela Prefeitura	**-**	1174
Total		**3731**

FONTE: INSTRUCÇÃO. **O Reporter,** Uberlândia, 31. dez. 1940, p. 8

Tabela 3 – A SITUAÇÃO DOS OUTROS GRAUS DE ENSINO EM 1940

Escolas dos Outros Graus	**Nº de Matrículas**		
	Gymnasio	**Normal**	**Demais cursos secundários**
Gymnasio Mineiro	147	__	__
Instituto Brasil Central	143	23	__
Collegio N. Sra. Lagrimas	131	69	__
Liceu	__	__	60
Academia de Commercio	__	__	299
Curso de Extensão Prof. Nelson Cupertino	__	__	51
Total	**421**	**92**	**410**

FONTE: INSTRUCÇÃO. **O Reporter,** Uberlândia, 31. dez. 1940, p. 8

A partir dos dados coletados na reportagem do **O Reporter,** de 31 de dezembro de 1940, elaboramos os quadros que retratam a situação do ensino neste ano, em Uberlândia. **A**nalisando estes quadros, temos 4654 estudantes em geral dentro da cidade em 1940. Destes, 9,045% estão nos cursos *gymnasiais,* 7,71% estão nos demais cursos secundários, 1,09% estão no curso de extensão, 2,71% nas escolas primárias suburbanas estaduais, 50,97% estão nas escolas estaduais primárias urbanas, 25,225% nas escolas municipais, 1,98% nas escolas normais e 1,27% na educação infantil. Os moradores das áreas suburbanas da cidade tinham acesso restrito à educação primária e nenhum acesso ao ensino secundário. Ao passo que, uma porcentagem elevada da população urbana tinha acesso ao ensino primário e, apenas 20,08% destes chegavam ao ensino secundário. Percebe-se que a educação era um privilégio daquelas classes que moravam nas partes centrais da cidade, onde ficavam instalados os edifícios escolares mais requintados e as habitações mais nobres.

A reversão dessa situação chegou a ser ventilada pelo jornal "Correio da Manhã" do Rio de Janeiro, em que o Sr. Lycídio Paes expressou o seu desejo, que era também almejado por parte de poucos, de que o governo estadual extinguisse alguns *"Gymnasios"* para que

pudesse investir mais recursos na instrução primária. Porém, o prefeito municipal, Sr. Vasco Giffoni, juntamente com os reitores desses *Gymnasios* e com os educadores desses estabelecimentos de ensino, discutiram essa hipótese de fechamento dos *gymnasios* mineiros com o Senhor Governador, Benedicto Valadares, e com o Senhor Secretário da Educação, Christiano Machado, e perceberam que a "orientação" do governo Vargas e a política educacional empreendida por Capanema continuavam "imperando". Assim, essa proposta de canalização de recursos do ensino secundário para o primário não passou de uma hipótese levantada por um daqueles que estavam agindo "contra" o governo de Vargas, prejudicando o desenvolvimento "saudável" e harmonioso da "nação". Essa hipótese levantada foi logo "abafada" pelos dirigentes do poder e pelos jornais locais, porque colocava em risco a seletividade da educação secundária, a qual deveria continuar sendo privilégio de poucos, pois ao se expandir à educação primária, conseqüentemente, em pouco tempo, esses estudantes "pressionariam" o sistema, almejando prosseguir seus estudos nos cursos secundários e superior e, esses níveis de educação poderiam deixar de ser um distintivo de classe, como até então vinham sendo.

> Vehiculada pelo "Correio da Manhã", do Rio, e transcripta em varios periodicos do interior, divulgou-se com foros de realidade a noticia de que o governo mineiro supprimiria todos os Gymnasios officiaes do Estado. Entre estes o que funcciona nesta cidade, pois excepcionavam-se tão só os de Bello Horizonte e Barbacena, não attingidos por essa medida. A nota do orgão carioca teve, assim, larga divulgação nesta zona, cuja mocidade aufere no tradicional educandario preciosos ensinamentos de um corpo docente de élite, e que é actualmente um dos mais preciosos elementos do patrimonio cultural uberlandense. Segundo informações que nos foram transmitidas, entre as quaes uma carta do dr. Vasco Giffoni, Prefeito Municipal, nem o sr. governador dr. Benedicto Valladares, nem o sr. Secretario da Educação, dr. Christiano Machado, cogitaram de tal providencia. A lei orçamentaria para 1938 consignou verba para a manutenção dessa casa de ensino, para o custeio do seu actual quadro de professores e de funccionarios dos diversos departamentos de sua actividade economica e disciplinar. Mais ainda, em dias do mez de outubro proximo findo, o titular da pasta da Educação expediu um acto nomeando inspector de alumnos o sr. Jeronymo Pires, resolução esta que contradiz os boatos que alarmaram os nossos meios estudantis. São factos estes positivos, desfazendo, desmentindo o vespertino do Rio e confirmando as expressivas manifestações do honrado governador, dr. Benedicto Valladares, de promover, desenvolver e amparar efficientemente a instrucção dos nossos jovens patricios. [...] Sua suppressão causaria lastimavel lacuna em ambiente habituado a gosar dos seus beneficios, que já se fizeram sentir nas numerosas turmas de discipulos que brilhantemente vão

> proseguindo seus estudos nas escolas superiores, depois de receberem em suas aulas os conhecimentos fundamentaes que lhes facilitam o tirocinio academico. [...] A sabia visão que o governo de Minas tem das necessidades e dos problemas educacionaes, mantel-o-á (sic) como uma das suas melhores instituições officiaes (O Gymnasio não será fechado! **O Reporter,** Uberlândia, 14 nov. 1937, p.1).

O jornal **A Tribuna** também divulgou a notícia de que o *Gymnasio Mineiro de Uberlandia* continuaria funcionando como instituição estadual:

> Agora, por intermedio do dr. Osvaldo Vieira, digno reitor do Gymnasio, nos chega a noticia que sempre esperavamos, de que o nosso Gymnasio não será arrendado a quem quer que seja. Si bem que já contassemos com esse procedimento, esperavel de um espirito reto e justiceiro como o do nosso Governador, sentimo-nos no dever de dar largas a esta noticia para que os que duvidaram do pulso de s. exa., saibam que Minas tem um governo honesto e um governador impoluto, que encara o seu ensino com o carinho que tem demonstrado em todos tempos (COMO esperava e anunciamos, nosso Gymnasio continuará, como atè aqui, sob a egyde do Estado. **A Tribuna,** Uberlândia, 09 jan. 1941, p.1).

Os estabelecimentos de ensino de Uberlândia eram os responsáveis pelas estupendas manifestações de culto ao Brasil e ao Estado Novo. Através das paradas da Juventude, dos desfiles promovidos por estas escolas e, dos bailes dos bacharelandos, a população local felicitava aos diretores, professores e alunos que enalteciam as tradições de Minas Gerais e do Brasil, conforme destaca o jornal **O Reporter**:

> Rapazes e moças, com o mesmo garbo e uniformidade de marcha, deixavam transparecer a sinceridade que os inspirava naquela cerimonia de nobreza impar. E os aplausos do publico numeroso e alegre, nas sacadas dos predios e de um lado e outro nos passeios das ruas anunciadas para o itinerario do desfile escolar, diziam bem alto da impressão causada por essa parada das nossas casas de ensino no animo de todos os que tiveram a gratissima felicidade de presencia-la (SEMANA da Patria. **O Reporter,** Uberlândia, 12 set. 1942, p. 1).

A educação tinha um papel a desempenhar na nossa sociedade para que o Brasil continuasse sendo uma nação pacífica, onde reinasse a ordem e a paz. Daí a necessidade de formação de indivíduos dispostos a marchar firme e decididamente rumo ao progresso, dentro da ordem, conforme destaca reportagem do **O Reporter**:

> Não olvidemos jamais o 4º mandamento cívico: < Instrue-te, para que possas andar por teu passo na vida, e transmite a teus filhos a instrução, que é o dote que não se gasta, direito que não se perde, liberdade que não se limita. Sim, instrue-te para seres o filho de que o Brasil tento precisa: não o és, pelo teu tamanho minusculo, mas sim por teus grandes sentimentos. [...] A mocidade Brasileira precisa preparar-se para os postos de responsabilidade e viver á altura desta honra, emprestando lhe o impeto, a inteligencia para que á Patria, que tudo passado, e construindo a ordem e o progresso atual, é para a grandeza do futuro que voltam as suas visitas (NO Gymnasio Mineiro. **O Reporter,** Uberlândia, 04 nov. 1942, p. 3).

Como a educação era extremamente valorizada pela comunidade uberlandense, a imprensa local divulgava minuciosamente as atividades cívico-culturais de cada estabelecimento de ensino e também publicava nominalmente todos os estudantes que se destacavam nessa instituições e aqueles que se formavam a cada ano. As atividades acadêmicas desenvolvidas por cada professor dessas escolas também eram realçadas e elogiadas através das reportagens locais. A imprensa local acabou se tornando um mecanismo de formatação do indivíduo, contribuindo para o processo de disciplinarização.

Constatamos que o *Gymnasio Mineiro de Uberlandia* passou por algumas mudanças, a partir de 1935, as quais coadunavam com a política educacional nacional traçada pelos ideólogos do Estado Autoritário. Dentre essas mudanças, destacamos: a modificação do uniforme dos estudantes, o rigor dos critérios de ingresso e promoção dos alunos, o aumento das taxas de mensalidade, a presença marcante da Igreja Católica nas atividades escolares, a introdução de atividades revestidas de caráter cívico e patriótico. Todas essas reestruturações contribuíram para a legitimação do Estado Novo e para a disciplinarização dos discentes.

Também salientamos o processo de construção social do município de Uberlândia, tendo em vista a disciplinarização e organização dos espaços, em busca do progresso nacional. Os espaços de convívio social passaram a ser controlados por códigos de posturas, de condutas e de hierarquias, os quais foram criados para neutralizar os conflitos e contribuir para a construção de uma cidade higiênica e ordeira. Dentre esses espaços, demos uma

atenção especial às escolas, à Igreja Católica e às escolas, os quais proporcionavam, segundo o discurso oficial da época, um ambiente sadio de patriotismo. Esses espaços eram valorizados pela população local, pois davam conformes harmônicos ao social, disciplinarizando os indivíduos e “promovendo” a coesão nacional.

3.

A CULTURA ESCOLAR DO *GYMNASIO MINEIRO DE UBERLANDIA*

Neste capítulo, procuramos analisar os aspectos que compõem a cultura escolar do *Gymnasio Mineiro de Uberlandia,* no período de gestação do Estado Novo (1937 a 1945), por meio do estudo da disposição dos espaços internos, do cotidiano, dos dispositivos de controle dos corpos e das mentes, das atividades que contribuíam para a formação do caráter nacional, das punições aplicadas aos transgressores e da concepção de educação.

Entender a maneira como o discurso sobre a vigilância dos corpos e das mentes é posto em prática no âmbito das instituições escolares, em especial no MUSEU, é o nosso objetivo neste capítulo.

Visualizaremos a relação existente entre o controle sutil e constante sobre a totalidade da vida dos alunos do *Gymnasio Mineiro de Uberlandia,* em busca da transformação dos comportamentos e a formação de um saber destes discentes. A preocupação central que permeou o processo de disciplinarização dos corpos e das mentes do GMU, posto em prática durante o período do Estado Novo, não recaiu sobre os atos de indisciplina cometidos por cada aluno, mas sobre os 'perigos' latentes em cada discente, que se manifestam no comportamento observado cotidianamente. Assim, o *Gymnasio Mineiro de Uberlandia* foi estruturado para dificultar a manifestação dos comportamentos prejudiciais à ordem e à disciplina. A cultura escolar do GMU foi revestida de práticas de vigilância sobre o corpo, o tempo, os gestos, as atividades diárias, tendo em vista 'incutir' hábitos de ordem e de disciplina nos corpos e 'redirecionar' as consciências dos alunos. Os instrumentos utilizados para disciplinarizar os corpos e as mentes dos alunos do GMU foram: formas de coerção,

exercícios diários e repetitivos, horários fixos, disciplinas escolares, distribuição racional do tempo, atividades regulares, silêncio, aplicação, respeito e bons hábitos. Estes mecanismos de poder disciplinar foram postos em prática, tendo em vista formar o aluno obediente, sujeito a hábitos, regras e ordens.

Para discutir esse processo de disciplinarização, primeiramente, definiremos as nossas categorias de análise, dentre as quais: instituição escolar, poder disciplinar, espaço, hierarquias, controle, educação moral, exame e cultura escolar.

A respeito da instituição escolar, enquanto objeto de análise, as considerações de Nóvoa (1995) sobre a especificidade da cultura escolar de cada instituição contribuíram para as nossas análises, pois consideramos as relações das práticas cotidianas do GMU com a política educacional do período 1937 a 1945. Nóvoa (1995) analisou as características organizacionais das escolas do sistema educativo português, considerando-as como 'culturas', pois "produzem uma cultura interna que lhes é própria" (p.29), mas também são influenciadas por uma cultura externa.

Em seu estudo, Nóvoa (1995) demonstra que cada instituição escolar tem sua especificidade, sua própria cultura e uma autonomia relativa, porque não é mera reprodutora da estrutura macro-social, mas também não está desvinculada dela. Na sua concepção,

> [...] as escolas constituem uma territorialidade espacial e cultural, onde se exprime o jogo dos actores educativos internos e externos. [...] A escola é encarada como uma instituição dotada de uma autonomia relativa, como um território intermédio de decisão no domínio educativo, que não se limita à reproduzir as normas e os valores, do macro-sistema, mas que também não pode ser exclusivamente investida como um micro-universo dependente do jogo dos actores sociais em presença.[...] A escola constitui um filtro que modela as mudanças que vêm do exterior, bloqueando-as ou dinamizando-as (p.16,20 e 41).

O conceito de instituição escolar para Magalhães (2004) se aproxima das nossas análises, pois está associado à idéia de permanência, de sistematicidade, de norma, de regras, de regulação normativa, de comportamentos, ou seja, Magalhães (2004) considera o estudo do

processo histórico de uma instituição educativa como uma análise de sua organização e de seu funcionamento.

> [...] as famílias, os Estados-nação e outros promotores da educação, sentindo-se incapazes de assegurar por seus meios esta retaguarda da instrução, que corresponde às funções de enquadramento e de acompanhamento, socorrem-se de instâncias que controlam, inclusive com recurso ao regime de internato (p.45).

Na concepção de Magalhães (2004), a instituição educativa ou a escola tornou-se imprescindível para a aprendizagem dos saberes curriculares e para a disciplinarização dos corpos e das mentes, enquanto local que "contribui para interiorização de normas, atitudes e valores" (p.48). As instituições educativas são "instâncias de enquadramento, projeção, orientação, ação" (p.48).

A visão de Magalhães (2004) sobre as instituições educativas, enquanto instâncias de disciplinarização e de enquadramento dos indivíduos é a que iremos adotar neste trabalho.

Porém, a definição de escola que mais se aproxima das nossas análises é a de Foucault (2004). Para este autor, a escola é composta por uma política das coerções, que atuam sobre o corpo, manipulando seus elementos, seus gestos e seus comportamentos, por meio de dispositivos disciplinares, os quais passam a fabricar corpos submissos e exercitados, aumentando a aptidão individual e acentuando a dominação.

Na concepção de Foucault (2004), as instituições disciplinares estão revestidas de técnicas minuciosas que trabalham o corpo, por meio da clausura, da observação, do controle e da punição. Nessa instituição, as ações dos indivíduos são controladas, buscando-se o aproveitamento máximo de suas potencialidades e a diminuição de sua capacidade de revolta e de resistência, ou seja, busca-se tornar os indivíduos dóceis. Para isso, são postos em prática os mecanismos de poder.

> Foi esse tipo específico de poder que Foucault (2004) chamou de disciplina ou poder disciplinar. E é importante notar que ela nem é um aparelho, nem uma instituição, na

> medida em que funciona como uma rede que as atravessa sem se limitar a suas fronteiras. [...] Ela é uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder, são "métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade ..." [...] É o diagrama de um poder que não atua do exterior, mas trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial, capitalista (MACHADO, 2004, p. XVII).

O poder disciplinar ou a disciplina possui três características básicas, que se interrelacionam, entre as quais: distribuição dos indivíduos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório, fechado, esquadrinhado e hierarquizado; controle minucioso das operações do corpo pelo tempo; vigilância contínua, perpétua, permanente, ilimitada e invisível. A respeito da vigilância, Roberto Machado, ao parafrasear sobre Foucault, esclarece que:

> [...] não uma vigilância que reconhecidamente se exerce de modo fragmentar e descontínuo; mas que é ou precisa ser vista pelos indivíduos que a ela estão expostos como continua, perpétua, permanente; que não tenha limites, penetre nos lugares mais recônditos, esteja presente em toda a extensão do espaço. "Indiscreção" com respeito a quem ela se exerce que tem como correlato a maior "discreção" possível da parte de quem a exerce. Olhar invisível – como o do Panopticon de Bentham, que permite ver tudo permanentemente sem ser visto – que deve impregnar quem é vigiado de tal modo que este adquira de si mesmo a visão de quem o olha. Finalmente, a disciplina implica um registro contínuo de conhecimento. Ao mesmo tempo que exerce um poder, produz um saber (2004, p. XVIII).

Essas técnicas de poder disciplinar são um tipo de organização do espaço que têm como objetivo fabricar o indivíduo e torná-lo útil e dócil.

> A ação sobre o corpo, o adestramento do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça pela primeira vez na historia esta figura singular, individualizada – o homem – como produção do poder. Mas também, e ao mesmo tempo, como objeto de saber. Das técnicas disciplinares, que são técnicas de individualização, nasce um tipo específico de saber: as ciências humanas (MACHADO, 2004, p. XX).

Foucault salienta que os mecanismos disciplinares já existiam de forma isolada, antes do século XVIII. Porém, a partir de então, foram aperfeiçoados, através da introdução de

quatro “artes” nas técnicas de poder: a arte de distribuição espacial dos indivíduos, que permite “colocar cada indivíduo corretamente no lugar em que sua eficácia seja máxima” (FOUCAULT, 2004, p.105); a arte do corpo humano, ou melhor, a disciplina dos gestos; a pirâmide de olhares, que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos e a arte dos exames, “que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo” (FOUCAULT, 2004, p.107).

Da punição à vigilância, o poder disciplinar encontrou o nível dos indivíduos, atingiu seus corpos, se inseriu em seus gestos, em suas atitudes, em seus discursos, em sua aprendizagem, em sua vida cotidiana, tornando-se um poder microscópico e capilar, que não se aplica aos indivíduos, mas que passa por eles. Assim, Foucault não vê o poder disciplinar como repressivo, castigador, autoritário e violento, mas como forma de domesticar, adestrar, aprimorar e educar o corpo humano.

> O poder disciplinar [...] tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. [...] A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício (FOUCAULT, 2002, p.143).

Os mecanismos disciplinares sempre existiram, mas existiam em estado isolado até os séculos XVII e XVIII. A partir de então, o poder disciplinar foi aperfeiçoado, tornando-se uma nova técnica de gestão dos homens. A distribuição espacial dos indivíduos é um dos elementos dessa nova maneira de governo dos homens, a qual transformou um aglomerado confuso de pessoas em um coletivo organizado, onde cada indivíduo ocupa o lugar em que sua eficácia seja máxima.

Uma das grandes invenções do século XVIII para Foucault (2004) foi a análise do espaço; a individualização pelo espaço; a inserção dos corpos em um espaço individualizado, que permite classificar os alunos e distribuí-los adequadamente para que possam ser observados e controlados com o mínimo de esforço.

> Nas escolas do século XVII, os alunos também estavam aglomerados e professor chamava um deles por alguns minutos, ensinava-lhe algo, mandava-o de volta, chamava outro, etc. Um ensino coletivo dado simultaneamente a todos os alunos implica uma distribuição espacial (FOUCAULT, 2004, p.106).

Nessa distribuição espacial dos indivíduos, a arquitetura da escola, a distribuição dos seus espaços internos e a ordenação dos corpos em cada espaço são elementos imprescindíveis à disciplina dos indivíduos por meio dos espaços. A disciplinarização do espaço escolar permite a produção do saber e o controle individualizado e pormenorizado dos corpos, ou seja, facilita a vigilância panóptica. Foucault (2004) definiu como "espaço", o lugar que cada indivíduo ou instituição ocupa, para que sua eficácia seja máxima. O espaço ocupado é individualizado, classificatório e combinatório, pois a partir da localização, é possível mensurar o mais eficaz, rápido e melhor ajustado, construindo-se hierarquias. A distribuição dos indivíduos no espaço depende do resultado obtido nos exames, ou seja, a disposição de cada corpo ou instituição depende de uma classificação. Por exemplo, em Uberlândia, o *Gymnasio Mineiro de Uberlandia* é um espaço conhecido como instituição educativa. O GMU estava situado no centro de Uberlândia; ocupando um espaço de 'destaque' na cidade naquele período, pois sua localização era central, ao lado das moradias 'mais nobres', ou seja, o local ocupado por esta instituição já era um determinante da população que tinha acesso ao seu espaço.

Figura 1 - FOTO DO *GYMNASIO MINEIRO DE UBERLANDIA*

FONTE: ARQUIVO DO CDHIS

No interior dessa instituição, há vários espaços com funções delimitadas e significados diferentes, dentre os quais: pátio, sala de aula, corredores, banheiros, sala dos professores, gabinete do reitor, secretaria, entre outros. O acesso a esses espaços também é controlado e normatizado, pois nem todos os indivíduos que fazem parte do público dessa escola podem

percorrer ou ter acesso a determinados espaços. Cada indivíduo sabe qual é o espaço que lhe é permitido freqüentar; é aquilo que ele denominou de quadriculamento, ou seja, a repartição dos corpos em espaços diferentes. “Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo” (FOUCAULT, 2002, p.123). Entra em jogo aqui o controle sobre a circulação dos indivíduos para evitar a vadiagem e a aglomeração perigosa. “Importa saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um” (FOUCAULT, 2002, p.123).

É preciso também levar em consideração neste processo de distribuição espacial dos indivíduos, que eles precisam estar dispostos de forma a facilitar a produção do saber principalmente, na classe. A organização de um espaço serial facilitou a produção do saber. “Determinando lugares individuais tornou possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos” (FOUCAULT, 2002, p.126). O espaço escolar passou a funcionar como uma máquina de ensinar, de vigiar, de hierarquizar e de recompensar. A enturmação dos alunos foi feita segundo a idade de cada um; os assuntos passaram a ser ensinados segundo uma ordem de dificuldade crescente; os alunos foram dispostos em filas, todos esses aspectos faziam parte de uma hierarquia do saber. A distribuição dos alunos nos espaços escolares poderia também seguir outros critérios: nível de comportamento, de higiene, ou econômico. Todos os alunos possuíam seus lugares fixos, segundo o critério utilizado pelo professor. Os alunos não podiam modificar o ordenamento espacial traçado pelo professor. Foucault (2004) destaca que “com o panoptismo, o que esta em jogo é a descrição de instituições em termos de arquitetura, de figuras espaciais” (p.159). Foucault também fala de um ‘dispositivo de sexualidade’.

> Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. [...] o dispositivo, portanto, esta sempre inscrito em um jogo de poder,

> estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo, estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles (2004, p.244-6).

A respeito das hierarquias, Foucault (2004) pondera que, na medida em que as relações de poder são desiguais, isto implica um em cima e um em baixo, uma certa diferença de potencial; aquilo que ele chama de piramidalização.

Para Foucault, (2002) a tecnologia política do corpo "trata-se de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições" (p.26), que funciona como um controle das forças do corpo e como um "saber" sobre o corpo. Ao invés de punir os corpos por suas transgressões, deve-se controlá-los e vigiá-los para que não se desviem da normalidade. "Esse controle e esse transformação do comportamento são acompanhados - ao mesmo tempo condição e conseqüência – da formação de um saber dos indivíduos" (FOUCAULT, 2002, p.103). Durante todo o tempo, os indivíduos precisam estar sendo observados. O controle dos gestos e das atividades deve ser realizado todos os dias. Esse controle sutil e constante se dá por diferentes meios: horários, distribuição do tempo, atividades regulares, silêncio, aplicação, respeito, bons hábitos, visando à construção do "sujeito obediente, o indivíduo sujeito a hábitos, regras, ordens, uma autoridade que se exerce continuamente sobre ele e em torno dele, e que ele deve deixar funcionar automaticamente nele" (FOUCAULT, 2002, p.106). Esse controle se dá através do enquadramento dos gestos e das condutas dos indivíduos por um sistema de autoridade e de saber. Por meio de hábitos, o corpo é treinado e modelado assim, seu comportamento torna-se disciplinado e obediente; é a teoria geral do adestramento.

> Nesses esquemas de docilidade, em que o século XVIII teve tanto interesse, [...] muitas coisas são novas. [...] A escala, em primeiro lugar, do controle: não se trata de cuidar do corpo, mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga. [...] Implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos (FOUCAULT, 2002, p.118).

O controle das atividades dos alunos se dá por diversos meios, conforme já salientamos. O tempo dos alunos é controlado, dividido em tarefas e utilizado ao máximo para evitar prejuízos. “No bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil” (FOUCAULT, 2002, p.130).

Os sinais[1] foram criados para que as crianças, nas escolas, aprendessem a executar rapidamente as suas tarefas, na concepção de Foucault (2002). Além dos sinais, há também a distribuição seqüenciada das atividades aos alunos, ou seja, o nível de complexidade dos exercícios aumenta gradativamente, até que os alunos estejam aptos a fazer uma prova destes exercícios num tempo delimitado pelo professor. Essa prova permite diferenciar as capacidades de cada indivíduo, mensurar seu progresso e hierarquizá-los.

O controle dos corpos ocorre também por meio da arquitetura do edifício escolar, “seria um operador para a transformação dos indivíduos: agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los” (FOUCAULT, 2002, p.144).

As instituições tornaram-se um aparelho de observação, organizou-se um novo tipo de vigilância, que permite observar tudo o que está inadequado à regra: as transgressões.

> Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a titulo de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações (FOUCAULT, 2002, p.149).

As transgressões são punidas por meio de castigos disciplinares, salienta Foucault (2002), pois “a punição na disciplina, não passa de um elemento de um sistema duplo: gratificação – sanção” (p.150). O comportamento e o desempenho do aluno é quantificado e

traduzido em números, os alunos são divididos em “bons” e “maus” indivíduos, são classificados e, seus desvios ou suas qualidades determinam sua posição numa hierarquia. “O próprio sistema de classificação vale como recompensa ou punição” (FOUCAULT, 2002, p.151). Os alunos passam a ser classificados segundo as suas “qualidades morais” e os seus comportamentos adequados.

> Duplo efeito conseqüentemente dessa penalidade hierarquizante: distribuir os alunos segundo suas aptidões e seu comportamento, portanto segundo o uso que se poderá fazer deles quando saírem da escola; exercer sobre eles uma pressão constante, para que se submetam todos ao mesmo modelo, para que sejam obrigados todos juntos “à subordinação, à docilidade, à atenção nos estudos e nos exercícios, e à exata prática dos deveres e de todas as partes da disciplina”. Para que, todos, se pareçam (FOUCAULT, 2002, p.152).

Surgem, assim, as sanções normalizadoras, as quais individualizam o ser, medindo seus desvios e obrigando-os à homogeneidade. “O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir” (FOUCAULT, 2002, p.154).

Por meio dos exames, as capacidades dos indivíduos são verificadas e quantificadas. Conseqüentemente, pelas notas obtidas, os alunos são comparados, classificados e sancionados. O resultado do exame “é um arquivo inteiro com detalhes e minúcias que se constitui ao nível dos corpos e dos dias” (FOUCAULT, 2002, p.157). Um sistema de registro intenso e de técnicas documentárias acompanha o exame, fazendo de cada indivíduo um “caso”, que pode ser mensurado, classificado e comparado a outros. Dessa forma, o exame torna-se um meio de controle e um método de dominação, segundo Foucault (2002).

Todos estes dispositivos estão presentes nas instituições panópticas, as quais se tornaram leves, pois tiveram sua “arquitetura de fortaleza” substituída por um tipo de edificação onde as “separações são nítidas e as aberturas bem distribuídas” (FOUCAULT,

---

[1] Chamamos de sinal, o toque de uma campainha ou sirene que demarca a divisão do tempo escolar em função das atividades e das disciplinas escolares.

2002, p.167). Assim, a inspeção funciona constantemente, pois o olhar está alerta em toda parte, espionando tudo e controlando a todos. "O Panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens" (FOUCAULT, 2002, p.169).

Esses dispositivos de controle, de observação e de vigilância tinham como objetivo controlar a vontade de saber sobre a sexualidade humana. Para isso, o sexo foi reduzido ao nível da linguagem; sua circulação no discurso foi controlada, censurada e policiada. "Este projeto de uma 'colocação do sexo em discurso' formara-se há muito tempo, numa tradição ascética e monástica. O século XVIII fez dele uma regra para todos" (FOUCAULT, 1988, p.24).

Por volta do século XVIII, o moralismo cristão do discurso sobre o sexo cedeu lugar a um moralismo social; a uma racionalidade. "Polícia do sexo: isto é, necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição" (FOUCAULT, 1988, p.28). Passou-se a falar do sexo de outra maneira para se obter outros efeitos; a conduta sexual da população tornou-se alvo de intervenção política e econômica.

> Consideremos os colégios do século XVIII. Visto globalmente, pode-se ter a impressão de que aí, praticamente não se fala em sexo. Entretanto, basta atentar para os dispositivos arquitetônicas, para os regulamentos de disciplina e para toda a organização interior: lá se trata continuamente do sexo. Os construtores pensaram nisso, e explicitamente. Os organizadores levaram-no em conta de modo permanente. Todos os detentores de uma parcela de autoridade se colocam num estado de alerta perpétuo: reafirmado sem trégua pelas disposições, pelas precauções tomadas, e pelo jogo das punições e responsabilidades. O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (com ou sem separações, com ou sem cortina), os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças. O que se poderia chamar de discurso interno da instituição – o que ela profere para si mesma e circula entre os que a fazem funcionar – articula-se, em grande parte, sobre a constatação de que essa sexualidade existe: precoce, ativa, permanente. Mas ainda há mais: o sexo do colegial passa a ser, no decorrer do século XVIII – e mais particularmente do que o dos adolescentes em geral – um problema público. [...] A partir do século XVIII, o sexo das crianças e dos adolescentes passou a ser um importante foco em torno do qual se dispuseram inúmeros dispositivos institucionais e estratégias discursivas (FOUCAULT, 1988, p. 30 e 32).

A sociedade moderna rompeu o paradigma do silêncio sobre o sexo. Na Idade Média, o sexo era entendido como mero elemento de reprodução; o ato sexual, como forma de prazer, era tido como "pecado". A sexualidade deveria ser vigiada, proibida e punida. A partir da sociedade moderna, a sexualidade foi sendo permitida dentro de certos parâmetros; passou a ser discutida dentro de certos limites, de certos padrões. Criaram-se esteriótipos para se controlar o sexo livre e evitar perdas de produtividade. A escola passou a exercer o papel de não falar do sexo, por meio de um discurso constante da vigilância das mentes e dos corpos.

> Em todo canto onde houvesse o risco de se manifestarem (os prazeres), foram instalados dispositivos de vigilância. [...] As instituições escolares [...] com sua numerosa população, sua hierarquia, suas organizações espaciais e seu sistema de fiscalização constituem, ao lado da família, uma outra maneira de distribuir o jogo dos poderes e prazeres; porém, também indicam regiões de alta saturação sexual com espaços ou ritos privilegiados, como a sala de aula (FOUCAULT, 1988, p.42 e 46).

O discurso científico sobre o sexo foi sendo desenvolvido a partir do século XIX. Desde então, quanto mais se falar de sexo, melhor porque, assim, a sua potencialidade vai sendo controlada e o seu raciocínio sobre a sua sexualidade, desvendado. Instaurou-se um sistema de saber legítimo sobre o sexo e uma economia de prazeres múltiplos.

> Muito mais do que um mecanismo negativo de exclusão ou rejeição, trata-se da colocação em funcionamento de uma rede sutil de discursos, saberes, prazeres e poderes; não se trata de um movimento obstinado em afastar o sexo selvagem para alguma região obscura e inacessível, mas pelo contrário, de processos que o disseminam na superfície das coisas e dos corpos, que o excitam, manifestam-no, fazem-no falar, implantam-no no real e lhe ordenam dizer a verdade: todo um cintilar visível do sexual refletido na multiplicidade dos discursos, na obstinação dos poderes e na conjugação do saber com o prazer (FOUCAULT, 1988, p.70-71).

O discurso sobre o sexo não é proibido; ele é racionalizado, normatizado e controlado por meio de um dispositivo: o da sexualidade, que permitia manter sob vigilância o corpo e a sexualidade dos indivíduos. A partir do século XVII, desenvolveu-se um poder sobre a vida, basicamente em duas faces: as disciplinas do corpo e as regulações da população.

> Um dos pólos [...] centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e

> econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as *disciplinas* (FOUCAULT, 1988, p.131).

A sujeição dos corpos, por meio das disciplinas, foi obtida nas instituições de poder, como o Exército e a Escola. Nessas instituições, os corpos deveriam se tornar dóceis e úteis. "Foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar" (FOUCAULT, 1988, p.132).

Esse discurso bio-social é um tipo de poder, cuja função é "distribuir os seres vivos em um domínio de valor e utilidade" (FOUCAULT, 1988, p.135), portanto precisa mensurar, avaliar e hierarquizar os corpos, ou seja, distribuí-los em torno da norma. "Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida" (FOUCAULT, 1988, p.135).

> Sobre tal pano de fundo, pode-se compreender a importância assumida pelo sexo como foco de disputa política. É que ele se encontra na articulação entre os dois eixos ao longo dos quais se desenvolveu toda a tecnologia política da vida. De um lado, faz parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia das energias. Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz. Insere-se, simultaneamente, nos dois registros; dá lugar a vigilâncias infinitesimais, a controles constantes, a ordenações espaciais de estrema meticulosidade, [...] a todos um micropoder sobre o corpo; mas, também, dá margem a medidas maciças, a estimativas estatísticas, a intervenções que visam todo o corpo social ou grupos tomados globalmente. O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. Servimo-nos dele como matriz das disciplinas e como princípio das regulações. É por isso que, no século XIX, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, [...] seguida até os primeiros anos da infância; tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que torna possível constituí-la (FOUCAULT, 1988, p.136-137).

O processo de apropriação educativa, tanto no que se refere à aprendizagem dos saberes curriculares, quanto na disciplinarização e interiorização de normas, atitudes e valores é aquilo que Magalhães (2004) entende por educação. Para ele,

> A educação é um constructo humano constituído por mudanças, processos e percursos de formação no nível de saberes, capacidades (técnicas), comportamentos e valores, práticas e atitudes; é um processo/produto racional e razonado – um processo epistêmico, pela busca gradativa de um saber, de uma comunicação, mas também

> uma hermenêutica, um inquérito e uma "construção" de sentido – pensar, dizer, fazer/construir; processo em devir, é interação de elementos humanos, sociais, processuais (materiais e organizacionais), culturais. [...] Foi na medida em que as famílias, as comunidades de base e outras instâncias de enquadramento e mobilização foram perdendo a sua capacidade de representação e ação que as instituições escolares e paraescolares se desenvolveram, para gradualmente se tornarem estruturas centrais no plano educativo. Projetada e gerada do privado, prolongando a ação das famílias, a escola viria a substituir a família e a sobrepor-se à esfera familiar e ao privado, enquanto instrumento público confiado ao Estado. O processo histórico de institucionalização da escola compreende uma complexificação crescente nos planos material e organizacional. A cultura escolar, suas bases normativas, culturais, organizacionais, metodológicas, relacionais, constituem uma cultura, uma *doxa*, uma gramática que consolida a estrutura escolar na sua internalidade e especificidade, como também na relação sociocultural e política. Estudos desenvolvidos no plano comparado reforçam esta idéia da cultura escolar como uma *doxa* sociocultural (p.67-8).

A concepção de cultura escolar como objeto histórico, presente no pensamento de Julia (2001) coaduna-se com o conceito de cultura escolar que adotamos neste trabalho, pois também levamos em consideração o papel dos conteúdos ensinados, das práticas escolares, das normas institucionais e dos comportamentos dos alunos na constituição da cultura escolar do *Gymnasio Mineiro de Uberlandia.*

Julia (2001) definiu a cultura escolar "como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar" (p.9). A partir de uma normatização dos indivíduos, por meio de instituições de enquadramento dos corpos e de docilização das mentes, os comportamentos seriam remodelados, conforme um modelo aceitável pelo social. A estrutura dessas instituições era traçada em função da transmissão dos saberes 'permitidos' e do remodelamento dos comportamentos.

> [...] o colégio não é somente um lugar de aprendizagem de saberes, mas é, ao mesmo tempo, um lugar de inculcação de comportamentos e de *habitus* que exige uma ciência de governo transcendendo e dirigindo, segundo sua própria finalidade, tanto a formação cristã como as aprendizagens disciplinares. [...] A cultura escolar desemboca aqui no remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter e das almas que passa por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências (JULIA, 2001, p.22).

A cultura escolar de uma instituição visa, então, as disciplinas escolares à disciplina dos corpos e das mentes, ou seja, engloba a instrução e a educação moral dos indivíduos. Na escola, os indivíduos têm contato com saberes curriculares programados, mas também

recebem “uma educação moral contínua, através dos modelos propostos às crianças como exemplo na escolha das versões, dos temas ou dos assuntos a serem desenvolvidos” (JULIA, 2001, p.33).

Conforme Julia (2001), os assuntos que são trabalhados pelo professor nas disciplinas, a metodologia que ele utiliza e o comportamento exigido dos alunos durante as suas aulas compõem a educação moral que perspassa toda a cultura escolar de uma instituição.

O GMU é uma instituição escolar que, durante o Estado Novo (1937 a 1945) funcionou como instância de disciplinarização e de enquadramento dos alunos. Sua cultura escolar, associada à cultura social mais ampla, estava revestida de um poder disciplinar, o que contribuiu para o controle, a vigilância, a punição e a disciplinarização dos alunos. Os dispositivos disciplinares e os mecanismos de poder, que estavam presentes no cotidiano escolar do GMU serão analisados ao longo deste capítulo.

3.1 - O COTIDIANO NO ESPAÇO ESCOLAR

Neste sub-capítulo, traçaremos alguns aspectos que compunham o cotidiano do *Gymnasio Mineiro de Uberlandia* durante o Estado Novo, os quais definiram a identidade e a singularidade desta instituição escolar. Analisaremos a clientela escolar, o currículo, o sistema avaliativo e os resultados obtidos pelos alunos nos exames.

Tendo em vista as discussões teóricas apresentadas anteriormente, buscaremos nesse sub-capítulo relacioná-las com o espaço da escola, procurando delinear suas múltiplas dimensões enquanto espaços específicos de hierarquia e poder, como forma de estabelecer uma ordem disciplinar.

O cotidiano do GMU, enquanto “aquilo que nos é dado cada dia” (DE CERTEAU, 1998, p.31), era organizado tendo em vista dois objetivos: transmissão dos saberes permitidos e remodelamento dos comportamentos.

Os corpos a serem remodelados e os cérebros a serem trabalhados eram preponderantemente masculinos, pois as meninas eram minoria em todos os ciclos do ensino secundário do GMU. Tomando por base o **Quadro Geral de Matrículas** de 30 de junho de 1944, a clientela do GMU era composta por 67,5% de alunos e 32,5% de alunas no 1º ciclo matutino. No 2° ciclo matutino, a situação era ainda mais desigual, em termos de sexo: 83,01% de meninos e 18,97 de meninas. O 1º ciclo vespertino era composto por 100% de alunos e nenhuma aluna. Este fato se explica tendo em vista a política educacional do Estado Novo. Segundo esta, a educação nos ginásios deveria estar voltada para a formação dos futuros dirigentes do país e dos profissionais liberais, profissões estas consideradas masculinas. Ao passo que, a educação feminina deveria estar voltada para a preparação para a constituição do lar e para o exercício do magistério.

No ano letivo de 1944, o corpo docente da escola também era formado basicamente por figuras masculinas: 14 professores e uma professora de economia doméstica. É válido ressaltar que a preponderância de figuras masculinas no *Gymnasio Mineiro de Uberlandia* também ocorria nos demais anos letivos.

Figura 2 - QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS DE 1944

GINÁSIO MINEIRO DE UBERLÂNDIA

UBERLÂNDIA — ESTADO DE MINAS GERAIS

QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS

Em 30 *de* Junho *de 19* 44

Segundo *semestre*

		1.o Ciclo			2.o Ciclo						Outros cursos mantidos					
					C. Clássico			C. Científico								
		Mas.	Fem.	Tot.	Mas.	Fem.	Tot.	Mas.	Fem.	Tot.	Mas.	Fem.	Tot.	Mas.	Fem.	Tot.
Turno MANHÃ	1a. Série	30	23	53	x	x	x	37	5	42	x	x	x	x	x	xx
	2a. Série	25	15	40	1	x	1	9	6	15	x	x	x	x	x	xx
	3a. Série	43	15	58	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	xx
	4a. Série	37	12	49	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	xx
	Total	135	65	200	1	x	1	46	11	57	x	x	x	x	x	xx
Turno TARDE	1a. Série	36	x	36	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	xx
	2a. Série	21	x	21	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	xx
	3a. Série	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	xx
	4a. Série	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	xx
	Total	57	x	57	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	xx

(Diretor)

(Inspetor)
Dr. Aniceto Maccheroni

FONTE: QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS, 30 jun.1944. (arquivo da Escola Estadual de Uberlândia).

Os pais das alunas que procuravam o reitor do GMU para fazerem a matrícula delas eram recomendados a procurarem outra escola, mais voltada para a clientela feminina, conforme nos relatou um dos ex-alunos desta escola. Desde a criação do *Gymnasio* até 1937, as matrículas mantiveram-se mais ou menos estáveis, com uma média de 200 alunos por ano, segundo o ***Escôrço Histórico*** da instituição. Até 1940, ano em que assumiu a reitoria o professor Osvaldo Vieira Gonçalves, a maioria dos alunos era do sexo masculino. Este fato é explicado por uma ex-professora da escola. "O diretor sendo solteiro, ele próprio aconselhava os pais a colocarem suas filhas no Colégio Nossa Senhora" (Sônia Borges Miranda Vieira, ex-professora, 15/04/1999). A preocupação com a separação dos corpos, com o controle da "vontade de saber" e o discurso racionalizado do sexo complementavam os demais dispositivos de disciplinarização dos corpos e das mentes, que permeavam o cotidiano da escola.

Apesar de existirem poucas meninas matriculadas no GMU, a preocupação em evitar o contato mais íntimo das meninas com os meninos era constante. Na sala de aula, o professor era o 'olhar' que vigiava, punia os excessos e distribuía estrategicamente os corpos. Nos corredores e nos pátios, o inspetor de alunos era o 'guardião' da moral, sempre atento às condutas e aos comportamentos.

Além desta constante vigilância sobre a totalidade da vida dos alunos, eles tinham acesso a um tipo de educação aristocrática, acadêmica, literária e humanista, "capaz de dar brilho à inteligência" (ROMANELLI, 1978, p.34). Isso fica comprovado ao analisarmos o mapa das aulas dadas no mês de agosto de 1945: das 111 aulas dadas, 47 eram de línguas, ou seja, 42,34% da carga horária total foi dedicada aos estudos de português, francês, inglês e espanhol, ao passo que, 9,9% da carga horária foi reservada aos estudos de História Geral. A disciplina História do Brasil sequer fazia parte do currículo escolar. Além de terem poucas aulas de história, os conteúdos lecionados nesta disciplina eram completamente alheios à

realidade dos alunos. Por exemplo, em plena ditadura, os alunos estavam aprendendo sobre Frederico 1º; Pedro, o Grande e Catarina II na aula de 24/07/1944 do professor Nelson Cupertino, conforme constatamos no **Livro de Registro de Matérias Lecionadas.** Estes conteúdos objetivavam a uniformização cultural, defendida pelos formuladores da política educacional nacional. A uniformização cultural era obtida por meio do estudo da história mitificada dos heróis, do culto às autoridades e do uso adequado da língua portuguesa, aspectos estes que compunham o currículo do GMU, conforme destacamos na figura abaixo.